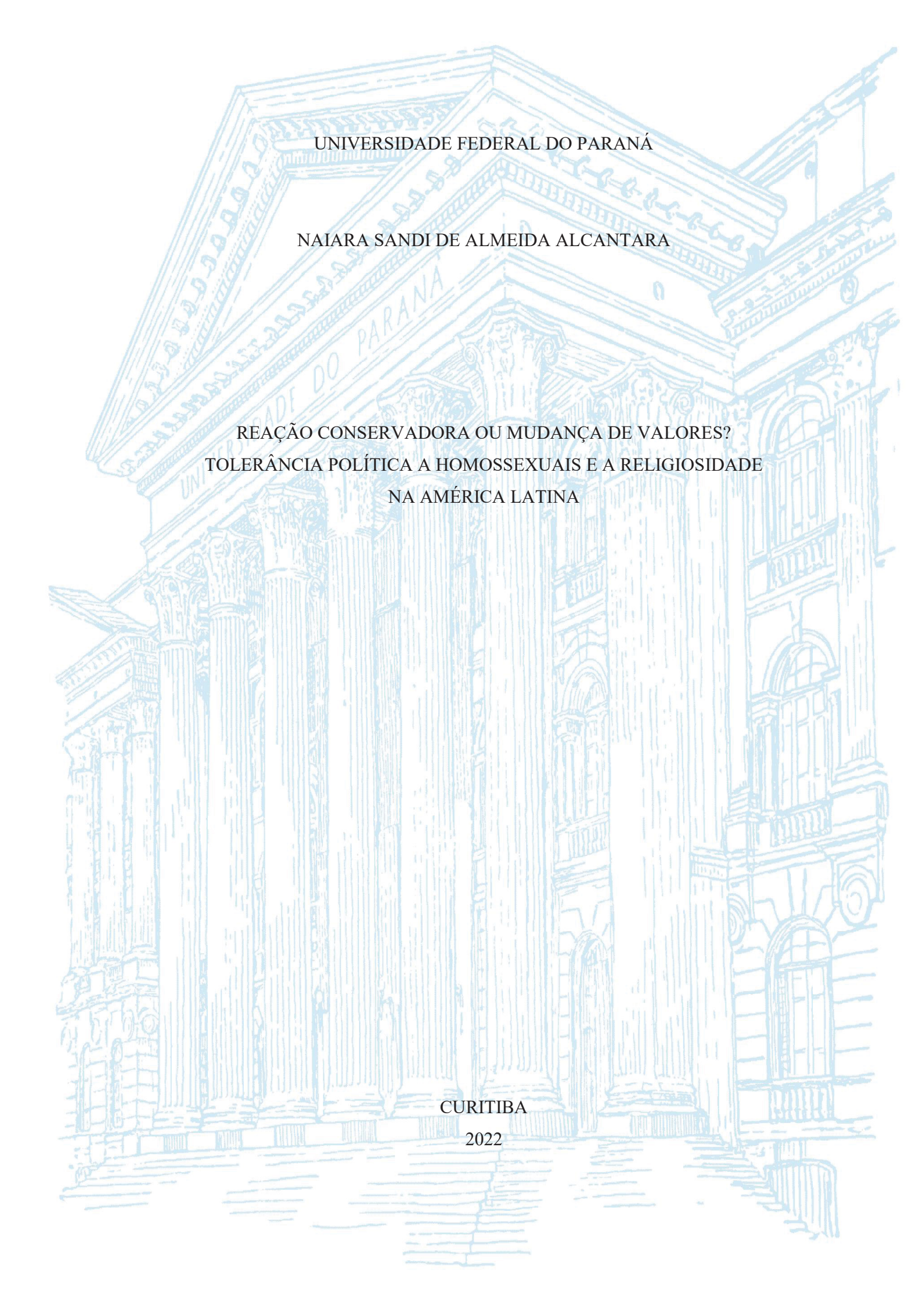




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAIARA SANDI DE ALMEIDA ALCANTARA

REAÇÃO CONSERVADORA OU MUDANÇA DE VALORES?
TOLERÂNCIA POLÍTICA A HOMOSSEXUAIS E A RELIGIOSIDADE
NA AMÉRICA LATINA

CURITIBA

2022

NAIARA SANDI DE ALMEIDA ALCANTARA

REAÇÃO CONSERVADORA OU MUDANÇA DE VALORES?
TOLERÂNCIA POLÍTICA A HOMOSSEXUAIS E A RELIGIOSIDADE
NA AMÉRICA LATINA

Tese apresentada à banca de defesa do curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Ap. Ribeiro

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Alcantara, Naiara Sandi de Almeida

Reação conservadora ou mudança de valores? : tolerância política a homossexuais e a religiosidade na América Latina. / Naiara Sandi de Almeida Alcantara. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro

1. Liberdade de consciência. 2. Religião e política – América Latina. 3. Religiosidade. 4. Cultura política. 5. Direitos dos homossexuais. I. Ribeiro, Ednaldo Aparecido. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **NAIARA SANDI DE ALMEIDA ALCANTARA** intitulada: **Reação conservadora ou mudança de valores? Tolerância política a homossexuais e a religiosidade na América Latina**, sob orientação do Prof. Dr. EDNALDO APARECIDO RIBEIRO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica

01/09/2022 17:51:28.0

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/09/2022 16:38:07.0

EMERSON URIZZI CERVI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

05/09/2022 17:00:42.0

JULIAN BORBA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

12/09/2022 17:17:09.0

MARIO FUKS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Dedico esse texto ao meu sentimento tão abstrato de esperança por governos verdadeiramente democráticos que reconheçam os limites da tolerância e, assim possam cercear àqueles que se utilizam do falso argumento da livre expressão para implantar e disseminar o ódio ao outro. Uma ideia nunca será só uma ideia, se em seu cerne está previsto a eliminação daquilo/daquele que não se assemelha a você.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e, especialmente, aos meus pais Geraldo e Silvia, que se esforçaram para que eu pudesse me mudar e iniciar o processo de doutoramento e que por mais distantes que estivessem, sempre se fizeram presentes. Não posso deixar de reconhecer um gesto de altruísmo realizado pela minha irmã, Beatryz. Sem ele, eu não teria ingressado no doutorado. À minha companheira e fiel escudeira para todos os momentos, Gabriela Catarina Canal, agradeço por toda sua dedicação ao longo desses anos.

Aos meus professores Rafael Cardoso Sampaio e Marco Antonio R. Cavalieri que me auxiliaram e orientaram na resolução de uma questão imprescindível para finalização do processo de doutoramento. Agradeço o tempo dispensado, inclusive aos finais de semana!

Ao meu orientador, professor Ednaldo A. Ribeiro que se tornou-se referência para mim em muitos sentidos, por isso nesse momento, não posso lhe agradecer apenas pela excelente orientação, devo-lhe reconhecimento por ter criado em mim estruturas firmes, que me tornaram capaz de cursar o doutorado de maneira tranquila, aproveitando todas as oportunidades. Por isso, pude finalizar o processo com uma profissão definida e ciente de que muitas outras portas se abrirão.

Aos amigos e colegas do grupo de estudos Cultura Política, Comportamento e Democracia, por realizarem as leituras das versões prévias da tese, bem como, pelos conselhos, especialmente aos amigos Lucas Okado, Rafael Adilio, Filipe Faeti, Daniel Leonel, Carla Rosa e Alessandro.

Agradeço igualmente os demais professores que auxiliaram em minha formação, ainda que não seja possível nomear a todos, reconheço o esforço de cada um no planejamento de aulas de excelente qualidade.

Agradeço de forma especial ao professor Emerson Urizzi Cervi, por ter me acolhido no Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública. Nossa salinha foi para mim não só espaço de encontros do grupo de estudos, mas igualmente um lugar de conforto, onde encontrei pessoas tão queridas que fizeram com que a forasteira se sentisse em casa. Igualmente, agradeço aos demais grupos de estudos que participei, ainda que brevemente.

Agradeço a minha orientadora do mestrado, professora Ana Lúcia Rodrigues, que me acompanhou e orientou nos projetos da graduação e, depois na dissertação. A professora Paola Victor Amaral, que me apresentou ao curso de Ciências Sociais da UEM. Sem essas mulheres certamente o doutorado não teria sido uma realidade possível.

À Universidade Federal do Paraná, particularmente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e seu quadro de professores. Agradeço similarmente a Silvia, secretária do departamento, sempre prestativa a auxiliar nas questões administrativas e anseios cotidianos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro durante parte do doutorado.

Por fim, agradeço aos professores que tanto admiro e realizaram a gentileza de compor a minha banca de qualificação e depois de defesa, Mario Fuks, Julian Borba e Emerson Cervi. Obrigada pela leitura atenta e comentários sobre o texto. Além disso, preciso agradecer ao professor Julian por sua disponibilidade e paciência no atendimento e orientação acerca do doutorado sanduíche.

*Democracy requires a great deal of tolerance, but
not unlimited tolerance.*

(Aquino, 2017)

*[...] extreme tolerance will not be good for
democracy either if it reaches a level of lawlessness
(Gibson, 2006)*

RESUMO

O objetivo inicial da tese foi investigar em que medida o crescente reconhecimento de direitos civis de homossexuais por governos nacionais tem afetado as atitudes de grupos mais fortemente religiosos. Partimos da H_1 de que mudanças conjunturais, como o aumento de direitos aos homossexuais, têm gerado uma contraofensiva por parte dos grupos religiosos na forma de atitudes mais intolerantes a essa minoria sexual. Tal hipótese advém de mudanças políticas alinhadas a valores conservadores, populistas e mais próximos do espectro político ultradireitista, a exemplo do sucesso eleitoral de governos como de Donald Trump (EUA), Silvio Berlusconi (Itália), Rodrigo Duterte (Filipinas), Milos Zeman (República Tcheca) e Viktor Mihály Orbán (Hungria). Partimos do pressuposto de que essas mudanças poderiam advir de um *cultural backlash*, de segmentos sociais que, ao longo dos anos, acompanharam mudanças sociais e políticas divergentes de suas ideologias. A H_1 foi refutada, pois apesar de encontrarmos evidências que confirmam a relevância da religião sobre atitudes de tolerância política, não verificamos relação com a teoria da reação cultural, já que, em contextos mais sexualmente liberalizantes, os efeitos negativos dos diferentes aspectos religiosos tendem a ser minimizados. Rejeitamos a hipótese "institucionalista" e direcionamos os estudos para a hipótese secundária e "culturista" (H_2), a qual assevera que tanto mudanças legais quanto a atenuação do efeito da religião são resultados desse longo e consistente processo de alteração dos valores, principalmente no que diz respeito às liberdades individuais. A metodologia utilizada foi a quantitativa, por meio de modelos multiníveis de regressão linear com dados provenientes de dezoito países latino-americanos. O material empírico foi fornecido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) e nos permitiu investigar a relação entre religiosidade e tolerância política, contemplando essas diferentes dimensões combinadas com informações sobre o marco legal dos direitos civis de homossexuais. Na sequência, incorporamos aos modelos medidas prévias de cultura política. Os resultados demonstram que a hipótese dois foi confirmada, pois a inserção dessas medidas prévias não só fez com que a medida anterior – a qual mensurava as mudanças na legislação - deixasse de ser significativa, como pontuou as medidas como importantes preditoras para explicar tanto os níveis de tolerância política aos homossexuais na América Latina, quanto o estabelecimento de garantias legais dos direitos dessa minoria e seus efeitos sobre o impacto negativo da religião.

Palavras-chave: Intolerância Política. Populismo. Religião. Análise Multinível. Cultura Política.

ABSTRACT

The initial goal of the thesis was to investigate to what extent the increasing recognition of homosexuals civil rights by national governments has affected the attitudes of more strongly religious groups. We start from hypothesis 1 that conjunctural changes, such as the increase in rights for homosexuals, have generated a counteroffensive on the part of religious groups, which react with intolerant attitudes. This hypothesis was elaborated from the verification of political changes aligned with conservative, populist values and closer to the ultra-rightist political spectrum, such as the electoral success of governments such as Donald Trump (USA), Silvio Berlusconi (Italy), Rodrigo Duterte (Philippines), Milos Zeman (Czech Republic) and Viktor Mihály Orbán (Hungary). We start from the idea that these changes could come from a cultural backlash from social segments that, over the years, have accompanied social and political changes that diverge from their ideologies. Hypothesis 1 was refuted, because although we found evidence that confirms the relevance of religion on attitudes of political tolerance, we did not find a relationship with the theory of cultural reaction, since, in more sexually liberalizing contexts, the negative effects of different religious aspects tend to be minimized. We reject the "institutionalist" hypothesis and direct the studies to the alternative and "culturalist" hypothesis (H2), which asserts that both legal changes and the attenuation of the effect of religion are the result of this long and consistent process of altering values, especially in regarding individual freedoms. The methodology used was quantitative, using multilevel linear regression models with data from eighteen Latin American countries. The empirical material was provided by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), which allowed us to evaluate the relationship between religiosity and political tolerance, contemplating these different dimensions combined with information about the legal framework of civil rights for homosexuals. Subsequently, we incorporated previous measures of political culture into the models. The results show that the alternative hypothesis was confirmed, as the insertion of these previous measures not only made the previous metering – which calculate changes in legislation – no longer significant, but also situated the parameters as important predictors to explain both the levels of political tolerance for homosexuals in Latin America, as well as the establishment of legal guarantees of the rights of this minority and its effects on the negative impact of religion.

Keywords: Political Intolerance. Populism. Religion, Multilevel Analysis. Political Culture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tamanho da amostra do Lapop por país - 2018/2019	69
Tabela 2- medidas de análise do desemprego e da TNAH por país	71
Tabela 3- Média geral da variável dependente Tolerância política por país (TolerHomo), renomeada como MedToler, nos 18 países da América Latina entre 2008 e 2009	72
Tabela 4- - Índice de Valores Emancipatórios de 2012.....	73
Tabela 5- Modelo ANOVA para Tolerância Política, América Latina 2018/19.....	79
Tabela 6- Preditores de tolerância política, América Latina 2004 a 2018	80
Tabela 7- Preditores de nível um e dois da Tolerância.....	84
Tabela 8- Ajustes de modelo com efeitos fixos e aleatórios utilizando a variável denominação religiosa, o ativismo e a intensidade religiosa, respectivamente	85
Tabela 9- Modelos com interações para a Tolerância Política aos Homossexuais e Denominação religiosa.....	86
Tabela 10- Modelos com interações para a Tolerância Política aos Homossexuais e Ativismo e Intensidade religiosa	87
Tabela 11- Análise das medidas prévias de cultura política, MedToler e IVE	93
Tabela 12- Análise da medida de tolerância em relação a variável dependente Tolerância Nacional aos Homossexuais	95
Tabela 13- Análise descritiva da Tolerância Nacional aos homossexuais e da Medida de Tolerância prévia	95
Tabela 14- Análise da inserção da medida prévia de cultura política nos modelos originais ..	96
Tabela 15- Análise da medida prévia de cultura política em relação aos diferentes aspectos da religiosidade.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projeção gráfica da média simples de tolerância nos 18 países da América Latina entre 2004 e 2019.....	77
Gráfico 2 - Distribuição das denominações religiosas nos países da América Latina, a partir do valor absoluto das filiações, 2018/2019.....	78
Gráfico 3- Interação entre denominações religiosas, sendo 1-ateu, 2- católico, 3-evangélico e 4-outras denominações pela média de tolerância política aos homossexuais.....	89
Gráfico 4- Interação entre ativismo religiosos e intensidade religiosas pela média de tolerância política aos homossexuais.....	90

LISTA DE OUTRAS FIGURAS

Fluxograma 1 - Organização de todas as variáveis utilizadas de acordo importância conferido a cada grupo	74
Quadro 1 - Síntese dos direitos dos homossexuais nos países analisados na tese	43
Quadro 2- Valores preditos um indivíduo do sexo masculino, em diferentes contextos políticos e sociais em relação a homossexualidade	88

LISTA DE ABREVIATURAS

ACLU	União Americana das Liberdades Cívicas
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AIPO	American Institute of Public Opinion
AL	América Latina
ANC	Congresso Nacional Africano
AWB	Movimento de Resistência Africâner
BA	Barômetro das Américas
EUA	Estados Unidos da América
GSS	General Social Survey
H	Hipótese
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICC	Índice de Correlação Intraclasse
ILGA World	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos
ITP	Índice de Tolerância Política
IVE	Índice de Valores Emancipatórios
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
MedToler	Medida de Tolerância nível 2
NORC	National Center for Opinion Research
ONU	Organização das Nações Unidas
IFP	Partido da Liberdade de Inkatha
RU	Reino Unido
TNaH	Tolerância Nacional aos Homossexuais
TOH	Tolerância em Relação aos Homossexuais
TolerHomo	Tolerância aos Homossexuais
UE	União Europeia
WVS	World Values Survey

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA	17
1.2 OBJETIVOS	18
2 TOLERÂNCIA POLÍTICA E DEMOCRACIA	19
2.1 TOLERÂNCIA POLÍTICA NOS EUA E EUROPA	19
2.2 TOLERÂNCIA POLÍTICA NAS JOVENS DEMOCRACIAS	30
3 DEMOCRACIA E HOMOSSEXUALIDADE.....	39
3.1 DIREITOS LGBT EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO	39
3.2 TOLERÂNCIA POLÍTICA EM RELAÇÃO AOS HOMOSSEXUAIS	44
4 RELIGIÃO E ATITUDES POLÍTICAS.....	52
4.1 RELIGIÃO E TOLERÂNCIA POLÍTICA	52
4.2 EFEITOS DA RELIGIÃO SOBRE A TOLERÂNCIA AOS HOMOSSEXUAIS	59
5 METODOLOGIA.....	66
5.1 HIPÓTESES	66
5.2 REGRESSÃO LINEAR MULTINÍVEL.....	67
5.3 DADOS	68
5.3.1 Nível individual: LAPOP	68
5.3.2 Nível contextual.....	70
6 TOLERÂNCIA POLÍTICA E HOMOSSEXUALIDADE NA AMÉRICA LATINA ..	76
6.1 EVOLUÇÃO DA TOLERÂNCIA POLÍTICA.....	76
6.2 EFEITOS DA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA SOBRE A TOLERÂNCIA POLÍTICA.	78
6.3 CULTURA POLÍTICA, GARANTIAS LEGAIS E TOLERÂNCIA.....	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS:	101
APÊNDICE 1 -BANCO DE DADOS E SCRIPT:	112

1 INTRODUÇÃO

O sucesso eleitoral de candidaturas com retóricas populistas em diferentes regiões do globo desafiou pesquisadores a produzirem explicações. Norris e Inglehart (2019), dentre outros, procuraram identificar quais seriam os principais determinantes do voto em candidatos/partidos que utilizam esse tipo de discurso/prática e quais as causas de sua ascensão eleitoral em várias partes do mundo.

Os fatores ligados a essa onda populista de direita, de acordo com a literatura (KRIESI, PAPPAS 2015), são vários, mas para além da distinção entre causas econômicas, políticas e culturais, é relevante o enquadramento que diferencia fatores de longo e curto prazos, como fazem Norris e Inglehart (2019) ao apontarem a reação cultural ao processo de modernização socioeconômica experimentado pelos países desenvolvidos do ocidente, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Tal processo de modernização, aliado à mudança geracional teria ocasionado profundas alterações de atitudes nas sociedades em termos de valorização do meio ambiente, liberalização sexual, igualdade de gênero, respeito pelos direitos de homossexuais, reconhecimento dos imigrantes e minorias étnico-raciais, cosmopolitismo e valorização da democracia e dos direitos humanos, enfim, o que Welzel & Inglehart (2005) denominaram de emergência dos “valores de autoexpressão”.

A decisão eleitoral por candidatos/partidos populistas, seria então um *cultural backlash* a este processo de modernização, tendo à frente segmentos das sociedades que se sentem atingidos por ele, entre os quais, por exemplo, os grupos religiosos que acreditam que seus valores e estilos de vida estão ameaçados pelo reconhecimento de direitos de pessoas com práticas e comportamentos distintos, como é o caso dos homossexuais.

É justamente essa hipótese que a tese pretende testar no contexto dos países latino-americanos sem, contudo, atingir o nível do processo eleitoral. Nos interessa entender se as mudanças conjunturais, como o aumento de direitos aos homossexuais, têm gerado uma contraofensiva por parte dos grupos religiosos, na forma de atitudes mais intolerantes a essa minoria sexual.

No trabalho seminal de Stouffer (1992) e similarmente em revisões posteriores (NUNN; CROCKETT; WILLIAMS, 1978; SULLIVAN; PIERESON; MARCUS, 1993), a religião aparece como um obstáculo ao desenvolvimento de atitudes favoráveis às liberdades civis e direitos políticos, que estariam associadas a um público secularizado. Investigações voltadas especificamente a esse condicionante identificaram efeitos com intensidades distintas entre

denominações, refletindo variações teológicas. Para além da denominação, pesquisas têm apresentado evidências de que a intensidade da religiosidade e o grau de envolvimento com as atividades religiosas reduzem os indicadores de tolerância política (JELEN; WILCOX; SMIDT, 1990; WILCOX; JELEN, 1990).

O conjunto desses estudos, com suas diferentes formas de mensuração do fenômeno religioso, consolidaram a visão de que existem três dimensões distintas da religião na sua relação com a tolerância política, chamadas de três Bs - *behavior*, *belonging* e *beliefs* (ou comportamento, pertencimento e crenças). Apesar de distintas, prevalece, na literatura, o entendimento de que essas dimensões estão articuladas entre si.

Os efeitos da religiosidade sobre atitudes de tolerância, todavia, precisam ser qualificados pela consideração dos alvos específicos, como no caso dos homossexuais. Pesquisas têm demonstrado que, baseados em uma interpretação das relações entre pessoas do mesmo sexo como pecaminosas, alguns grupos tendem a ser politicamente menos tolerantes aos homossexuais (BURDETTE; ELLISON; HILL, 2005a).

Metodologicamente, optamos por uma abordagem quantitativa, utilizando modelos multiníveis de regressão linear com dados provenientes de dezoito países latino-americanos. O material empírico foi fornecido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), e nos permitiu investigar a relação entre religiosidade e tolerância política contemplando essas diferentes dimensões, combinadas com informações sobre o marco legal dos direitos civis de homossexuais.

Nessa primeira etapa da análise encontramos evidências que confirmam a relevância da religião sobre as atitudes de tolerância política, mas contrariando a expectativa inicial derivada da *cultural backlash theory*, identificamos que nesses contextos liberalizantes o impacto negativo da religiosidade tende a ser minimizado. Buscando explicar esses resultados incorporamos na análise a dimensão temporal, através da adição de medidas prévias de valores, com o objetivo de verificar se as mudanças liberalizantes teriam sido derivadas de um processo anterior de alterações na cultura política em diferentes países, ou seja, se seriam manifestações legais do reconhecimento de liberdades individuais (WELZEL, 2013). A base dessa relação pode estar no longo processo de mudanças nos valores, que explicariam tanto a mudança na legislação como a atenuação da intolerância política dos religiosos em relação aos homossexuais. Essas medidas prévias de cultura dos países, não apenas se mostraram relevantes, como igualmente anularam os efeitos da medida que discriminava os países em termos das garantias legais.

A pesquisa que foi iniciada com uma hipótese que poderia ser classificada como “institucionalista”, já que derivava da reação valorativa das mudanças legais, termina por concluir que é o processo longo e gradual de mudança cultural que apresenta maior relevância na explicação da tolerância a esse grupo específico. A hipótese “culturalista”, portanto, aparece como forte candidata a explicar tanto os níveis de tolerância política aos homossexuais na região analisada, quanto o estabelecimento de garantias legais dos direitos dessa minoria e o efeito dessas garantias sobre o impacto negativo da religião.

Para a apresentação das bases teóricas e metodológicas da tese e detalhamento desses resultados, dividimos o texto da seguinte forma: na primeira seção teórica discutimos sobre a tolerância política em países com democracias já bem consolidadas, seguido pelas jovens democracias. Na segunda seção falamos sobre a homossexualidade e os países onde a luta dessa minoria sexual é considerada precursora, na sequência abordamos os países da América Latina. Finalmente, na seção quatro tratamos do tema da pesquisa de maneira mais aprofundada, ao relacionar atitudes políticas e religiosidade, na última subseção falamos sobre os efeitos da religião sobre a tolerância aos homossexuais. Nas seções seguintes apresentamos as informações protocolares sobre a metodologia, os dados e método adotado, por fim, na sexta seção estão os resultados empíricos, seguidos pelas considerações finais.

1.1 JUSTIFICATIVA

Norris e Inglehart (2019) testaram a *cultural backlash theory* nos EUA e apresentaram evidências de uma reação de cunho conservador em relação as mudanças valorativas, cuja direção pode ser considerada pós-materialistas. Nessa tese apresentamos os resultados de um esforço de aplicação dessa teoria no contexto latino-americano.

Pesquisadores, como Gibson (2006), ao discutirem sobre os enigmas da tolerância, demonstram que o sentimento de ameaça tende a elevar atitudes de intolerância política e estaria relacionado à ideia de que determinado grupo ou comportamento pode ameaçar seu estilo de vida, segurança econômica e costumes. Relacionando esse sentimento de ameaça e a elevação da intolerância com a literatura que discute religião, Ellison e Gay (1993) já demonstravam que as denominações religiosas eram fortes preditoras de intolerância aos homossexuais, com diferenças entre as denominações.

Burdette (2005) parte do pressuposto de que as denominações protestantes são mais intolerantes e buscou identificar as causas dessa intolerância. Esse estudo demonstrou que quaisquer grupos ou indivíduos que não acatam plenamente ou majoritariamente o que está

presente nos textos bíblicos, a depender do nível de literalismo da denominação religiosa, são considerados dissidentes e fortes proponentes de ameaça, como é o caso dos homossexuais. A literatura que guia a maior parte das religiões apresenta argumentos favoráveis a heterossexualidade, bem como, contrários a homossexualidade.

Portanto, faz-se importante testar a teoria da *cultural backlash* na América Latina, afinal a literatura da qual partem Norris e Inglehart, há décadas está testando a tolerância em relação aos homossexuais, especialmente nos espaços religiosos. Isto é, o entendimento de que uma parcela da sociedade, ao sentir-se ameaçada por mudanças contextuais e políticas, tende a apresentar atitudes conservadoras e intolerantes, é uma hipótese já confirmada pela literatura supramencionada.

1. 2 OBJETIVOS

Nosso objetivo é investigar em que medida o crescente reconhecimento de direitos civis por governos nacionais tem afetado as atitudes de grupos mais fortemente religiosos. Nos interessa responder a seguinte pergunta: a regulamentação de direitos civis aos homossexuais tem gerado contraofensiva religiosa por meio do acirramento de atitudes de intolerância política em relação a essa minoria na América Latina?

O trabalho possui como objetivos secundários: i) conectar a discussão recente sobre reação conservadora a uma já bastante consolidada linha de investigações sobre os condicionantes da tolerância política, na qual a religião aparece como um fator fundamental e ii) identificar a relação de causalidade entre as mudanças nas legislações em relação aos homossexuais, e a opinião pública.

No início do trabalho nos interessava tão somente entender se a opinião pública (dos religiosos) se tornava mais tolerante em razão das mudanças na legislação ou se é a mudança na legislação que fazia com o que os indivíduos apresentassem atitudes mais tolerantes. Após cumprir esse objetivo inicial, outra questão se impôs e culminou nos objetivos secundários listados acima.

2 TOLERÂNCIA POLÍTICA E DEMOCRACIA

Democracia difere de outros modos de governança por permitir e encorajar a existência de oposição. São marcantes, todavia, as controvérsias sobre os limites dessa contestação permitida, como no caso de grupos não conformistas que assumidamente promovem ideias não democráticas, por exemplo os grupos nazistas (SULLIVAN et al., 1982).

Trata-se do paradoxo da tolerância política que os regimes democráticos precisam, em termos práticos, resolver ao longo da sua experiência. Cientificamente, o assunto começou a ser investigado na segunda metade do século XX, sendo apontada como pioneira a pesquisa de Samuel A. Stouffer (1955) no contexto do Macarthismo (1950-1957), que focalizava como alvo prioritário das atitudes intolerantes a "ameaça vermelha" representada pelos comunistas.

Como nessa tese estudamos a relação entre tolerância política e religião, a primeira tarefa imposta é a de revisar os pontos mais relevantes da trajetória dessa agenda de pesquisas, para então definir claramente a compreensão de atitudes de tolerância que empregamos.

Sendo assim, a primeira seção desse capítulo parte das contribuições conceituais e empíricas de uma primeira geração de pesquisas sobre o tema, contudo vai gradualmente avançando para abordagens contemporâneas que se afastam metodologicamente e em termos de diagnósticos desses esforços iniciais. A seção seguinte trata dos trabalhos que analisaram a situação da tolerância política nas jovens democracias, especialmente na América Latina, apontando a existência de uma lacuna na literatura no que tange a esse grupo de nações.

2.1 TOLERÂNCIA POLÍTICA NOS EUA E EUROPA

Considerado um dos pioneiros dos estudos sobre tolerância política, Samuel Stouffer realizou uma das primeiras pesquisas na área no ano de 1954, durante período do macarthismo (1950-1954), termo que faz alusão ao senador Joseph McCarthy, protagonista do movimento de perseguição aos comunistas sob acusações de atividades subversivas contra o governo americano. A pesquisa, portanto, se voltou para um grupo que fazia parte dos alvos de intolerância mais proeminentes da época, associados a ateus e socialistas (FAZIO, 2008).

Stouffer (1955) analisou as atitudes dos estadunidenses em relação a esses grupos alvos, que já eram perseguidos politicamente, por meio de dois *surveys*. O primeiro foi aplicado a amostras de uma população de líderes comunitários e o segundo teve caráter nacional, conduzido pelo *American Institute of Public Opinion* (AIPO) e pelo *National Center for Opinion Research* (NORC) (STOUFFER, 1955).

Em termos conceituais, nesta obra a tolerância está associada à disposição para permitir que outros exerçam atividades políticas, especialmente aquelas que são consideradas legítimas e legais. Também é definida como aceitação ou compreensão da legitimidade da existência de grupos discordantes em relação a diferentes aspectos, como raça, religião e ideologia. Além disso, igualmente pode ser entendida como a ausência de intolerância, portanto, o indivíduo tolerante é capaz de restringir seus desejos de reprimir seus adversários políticos (STOUFFER, 1955).

Dentre os resultados encontrados, entendeu-se que a maioria dos americanos era intolerante aos grupos minoritários pesquisados, concordando com a negação do direito dos seus integrantes de falar em público, lecionar em escolas e trabalhar como balconista em lojas. Stouffer demonstrou que a intolerância estava relacionada à sensação de ameaça gerada pelo grupo não conformista nos entrevistados (STOUFFER, 1955; JACKMAN, 1972).

Além disso, constatou-se que a maioria concordava que a cidadania daqueles admitidamente comunistas deveria ser subtraída; que livros escritos por eles não deveriam estar em bibliotecas públicas; que ao governo fosse permitido grampear e ouvir seus telefonemas privados, para que assim pudessem incriminar e prender indivíduos assumidamente pertencentes a esse grupo. Outros resultados da pesquisa indicam que os norte-americanos majoritariamente não concordavam com a livre concorrência no mercado de ideias, já que se opunham à oportunidade desses grupos classificados como não conformistas exporem suas opiniões (STOUFFER, 1955; JACKMAN, 1972).

Para além da sensação de ameaça, Stouffer (1950) procurou mapear condicionantes sociais das atitudes tolerantes, e verificou que dentre as variáveis testadas a educação causava grande impacto sobre o comportamento tolerante, principalmente porque se mostrou relevante para a redução do sentimento de ameaça. A pesquisa indicou que quanto maior era o grau educacional dos indivíduos, maior era sua capacidade cognitiva de compreender as normas democráticas em sua amplitude. Foram identificadas diferenças entre o meio rural e o citadino, com os residentes nesse último apresentando mais tolerância.

Em relação às características psicológicas, Stouffer (1950) demonstrou que pessoas mais pessimistas em relação ao futuro tendem a ser mais intolerantes. Sullivan et al. (1982, p.29), todavia, afirmam que uma das descobertas mais importantes desse estudo pioneiro é a maior propensão das elites políticas à tolerância, ao menos no que diz respeito aos grupos alvos analisados.

Após esse estudo inicial, os trabalhos de Prothro e Grigg (1960) e McClosky (1964) aparecem frequentemente como referências para o campo. O primeiro utiliza amostras das cidades de Arbor (Michigan) e Tallahassee (Flórida) e verificou que, apesar da imensa maioria dos entrevistados manifestar aderência aos princípios gerais da democracia, quando o que está em questão é a aplicabilidade desses princípios (como liberdade de expressão e de organização) a grupos específicos (como os comunistas), tais princípios não são postos em prática. McClosky (1964) chega a resultados semelhantes, registrando que 94% da sua amostra aderiria aos ideais da democracia, mas apenas 36% aceitavam a aplicação desses ideais a grupos específicos. Para esse autor, os entrevistados falham em compreender que os princípios da democracia devem ser aplicados a circunstâncias concretas, e elegem alguns grupos como tão objetáveis que não são capazes de permitir-lhes o exercício básico de direitos. Como justificativas, os autores encontraram argumentos baseados na premissa de que somente devem ser estendidos direitos democráticos aos grupos que estendem esses direitos a outros grupos.

Nesse mesmo estudo, McClosky (1964) comparou políticos influentes e cidadãos, a fim de testar os achados de Stouffer (1955) sobre a maior tolerância das elites. Utilizando dados do National Surveys of Elites and General Electorate (1956 e 1958), confirmou os resultados da pesquisa anterior, indicando que elites são mais propensas a aceitarem a liberdade de expressão e estenderem os direitos democráticos a grupos e a situações específicas.

Merece menção o estudo de Jackman (1972), igualmente dedicado à análise dessa clivagem atitudinal entre elites políticas e o “cidadão médio”. Sua pesquisa demonstra que as elites tendem a apoiar os direitos democráticos porque possuem condições econômicas de acessar sistemas formais de ensino, e nesses espaços geralmente adquirem maior capacidade cognitiva de compreender os princípios abstratos que compõem a democracia, sendo um deles a tolerância a pensamentos divergentes. Ademais, as elites tendem a ocupar cargos políticos mais altos e participar de forma ativa, enquanto a população pobre tende a ser politicamente menos ativa, em razão da falta dos recursos necessários ao engajamento cívico evidenciado por estudos posteriores (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995; SCHLOZMAN, BRADY E VERBA, 2005).

Lawrence (1976) discute sobre a tolerância política em suas relações com as normas processuais em um sistema democrático, sustentando que é a partir dessas normas que são tomadas as decisões práticas para a garantia ou restrição de liberdades de minorias. Para a realização de suas pesquisas, o autor utilizou dados do *National Opinion Research Center* (NORC) de 1971, que continham quatro questões sobre projetos de petições, críticas a decisões

do governo, realização de manifestações pacíficas e bloqueios a entradas em prédios do governo, sendo todas medidas em uma escala de permissividade de três pontos (sempre, às vezes, nunca). Aos entrevistados foi apresentada uma lista com alguns grupos, sendo que um deles deveria ser escolhido como *least-liked* (o “menos gostado”), portanto, a aprovação ou reprovação desses atos teriam como referência esse grupo específico de desafeição.

Os resultados demonstraram que os níveis de tolerância eram altos em relação a pesquisas anteriores. Por exemplo, 59,9% dos indivíduos estariam dispostos a permitir que estudantes radicais realizassem manifestações públicas pacíficas; 41,3% estariam dispostos a permitir demonstrações a favor da legalização da maconha. Cruzando essas variáveis com o nível de escolaridade, constatou-se que os entrevistados com escolaridade baixa eram menos tolerantes, enquanto aqueles com ensino superior apresentavam índices de tolerância maiores. O autor conclui que os níveis de tolerância em 1971 eram mais altos do que as hipóteses da pesquisa esperavam, embora existissem grupos altamente intolerantes (LAWRENCE, 1976).

Por fim, Lawrence (1976) mostrou que a tolerância aumenta na medida em que o sentimento de ameaça diminui. O autor verificou que a aplicabilidade das normas processuais democráticas raramente atinge grupos alvos de intolerância, ou seja, quando os indivíduos são questionados, comumente se declaram democráticos, entretanto quando são perguntados em relação a determinados grupos, como negros, comunistas e socialistas, tendem a não aplicar esses princípios.

Autores como Davis (1975) e Nunn et al. (1978) tentaram explicar esse aumento de tolerância por meio de mudanças no contexto social e político, como expansão da educação, revolução na comunicação, dentre outros fatores. Todavia, segundo Sullivan et al. (1982), essas explicações eram apenas especulações não confirmadas pelos dados.

Davis (1975) replicou a investigação realizada por Stouffer, cerca de três décadas depois, utilizando uma amostra menor, composta por 3.006 entrevistas, também nos EUA. Seus resultados demonstraram aumento médio de 23% de respostas tolerantes em relação à pesquisa realizada por Stouffer (1955). Segundo o autor, esse aumento se deu em razão da elevação dos níveis educacionais no processo de mudança geracional.

Uma nova etapa na literatura começa com o trabalho de Sullivan et al. (1982), levantando uma crítica metodológica ao estudo pioneiro de Stouffer e todos os demais que seguiam suas orientações para mensuração das atitudes de tolerância. O principal objetivo dos autores foi demonstrar que o método utilizado por Stouffer (1955) para medir as disposições em relação aos comunistas, socialistas e ateístas é inadequado porque não capta totalmente o

significado de tolerância, e em grande medida é limitado no tempo, ao presumir que os grupos por ele pesquisados são os únicos alvos de intolerância na sociedade americana. O método de pesquisa utilizado por Stouffer, segundo Sullivan e seus colegas,

[...] may have been more or less true in 1954, and Stouffer's conclusions may have been appropriate for the purposes of his research, but it is certainly not true now (SULLIVAN et al., 1982, p. 53).

A partir de análises realizadas por Sullivan et al. (1982), foi apontada a existência de problemas na replicação da técnica de Stouffer. Ao utilizarem as mesmas questões três décadas depois - fazer discursos públicos, lecionar em escolas, ter um livro na biblioteca, inicialmente de maneira isolada e posteriormente em relação aos comunistas, ateístas e socialistas, e por intermédio da técnica de correlações epistêmicas entre os grupos e atos-, os autores verificaram que a tolerância aumentou de 51% em 1954 para 62% em 1974. Ou seja, realmente, houve diminuição da intolerância voltada aos grupos supramencionados.

Outrossim, a pesquisa de Sullivan (1982) indicou diminuição da tolerância por alguns motivos. Primeiro acredita-se que a sociedade americana da época da pesquisa de Stouffer não realizava diferenciações significativas entre os comunistas, ateístas e socialistas, portanto em 1970, quando as questões sociais que envolviam os comunistas não eram mais relevantes para os canais noticiosos, a intolerância em relação aos três grupos passou por um declínio. Todavia, essa constatação não demonstra que os americanos se tornaram mais comprometidos com os ideais abstratos da democracia já que foram surgindo vários outros grupos alvos de intolerância ao longo das décadas (SULLIVAN et al., 1982).

Diante desse cenário de pluralização dos alvos da intolerância política, esses autores propõem uma técnica alternativa de mensuração das atitudes, baseada na identificação inicial dos grupos principais de desafeição, os *least-liked*. A técnica sugere a apresentação prévia de uma lista contendo grupos ideologicamente diversos, indo da extrema direita à extrema esquerda, para que o entrevistado indique o grupo que menos gosta. Na sequência os entrevistados são interrogados sobre o quanto aprovam ou desaprovam ações possíveis de serem praticadas pelo grupo escolhido. Destaca-se que todas as ações apresentadas estavam dentro da lei e serviam para avaliar o quanto o entrevistado tolerava o direito do grupo escolhido para realizar determinadas ações (SULLIVAN et al., 1982).

Para aplicação da pesquisa, Sullivan et al., (1982) escolheram de forma aleatória duas cidades, Minneapolis e St. Paul em Minnesota. Em uma delas foi aplicado o questionário com perguntas controladas pela nova técnica e na outra foi utilizado o questionário de Stouffer,

ambas com uma amostra de cerca de 200 entrevistados, em 1976. Dentre as nove questões aplicadas ao grupo controlado, seis apresentaram taxas de tolerância baixas em relação aos grupos escolhidos como menos gostados. Já os resultados para as questões anteriormente formuladas por Stouffer apresentaram resultados bastante diferentes, com porcentagem de tolerância em todos os casos maiores que 50%. A partir desses dados os autores concluíram que a intolerância em relação aos comunistas, ateístas e socialistas realmente declinou, mas a intolerância de forma geral permanecia alta.

Os autores inferiram que, na década de 1950, identificar previamente grupos de intolerância, como comunistas e ateus, fosse realmente o mais apropriado, no entanto, na década de 1980 não mais. Em um contexto de diversificação dos alvos de intolerância, seria melhor permitir que os cidadãos apontassem os grupos que menos gostam e consideram mais ameaçadores. Deste modo, quando os resultados de Stouffer são utilizados para a realização de comparações através do tempo, eles causam confusão entre a diminuição da intolerância aos três grupos específicos e a intolerância de maneira geral. Desta forma, Sullivan e seus colaboradores defendem que a técnica de grupos controlados (*least-liked*) seria a mais apropriada para o estudo da tolerância política no contexto em que escrevem (SULLIVAN et al., 1982).

Sullivan et al. (1982) igualmente contribuíram para a literatura definindo a tolerância como um conceito relacionado à justiça processual, que são as regras postas para a manutenção do "jogo" em uma sociedade democrática. Então, ainda que contrários a determinados grupos, os indivíduos deverão estender aos mesmos os direitos de falar, publicar, concorrer a cargos públicos e demais direitos. Ainda orientados por esse princípio processual, os autores apontam de maneira bastante pertinente para o paradoxo da tolerância, afirmando que haveria um limite para o que deve ser tolerado, fazendo com que a intolerância, em relação ao intolerante seja necessária, como nos casos de grupos de extrema direita ou esquerda que atentam contra a própria ordem democrática (SULLIVAN et al., 1982).

Expandindo essa agenda de pesquisas para além do contexto norte-americano, Gibson et al. (1992) conduziram um Survey na antiga União Soviética, entrevistando uma amostra de 504 cidadãos na cidade de Oblast-Moscou. Preocupados com a cultura política em termos gerais, os autores incluíram a tolerância política como um dos seus eixos de interesse. Seguindo procedimento semelhante ao sugerido por Sullivan et al. (1992), Gibson et al. (1992) pediram inicialmente para que os entrevistados escolhessem dois grupos que menos gostassem, dentre as seguintes opções: neonazistas, homossexuais, nacionalistas, stalinistas, apoiadores do

cancelamento das eleições e da introdução do regime militar, membros de cooperativas, membros da direita pró-eslava, crentes, judeus, comunistas e outros. Os dois grupos menos gostados foram neonazistas e homossexuais, todavia, como as porcentagens foram menores que 50% para cada grupo, os autores concluíram que havia pluralidade de objeção aos grupos expostos (GIBSON et al., 1992).

Posteriormente os entrevistados foram questionados sobre ações políticas que geralmente são permitidas a todos os cidadãos, mas em relação aos grupos de objeção indicados. A ação que os entrevistados menos permitiriam ao primeiro e segundo grupo de rejeição é "realizar um discurso" (27% e 27,2%), seguida por "realização de comícios públicos" (17,4% e 18,8%). O nível de tolerância a todas as ações apresentou baixas porcentagens, somente 6,6% e 5,5% permitiriam que seu grupo menos gostado realizassem todas as ações (GIBSON et al., 1992).

Gibson et al. (1992) igualmente realizaram algumas questões para testar qual o suporte aos valores de liberdade, e os resultados demonstraram que 69,4% das pessoas acreditavam que a sociedade não deveria ser obrigada a tolerar opiniões políticas diferentes da visão da maioria, em segundo lugar, 55,9% dos entrevistados acreditavam que como as manifestações se tornam, com frequência, desordenadas e perturbadoras, não deve ser permitido que grupos políticos extremistas façam manifestações. Sobre as normas democráticas, constatou-se que os entrevistados eram bastante comprometidos com as normas da democracia e acreditavam que todas as pessoas deveriam ser tratadas de maneira igualitária (93,8%), independentemente de suas opiniões políticas, além disso, deve haver liberdade de expressão. Os resultados encontrados na União Soviética foram bastante semelhantes aos encontrados nos EUA.

Sobre a dissidência os autores encontraram alto nível de apoio, ou seja, os entrevistados concordam que o governo deve ter abertura para o público e que deve haver grupos de oposição. Em relação a mídia, a opinião popular dos soviéticos é bastante dividida, com uma parcela acreditando que deve haver proteção contra a perseguição do governo, e uma pequena minoria acreditando em uma parceria público e privada para as mídias. No que tange as eleições os autores demonstraram que é difícil acreditar no apoio popular, pois quase não há participação popular nas eleições da URSS (GIBSON et al., 1992).

Dentre os resultados encontrados verificaram-se que os valores democráticos eram bastante difundidos no país, os níveis de competição nas eleições eram significativos, igualmente se constatou a existência de níveis significativos de direitos e liberdades democráticas. Ademais, os maiores preditores das atitudes democráticas foram educação,

gênero e idade, pois os homens, jovens com mais escolaridade, tendiam a aderir mais aos processos democráticos. Inferiu-se que os níveis de apoio à democracia na URSS eram bastante surpreendentes, uma das explicações para isso é a de que Moscou não representa toda a União Soviética, ainda que seja a área política mais importante do país. A segunda explicação é de que houve muitas modificações na infraestrutura e na economia na URSS, além da difusão de telecomunicação e isso elevou os níveis de democratização. Muito embora, todas essas explicações sejam especulativas, pois não se sabe o que leva efetivamente os soviéticos a apoiarem as normas democráticas (GIBSON et al., 1992).

Outra obra de referência para essa agenda de pesquisas é *With Malice Toward Some*, de Marcus et al. (1995). Em um contexto de crescente relevância dos meios de comunicação de massa, os autores estão preocupados com os processos de tomada de decisões por parte dos cidadãos, especialmente em relação às liberdades civis. Diante de notícias, principalmente ligadas a episódios de crimes de ódio, preconceitos contra etnias, confrontos entre os grupos ideologicamente opostos, esses pesquisadores pretendiam entender quais fatores poderiam levar à intolerância política.

As bases dessas disposições envolvem atributos individuais, como personalidade, gênero, outros fatores demográficos e dimensões atitudinais, como a crença nos princípios democráticos. A novidade desta pesquisa é a incorporação de estímulos informacionais contemporâneos que atuam sobre as atitudes de respeito ou negação de direitos políticos para grupos específicos. O modelo proposto sugere que: 1) as crenças individuais geram as disposições a respeito das liberdades civis; 2) essas crenças são influenciadas pelo ambiente informacional; 3) as pessoas costumam agir em conformidade com as crenças, adotando atitudes e comportamentos compatíveis (MARCUS et al., 1995).

A principal conclusão do estudo é que as pessoas costumam acreditar e levam em consideração o conjunto de leis sobre liberdades civis para formar seus próprios julgamentos, entretanto, as informações contemporâneas desempenham papel relevante na formação dos julgamentos de tolerância. A ocorrência de atitudes não preconceituosas requer consciência e autocontrole para evitar respostas automáticas, muitas vezes carregadas de estereótipos, contribuindo para a afirmação de que a tolerância política é uma atitude difícil (MARCUS et al., 1995, p.181)

Essas descobertas ocorrem de maneiras distintas para cada indivíduo, por isso, criou-se uma tabela com os principais fatores que intervêm diretamente na predisposição de tolerar, como sentimento de ameaça, neuroticismo e gênero. Já os itens que não influenciam

diretamente são a abertura para experiência, a introversão/extroversão e a capacidade de cognição (MARCUS et al., 1995).

Verificou-se que as pessoas podem ser divididas entre aquelas que se sentem mais fortemente ameaçadas e as que têm mais responsabilidade em relação às informações. Os mais ameaçados costumam ser mais ansiosos e intolerantes, já os menos ameaçados confiam mais em suas predisposições e, por sua vez, têm mais capacidade intelectual de compreensão para realizar julgamentos. À vista disso, gerou-se a tabela sobre decisões que afetam a política de tolerância de maneira geral, são elas: princípios democráticos, conhecimento político e crença de que os grupos menos gostados não são uma ameaça, além disso, o conhecimento político e os princípios democráticos são similarmente decisões individuais (MARCUS et al., 1995).

Evidencia-se, por fim, a eminente necessidade de esforço para manter de maneira racional as qualidades e habilidades de uma democracia, já que os resultados das análises demonstram que as emoções permanecem sendo um fator importante. Logo, se faz necessária atenção para que a emoção não suplante o espaço da razão, por isso os valores edificados entre os líderes e os cidadãos em sociedades heterogêneas são essenciais (MARCUS et al., 1995).

O trabalho de Mondak e Hurwitz (2002) merece destaque por sua proposta de subdivisão dos alvos da tolerância política em atos ou atores. No primeiro, as atitudes são expressas em relação a determinadas ações, como protestos ou manifestações, independente dos atores que a estejam realizando. No segundo, tais atitudes se relacionam com a definição mais usual, derivada do fato de não gostar do grupo que está praticando alguma ação política. A partir dessa proposta, os autores analisam dados de pesquisa conduzida por telefone (Multi-Investigador II) nos EUA, entre 1998 e 1999, para verificar se havia diferenças significativas entre pessoas intolerantes a atos (nominada de genérica) e atores (nominada de discriminatória).

A amostra da pesquisa foi composta por 1.067 entrevistas, dividindo os entrevistados aleatoriamente em quatro grupos. Dentre os resultados, os autores verificaram que de todas as três ações questionadas, apenas a queima de bandeiras americanas foi considerada a mais drástica e radical por mais de 80% dos entrevistados de todos os quatro grupos. Portanto, inferiu-se que algumas ações têm rejeição automática pelo próprio fato em si, independente do ator que o praticar. Identificou-se, igualmente, que a intolerância é multidimensional, portanto, os entrevistados que indicaram grupos específicos possuíam motivações pessoais. A ideia central do trabalho foi a relação entre a intolerância genérica/multidimensional e a intolerância voltada a um ator específico, dessa forma constatou-se que de um quinto a um quarto das respostas intolerantes é genérica, ou seja, voltada a comportamentos, como no caso da queima

de bandeiras. Ademais, os dois tipos de intolerância possuem pressupostos distintos, e pouco se sabe sobre quais são as causas da intolerância genérica (MONDAK; HURWITZ, 2002).

Retomando o tema da pluralização da intolerância, os trabalhos de Gibson (2008, 2009) identificaram diminuição da intolerância e a multiplicação dos alvos. Esse autor questiona a tese do efeito benéfico de atenuação da intensidade da intolerância pela sua dispersão para múltiplos alvos (Sullivan et al, 1995), argumentando que a diversificação dos alvos não faz com que os efeitos da perseguição e negação de direitos sejam menos perniciosos, quanto os verificados quando há um único alvo.

Os dados apresentados nesses dois trabalhos indicam que a intolerância política, que parecia ter diminuído entre 1955 e 2005, na verdade apenas teria se voltado para outros grupos, pois aqueles que eram considerados alvos preponderantes da intolerância, como afro-americanos e comunistas, passaram a ter maior sensação de liberdade. Entre os negros, em 1982, 63,7% acreditavam que não estavam autorizados a participar ou organizar reuniões públicas e, em 2005, esse número caiu para 49,5%. Em relação aos comunistas, 68% da amostra dos americanos havia respondido em 1954 que não poderiam fazer discursos em público, já em 2005 esse número diminuiu para 54%. Isso demonstra que alguns grupos são atualmente considerados como menos ameaçadores. Em contraposição, novos grupos surgiram como o KKK, os nazistas, os mulçumanos radicais dentre outros. Por isso, atualmente, é comum a utilização da técnica de *least-liked* (AQUINO, 2017; GIBSON, 2008).

Após o 11 de setembro de 2001, uma nova onda de intolerância tomou conta dos Estados Unidos, especialmente voltada aos grupos não naturalizados como americanos, ou seja, novamente um grupo passou a ser concentrador da intolerância. Se no passado o foco da intolerância era os comunistas esquerdistas, no início do século XXI passou a ser os extremistas mulçumanos ou quem se assemelhasse aos estereótipos atribuídos a esse povo, e de alguma forma pudesse representar perigo (real ou imaginário) ao Estado (GIBSON, 2008).

Em sistemas políticos mais repressivos, as minorias ou os grupos menos ortodoxos aprendem que suas ideias são pouco toleradas e que o custo por as expressar pode ser alto, gerando o que Gibson (2009) denomina de “geração silenciosa”: pessoas que não estão dispostas a expressar suas opiniões por serem consideradas impopulares e conscientes de que podem sofrer punições. Então, a tolerância exige que tanto o governo, quanto a população sejam tolerantes, para aceitar que pensamentos diferentes dos predominantes sejam emanados publicamente.

Gibson (2009) igualmente demonstrou em suas pesquisas que a intolerância política pode não estar diretamente relacionada ao preconceito. Desta forma, podem existir pessoas que são intolerantes racialmente, contudo não são racistas, ou seja, que não acreditam que uma determinada raça seja detentora de características negativas, mas ainda assim não desejam que essa mesma raça exerça algum ou todos os seus direitos políticos. Isso seria possível pois a intolerância estaria mais relacionada à sensação de ameaça do que ao preconceito.

Igualmente, esse pesquisador demonstra que quanto mais as pessoas são expostas a democracia e processos democráticos, mais tendem a ser tolerantes. Se a tolerância é um dos itens essenciais da democracia, quanto mais os indivíduos forem educados e conviverem sob esse modo de governança, mais tenderão a aderir aos seus princípios básicos e, conseqüentemente, menos ameaçados tendem a se sentir pelas ideias concorrentes, porque entenderão que é essencial a existência de grupos opositores, ainda que a tolerância exija alguns custos.

Arwine e Mayer (2012) realizaram um trabalho de análise da tolerância em dois níveis, o nacional e o individual. Os autores verificaram em nível individual que conforme os indivíduos se tornam mais tolerantes, mais tendem a apoiar a democracia e serem mais liberais e menos conservadores politicamente, rejeitando assim comportamentos autoritários. Os resultados da pesquisa demonstraram que pessoas tolerantes são mais ativas politicamente e mais interessadas. Por outro lado, pessoas conservadoras e intolerantes tendem a serem mais religiosas, ainda que os autores acreditem que as religiões estejam passando por modificações e, talvez se tornando mais maleáveis. A análise a nível de Estado mostrou que conforme aumenta a tolerância de um país, o respeito pelos direitos humanos também cresce.

Os autores apresentam uma definição específica para tolerância como "[...] acceptance or legitimacy of people of a different race, ethnicity, religion, or of a different social or political perspective¹" (p.1), defendendo que é mais fácil tolerar quando isso não requer custos, ou seja, quando aquele que tolera não está sob risco.

O conjunto dos trabalhos revisados nessa seção tratam do fenômeno da intolerância sem especificar detalhadamente seus alvos específicos, sendo necessário, mais à frente, o diálogo com a literatura especializada em grupos, principalmente os homossexuais, objetos da pesquisa que gerou essa tese.

¹ Trad. aceitação ou legitimidade de pessoas de diferentes raças, etnias, religiões ou de uma perspectiva social ou política diferente.

2.2 TOLERÂNCIA POLÍTICA NAS JOVENS DEMOCRACIAS

Durante o levantamento da literatura verificou-se que diferentemente do que acontece em democracias desenvolvidas, nos países da América Latina o número de trabalhos sobre tolerância é escasso. Nessa seção procuramos revisar os trabalhos identificados que tomam esses contextos como alvos.

Começamos pelo trabalho de Gibson e Gouwa (2003) sobre os sul-africanos. Somente na década de 1990 é que a África do Sul passou a ter eleições abertas para a maior parte da população (todas as raças), já que até 1994 o país possuía um regime autoritário de hegemonia branca. O processo eleitoral com votação da maioria marcou o fim do regime autoritário no país, que entrou em um processo de democratização. Segundo os autores, entretanto, seria difícil que a África do Sul se tornasse uma democracia, uma vez que não contava com elementos mantenedores desse regime, dentre eles a difusão de atitudes de tolerância política entre sua população (GIBSON e GOUWS, 2003).

Desde o início do processo de democratização, o Estado agiu de maneira intolerante realizando ações, como a criação das zonas proibidas. Estas zonas se tratavam de locais destinados a partidos específicos e cuja presença dos oponentes era tratada com violência. Em 1996, quando os cidadãos foram questionados sobre o direito de a oposição buscar apoio nesses locais, somente a minoria de cada etnia concordou (2,4% de indianos, 30% de brancos e 21,4% de africanos) (GIBSON e GOUWS; 2003).

Segundo os autores, "South Africa is probably one of the few case studies of tolerance in which threat is unquestionably real and immediate." (p.27). Isto é, a intolerância é real e não subjetiva e pensada pelos africanos como uma ideia abstrata. No caso quem representa ameaça aos cidadãos são os principais partidos políticos: Congresso Nacional Africano (ANC), Partido da Liberdade de Inkatha (IFP) e Movimento de Resistência Africanêr (AWB). Esses partidos configuram ameaça à população, porque após o apartheid houve o banimento da oposição por quem possuía mais força para suprimir os partidos menores, dessa maneira a violência suplantou o espaço político (GIBSON e GOUWS, 2003).

Na análise realizada, os autores se preocuparam em apontar possibilidades de mudança em direção a maiores níveis de tolerância. Para tanto a pesquisa experimental realizada utilizou uma amostra aleatória de 3 mil indivíduos, e os resultados demonstraram que a intolerância é bastante difundida no país; ademais a intolerância não advém de aspectos marginais, pelo contrário, afinal concentra-se nos próprios partidos políticos. Além disso, verificou-se que essa ameaça sul-africana é mais sociotrópica que egocêntrica, ou seja, parte mais do contexto social

que dos próprios indivíduos. Portanto, mudanças na organização política poderiam gerar mudanças efetivas entre os cidadãos (GIBSON e GOUWS, 2003).

A pesquisa mostrou que é mais difícil aumentar a tolerância do que o contrário, especialmente quando a intolerância advém de importantes pilares sociais, como é o caso do tribunal constitucional africano. A título de exemplo, se o tribunal toma atitudes contrárias às liberdades civis, a população tende a apoiá-lo no ato de não tolerar. Apesar disso, os autores não encontraram evidências que demonstrem que a intolerância esteja em processo de crescimento. Dentre os resultados, o mais significativo é de que a percepção de ameaça pode ser muito ampla, fazendo com que a intolerância seja um sentimento solidificado e de difícil modificação (GIBSON e GOUWS, 2003).

Conclui-se demonstrando que são baixas as chances de a África finalizar seu processo de democratização, por uma série de fatores, como a extrema pobreza, má distribuição de renda e intolerância generalizada. Uma maneira de modificar essa situação, seria através da mudança de atuação dos órgãos e instituições dirigentes da sociedade (GIBSON e GOUWS, 2003).

Peffley e Rohrschneider (2003) analisaram 17 países, dentre eles alguns pertencentes a América Latina, a partir do *World Values Survey* (WVS) de 1995-1997, e apresentaram resultados interessantes para o objetivo principal dessa tese. Os autores verificaram que em países com democracias bem consolidadas e mais antigas, a tendência é de apoio ao regime democrático. Ademais, a democracia e a tolerância devem coexistir, muito embora, não exista uma relação iminente entre os termos, isto é, pode haver regimes democráticos que sejam pouco tolerantes, e o inverso. Constatou-se que uma das maneiras de aumentar o nível de tolerância entre a população é pelo ativismo que luta por liberdade civil, afinal à medida que as pessoas se colocam em prol de liberdade para si e seus semelhantes, tendem a se tornar mais tolerantes.

Para a realização da pesquisa supramencionada, Peffley e Rohrschneider (2003) partem da seguinte hipótese: quanto mais tempo um país é democrático, mais seus cidadãos serão tolerantes. O nível macro analisado foi a durabilidade da democracia, e em nível micro (individual) analisaram-se variáveis demográficas, no que tange à educação e ao gênero; as questões políticas, como apoio a valores democráticos e conservadorismo, ativismo democrático² dentre outras variáveis individuais. Analisaram-se 18 países³ por intermédio do banco de dados WVS (1995-1997) combinado com algumas informações-chaves como a

² Peffley e Rohrschneider (2003) interpretam esse tipo de ativismo como ir além da participação através do voto e de plebiscitos, mas também a participação de manifestações.

³ Argentina, Armênia, Austrália, Bósnia, Brasil, Croácia, Alemanha, Finlândia, Geórgia, Macedônia, Peru, Sérvia, Espanha, Suécia, Suíça, Uruguai, EUA, Alemanha.

estabilidade da democracia, os tipos institucionais e o desenvolvimento socioeconômico (PEFFLEY E ROHRSCHEIDER, 2003).

A questão principal foi se os entrevistados dos países selecionados estavam dispostos a estender aos grupos que não gostam (*least-liked* ⁴) o direito de ocupar cargos públicos, e as porcentagens de pessoas que concordaram foram: Argentina 7%, Armênia 3,4%, Austrália 12,3%, Bósnia 1,4%, Brasil 7,7%, Croácia 2,1%, Alemanha 2,9%, Finlândia 9,2%, Geórgia 4,7%, Macedônia 3,4%, Peru 4,6%, Sérvia 3,1%, Espanha 2,7%, Suécia 9,4%, Suíça 4,4%, Uruguai 3,3%, EUA 14,4%, Alemanha 6,3% (PEFFLEY E ROHRSCHEIDER, 2003).

Diante dos resultados apresentados, concluiu-se que a tolerância é bastante escassa nos países pesquisados, afinal, a nação com a maior porcentagem de indivíduos que permitiria que seu grupo não gostado ocupasse cargos políticos é os Estados Unidos com 14,4%. Corroborando com a literatura, o apoio ao regime democrático possui altas porcentagens, já que em um índice de 1 a 10, a média entre os países foi de 8,19, isto é, as pessoas concordam e preferem a democracia, todavia não estendem os princípios democráticos àqueles que não gostam. Infere-se, igualmente, que o ativismo democrático (participar de ações relacionadas à democracia) é forte preditor da tolerância no nível individual. O desenvolvimento socioeconômico não foi um fator importante para o aumento da tolerância, pelo menos não de maneira direta (PEFFLEY E ROHRSCHEIDER, 2003).

Destaca-se também o trabalho de Aquino (2017, p.2), que investiga os efeitos da exposição às instituições democráticas sobre o ato de tolerar em um grande grupo de países latino-americanos, especialmente pela comparação que faz entre nações desse subcontinente e o Brasil. Segundo o autor, para que haja a manutenção de longos períodos de democracia é necessário que exista tolerância em relação à diversidade étnica e outras características identitárias, isto é, a "Democracy requires a great deal of tolerance, but not unlimited tolerance [...]" ⁵.

Aquino (2017) utilizou a sexta onda (2010-2014) do WVS, cuja amostra foi composta por 53.429 entrevistas, realizadas em 35 países. O autor pretendeu estudar a tolerância nos países da América Latina e central, levando em consideração o tipo de colonização, por isso partiu do pressuposto de que são nações que apresentam baixo nível de tolerância. As questões

⁴ I. Political Tolerance (0 to 2 = high tolerance)/ A. I'd like to ask you about some groups that some people feel are threatening to the social and political order in this society. Would you please select from the following list the one group or organization that you like least? 1. Jews*/ 2. Capitalists /3. Stalinists/hard-line Communists*/4. Immigrants/5. Homosexuals/ 6. Criminals/7. Neo-Nazis/Right extremists*(PEFFLEY E ROHRSCHEIDER, 2003, p.254)

⁵ A democracia requer muita tolerância, mas não tolerância ilimitada.

do WVS foram divididas em três grupos de intolerância, quais sejam: xenofobia (a pessoas de outras raças, religiões e outros idiomas); aversão (drogados e alcoólatras) e conservadorismo sexual (homossexuais, pessoas com Aids e casais não casados). Por essa divisão, Aquino (2017) concluiu que viver em uma sociedade democrática afeta a tolerância em relação aos três subgrupos de tolerância mencionados.

Os resultados foram os seguintes: dentre os países pesquisados 7% não são xenofóbicos, 17% não são conservadores sexuais e 3% não têm aversão a drogados e alcoólatras; na América Latina não houve resultado significativo para outras raças, nem para comportamentos sexuais; constatou-se 2% apenas de tolerância em relação a drogados e alcoólatras; já no Brasil, os resultados foram negativos para os três grupos, ou seja, os anos que os brasileiros viveram na democracia (após seus 18 anos) não ocasionaram aumento de tolerância a nenhum desses grupos. Este resultado deve estar relacionado aos poucos anos que os brasileiros viveram sob o regime democrático, já que a tolerância é um preceito básico da democracia (AQUINO, 2017).

Csapo (2017, p.1) pretendeu estudar os mecanismos subjacentes entre intolerância e apoio à democracia. Por meio de suas pesquisas demonstrou que o Brasil apresenta índices de baixo apoio à democracia, se comparado a outros países. Embora sua média seja 8 em uma escala de 10 pontos em questões sobre viver em uma democracia, isso relega o país a 16ª colocação de 17 países analisados pelo WVS. Uma das explicações para esse resultado talvez seja falta de confiança que os indivíduos têm uns nos outros, já que a autora constatou que a confiança social é importante alicerce dos valores democráticos como, por exemplo, "[...] trust in the opposition to turn over power when it is lost democratically are all potentially relevant".

Além disso, Csapo (2017) asseverou que esse cenário é constantemente atribuído aos sentimentos de intolerância em relação a determinados grupos, porque se associa democracias ao sentimento de confiança em relação aos outros cidadãos como um importante alicerce desse regime. Isso significa que individualmente as pessoas acreditam que seus opositores irão agir segundo as normas democráticas, não desfavorecendo a vontade da maioria em decisões tomadas em conjunto, como as eleições. O autor reitera que a tolerância em relação às ideias que pouco gosta é um importante mantenedor da democracia.

Seligson et al. (2019) verificaram os efeitos da educação na tolerância em 26 países da América Latina e o Caribe em relação ao direito dos homossexuais se casarem usando bancos de dados do AmericanBarometer (2014), DataBank e Freedom House. Os resultados da pesquisa revelaram que o aumento dos indicadores de escolaridade pode ser suficiente para aumentar a tolerância em relação aos homossexuais, outrossim, o aumento de investimentos em

educação pode gerar impacto ainda mais forte no ato de tolerar. Segundo os autores, as pesquisas atuais permanecem em busca de compreender o que gera tolerância política, apesar de já terem verificado que em média as pessoas mais instruídas tendem a ser mais tolerantes.

Para analisar a tolerância em nível agregado, Seligson et al. (2019) utilizam o nível de desenvolvimento dos países, pois pesquisas demonstram que quanto mais desenvolvido o país, mais tolerante ele tende a ser. Outro indicador apontado pelos autores como indicador de maior tolerância é o tempo de democracia: existe uma relação diretamente proporcional demonstrando que os países/seus cidadãos tendem a ser mais tolerantes se possuem democracias mais velhas e mais bem consolidadas.

Acredita-se que o trabalho de Seligson et al. (2019) seja o primeiro na América Latina a realizar uma análise multinível no estudo da tolerância, isto é, usando os países de maneira agregada através do contexto econômico, e em nível individual, através dos efeitos da educação. Os autores pretendem demonstrar que as questões agregadas causavam efeitos em nível individual, pois países mais desenvolvidos economicamente tendem a investir mais em educação, gerando resultado positivo na ação de tolerar em nível individual. Parte-se da hipótese de que países mais ricos investem mais em educação, por isso tendem a ter indivíduos mais tolerantes e, para verificar se isso de fato acontece, analisaram o PIB de cada país para saber quanto cada um gasta com educação.

Conforme esperado, Seligson et al. (2019, p.252) constataram que em países mais ricos os níveis de tolerância são realmente maiores, e que os indivíduos que possuem mais anos de escolaridade. Os autores dizem que: "Completing secondary education is associated with a larger return on increasing tolerance toward homosexuals in wealthier countries compared to poorer countries in the Americas". Portanto, é imperioso a informação de que a educação por si só não aumenta os níveis de tolerância, é necessário que o país seja economicamente desenvolvido e invista nessa área. Os autores apontam para o Brasil demonstrando que apesar de não ser economicamente desenvolvido, seus investimentos em educação geraram resultados significantes no ato de tolerar.

Ribeiro et al. (2019) realizam uma análise dessa região, utilizando o LAPOP (2014), por meio de variáveis diferentes das utilizadas por Seligson et al. (2019). Os autores partiram do pressuposto de que quanto mais tempo um país está sob o regime democrático, mais seus cidadãos internalizam os princípios abstratos da democracia e tendem a serem mais tolerantes. Todavia, salientam que apenas o tempo de duração da democracia não é suficiente para afetar

positivamente no ato de tolerar, é necessário da mesma forma que a democracia possua qualidade, isto é, esteja mais distante dos modelos aplicados em regimes autoritários.

Para a realização da pesquisa os autores utilizaram cinco variáveis para criar um Índice de Tolerância Política (ITP), somando algumas variáveis selecionadas. Posteriormente, analisaram a média da variável ITP para cada país. Os resultados demonstraram que os países com valores mais baixos de tolerância política são a Guatemala (3,64), seguido pelo Panamá (3,88), já os países com índice mais alto foram a Venezuela (6,58), seguido pelo Uruguai (6,34). Todavia, pode-se inferir que as médias indicam mais intolerância que tolerância, pois o ITP foi medido em uma escala de 10 pontos, e os resultados apontaram que a maior parte dos países está abaixo de 5 e os países que possuem as pontuações mais altas estão mais distantes do ponto 10 (RIBEIRO et. al., 2019).

Outro teste realizado por Ribeiro et al. (2019) é sobre o nível de democracia, através do índice de democracia eleitoral do projeto V-Dem que enquadra os países em uma escala que varia de 0 (menos democracia) a 1 (mais democracia), relacionado com a educação, partindo da hipótese de que países mais democráticos (em tempo e qualidade) são compostos por indivíduos mais tolerantes, pois possuem maior escolaridade. Analisando os efeitos estatisticamente significativos para educação, verificou-se que "a escolaridade medida em anos completos de estudo eleva em 0,08 a pontuação na medida de tolerância" (RIBEIRO, 2019, p.26).

Os resultados encontrados por Ribeiro et al. (2019) corroboram àqueles verificados por Seligson et al. (2019), de que somente a educação não é suficiente, sendo necessário que o país se desenvolva economicamente. Contudo, se isso não é viável de imediato, o aumento da escolaridade já tende a causar um aumento da tolerância, pois Seligson et al. (2019) apontam para esse resultado nos países que fizeram investimentos na educação, a exemplo do Brasil. Os resultados confirmam as hipóteses propostas por Ribeiro et al. (2019): à medida que o país tem um longo legado democrático e passa a investir mais em educação, a tolerância tende a aumentar.

Em outro estudo, desta vez especificamente em relação a quatro países da América Latina (Brasil, Argentina, Peru e Chile), Ribeiro (2010) discute sobre a questão da tolerância utilizando o WVS de 1991, 1997 e 2006. Dentre as variáveis estudadas estava o índice de materialismo/pós-materialismo ampliado, composto por 12 variáveis que medem o quão o indivíduo é classificado como materialista ou pós-materialista.

A princípio, Ribeiro (2010) analisa uma variável do WVS que questiona o que o entrevistado considera importante ensinar aos seus filhos, sendo que uma das opções é a tolerância e o respeito pelos outros. Observando os dados mais recentes de cada um dos países mencionados verificou-se que o Peru é o país em que menos pessoas escolhiam essa opção (20,9%), seguido pela Argentina (29,5%), Chile (33,8%) e por fim, o Brasil (35,3%) que nessa lista de quatro países, é o que apresenta maior porcentagem, muito embora seja bastante inferior a 50%. O autor igualmente realizou um teste de coeficiente de Gamma que demonstrou a existência de uma relação fraca entre os valores pós-materialistas e a valorização da tolerância.

Em relação ao Brasil, analisou-se o perfil dos entrevistados que escolheram como principal opção “ensinar aos filhos a tolerância e o respeito pelos outros” e os resultados demonstraram que não há diferenças geracionais, isto é, jovens não se distinguem dos grupos mais velhos. Ademais, a fim de verificar o nível de objeção a determinados grupos foram observadas as porcentagens em relação aos seguintes grupos: 1-pessoas de outras raças, 2-pessoas com Aids, 3-trabalhadores imigrantes ou estrangeiros, 4-homossexuais e 5-pessoas de outras religiões (RIBEIRO, 2010).

Sobre o primeiro grupo (pessoas de outras raças), nos quatro países analisados todas as porcentagens foram baixas, menores que 10%. Porcentagens maiores de objeção foram apresentadas em relação ao segundo grupo (pessoas com Aids), o Peru chegou a 25%, o Brasil 15%. Sobre o terceiro grupo (imigrantes e estrangeiros) as porcentagens foram baixas, com exceção do Chile que apresentou 10% de objeção a esse grupo, os demais países tiveram porcentagens menores que 6%. Quando se trata dos homossexuais as porcentagens são relativamente altas em países como Peru (41,8%) e Chile (33,3), já no Brasil e na Argentina as porcentagens são menos que 22%. Por fim, em relação ao último grupo, as porcentagens similarmente são baixas, todas inferiores a 8% (RIBEIRO, 2010).

Retomando a discussão da tolerância, Ribeiro e Borba (2020) utilizam como parâmetro de análise os períodos de 2015 e 2016 e os processos políticos ocorridos nesse período, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Para analisar o contexto nacional, os autores utilizaram um conjunto de variáveis do LAPOP, partindo da hipótese da relevância de recursos e atitudes, nos processos políticos que estavam ocorrendo na época supramencionada, isto é, os autores partem do pressuposto de que “[...] os mais escolarizados e mais comprometidos com a adesão normativa à forma democrática sejam também os mais tolerantes”.

Os autores analisaram as pessoas que falam mal do governo, e os direitos de votar e de participar de manifestações, dentre os anos de 2006 e 2014, os resultados mostraram que em

ambos os casos as pontuações eram maiores que 6, portanto as pessoas eram um ponto mais tolerante, que intolerante em relação ao grupo testado. Ao estudarem a ação "concorrer a cargos públicos" verificou-se que os entrevistados são capazes de estender aos grupos *least-liked* esse direito, pois a média para as respostas estava acima de cinco. Todavia, este valor estava em decréscimo nos últimos anos. A última ação analisada "discursar" apresentou resultados semelhantes a anterior; com uma média de 5,27 os brasileiros parecem demonstrar sentimento de medo/ameaça de que o grupo analisado realize discursos. Por fim, analisou-se o quanto os entrevistados estavam dispostos a permitir que homossexuais se candidatassem a cargos públicos, e constatou-se que a tolerância era maior que a metade e crescia nos últimos anos (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Em seguida, Ribeiro e Borba (2020) se utilizaram da integração das variáveis analisadas anteriormente de maneira separada, para criação do Índice de Tolerância Política (ITP). Por meio das análises se constatou que quanto mais o indivíduo adere aos conceitos abstratos da democracia, mais é tolerante. Sendo que o posicionamento ideológico, o índice de apoio às instituições, a sensação de segurança e o sexo não apresentaram resultados significativos. Dentre as variáveis sociocráticas a idade demonstrou ser inversamente significativa (quanto mais velho menor é a tolerância), e a escolaridade significativa (quanto mais escolaridade mais tolerante). Os homossexuais foram analisados separadamente, para esse grupo as variáveis que se mostraram significantes foram distintas da análise anterior como, por exemplo, sexo se mostrou significativa, as mulheres tendem a ser mais tolerantes. Escolaridade também mostrou significância, e a idade, novamente, mostrou-se inversamente significativa. Dentre os demais condicionantes analisados nenhum apresentou significância (sensação de segurança, índice de democratismo, apoio às instituições e posicionamento ideológico) (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Os autores concluíram que de maneira geral os índices indicam tolerância estão passando por um declínio nos últimos anos, e apesar de os resultados não serem alarmantes refletem processos políticos como o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Além disso, os dados encontrados no Brasil foram semelhantes aos verificados nos EUA, cujas eleições elegeram candidatos populistas (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Neste capítulo buscamos apresentar trabalhos sobre tolerância política em países democráticos. Inicialmente tratamos das democracias mais bem consolidadas e depois apresentamos os estudos realizados na América Latina. Na primeira seção apresentamos os estudos realizados nos EUA e outros países europeus, desde 1950, o avanço pelo qual o tema passou, a partir do aprimoramento dos *Surveys* de Opinião Pública em 1980, seguido pelos

estudos mais recentes realizados nesta última década. Já na segunda seção identificamos uma escassez de estudos, o que reforça a necessidade de aprofundamento do tema nos países latino-americanos.

No próximo capítulo a discussão será voltada especificamente para o grupo alvo da tese, os homossexuais. Ademais trataremos acerca da tolerância aos gays e lésbicas nos países da América Latina, com a finalidade de identificar quais direitos são estendidos a essa minoria sexualmente dissidente.

3 DEMOCRACIA E HOMOSSEXUALIDADE

Trata-se de importante tarefa para os objetivos da tese a recuperação histórica da luta em prol da regulamentação da homossexualidade, tanto em relação aos países desenvolvidos, quanto aos países em desenvolvimento.

Neste capítulo realizamos um estudo histórico e político, acerca do surgimento e desenvolvimento da luta pelos direitos da comunidade LGBT. Partindo das democracias consolidadas, como Estados Unidos e Reino Unido, posteriormente falamos sobre o cenário político-legal de proteção e garantias de direitos das minorias sexuais nos 18 países da América Latina, objetos da tese. Tratamos, ainda, sobre a homossexualidade, a luta por direitos e a maneira como certas organizações, à exemplo da ONU, influenciaram no desenvolvimento dos direitos da população LGBT⁶.

3.1 DIREITOS LGBT EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO

De acordo com Seil et al., (1995) os homossexuais compõem um grupo minoritário de indivíduos⁷. Nos EUA menos de 1% dos homens são gays, e menos de 0,5% das mulheres são lésbicas⁸. No Reino Unido (RU), aproximadamente, 1% dos homens são gays, já as mulheres somam cerca de 0,5%. Por fim, na França menos de 0,8% dos homens é homossexual e mulheres somam menos de 0,15%. Ainda que sejam minoritários, esses grupos passaram a pedir pelo fim da discriminação e pela equidade de direitos nas últimas décadas. Portanto, a homossexualidade está sendo discutida em diversos países, e grande parte deles pauta suas regulamentações por meio dos órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Negamine (2019) demonstra que a Organização das Nações Unidas (ONU) discute sobre a homossexualidade desde 1980, inicialmente com campanhas voltadas ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Todavia,

⁶ Utilizamos o termo LGBT, mas sabemos que essa sigla trata de outras minorias sexuais que não só as lésbicas e os gays, inclusive nos últimos anos foi dilatada para comportar outros grupos minoritários sexualmente, mas como não existe uma sigla específica para identificar apenas os grupos com os quais estamos trabalhando, permaneceremos utilizando LGBT. Lembramos ainda que estamos discutindo apenas sobre homossexuais, porque essa é a limitação do nosso banco de dados.

⁷ Esse grupo não está passando por um crescimento numérico, conforme podem afirmar grupos contrários a homossexualidade (SEIL et al., 1995)

⁸ É importante salientar que esses dados, assim como todos os outros advindos de *Surveys* de Opinião Pública acerca da homossexualidade são imprecisos, pois ainda há muita desejabilidade social atrapalhando a coleta de dados, ou seja, podemos considerar que uma boa parcela dos homossexuais não diz aos pesquisadores sua real orientação.

ainda não existe no ordenamento internacional um tratado especificamente sobre essa minoria, geralmente definidas por sua orientação sexual dissidente. Somente na década de 1990 é que a descriminalização à homossexualidade (ou sodomia) e os direitos desse grupo passaram a ser pauta política, e a partir de 2010 os órgãos internacionais somaram esforços para legitimar os direitos relacionados à sexualidade.

Em 2008, a França e a Holanda propuseram à ONU uma declaração dos Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero que foi aprovada pela resolução 2.435. Os países signatários dessa resolução aceitavam não criminalizar atos homossexuais. Muitos dos países desenvolvidos assinaram a declaração, a exemplo de Canadá, México, Estados Unidos, França, Reino Unido, dentre outros. Ainda que nesses países a homossexualidade não fosse criminalizada desde 1969, 1871⁹, 1971 e 1967, respectivamente.

Apesar de os direitos dos homossexuais estarem passando por rápido desenvolvimento, em relação a outras minorias (Patalakh, 2018) – já que se trata de um grupo que está alcançando ganhos ao longo dos anos -, ainda existem diferenças abissais entre os países. Se em alguns lugares gays e lésbicas já estão plenamente amparados pelos direitos humanos em outros ainda são condenados à morte. Os Estados Unidos (EUA) e 27 países que compõem a União Europeia (UE) são considerados precursores das políticas voltadas a essas minorias.

Brewer (2014) demonstra que a opinião pública sobre o direito ao casamento dos homossexuais aumentou em vários países desenvolvidos; na Inglaterra foi de 16% em 1975 para 69% em 2014, nos EUA foi de 27% em 1996 para 54% em 2014 e no Canadá foi de 37% em 1993 para 61% em 2011. O autor corrobora a ideia de que há diferenças no interior dos países, especialmente nos EUA que possui Estados tão distintos, todavia, é inegável a mudança pela qual estão passando. Contudo, na mesma medida em que os países desenvolvidos da América do Norte, União Europeia, dentre outros, estão em processo de maior aceitação, em alguns países em desenvolvimento, como Ásia, África e os predominantemente mulçumanos, ainda há grande rejeição aos grupos minoritários e suas demandas.

Nos Estados Unidos, o movimento moderno em prol da causa gay teve início já em 1969 com a Revolta de *Stonewall*, nomeada dessa forma porque ocorreu em um bar homônimo voltado à clientela homossexual em *Greenwich Village*. Policiais agiram de maneira brutal acreditando que a manifestação popular seria facilmente reprimida, como nos demais “ataques” de rotina, acontece que a população se revoltou e a confusão durou cerca de três noites,

⁹ Em todo território dos Estados Unidos apenas foi legalizado em 2003.

chegando ao conhecimento da mídia e do restante da população, como o início do movimento gay (POINDEXTER, 1997).

A revolta similarmente deu início ao movimento nomeado como Out of the Closets, que visava um ideal social em que todos os gays pudessem sair do que se denominou como "armário", figura de linguagem para uma vida sexual não heterossexual vivida apenas no âmbito privado, ou completamente negada e reprimida. Esse movimento deu espaço para o início da luta por direitos civis nas décadas seguintes (SEIDMAN et al., 1999).

Entretanto, a criação do movimento gay nos EUA teve precedentes, isto é, já havia uma prévia organização dos homossexuais que mais tarde se constituiria em um agrupamento organizado em prol de ideais comuns, tais como espaços frequentados especificamente pelo público gay ou indivíduos com identidades desviantes do padrão, lugares estes que passaram a ser reconhecidos na década de 1830. Em 1924, foi fundada, em Chicago, a primeira *Society for Human Rights* voltada ao público homossexual. Outro processo ocorrido nesse período foi o aumento de conscientização dos homossexuais, que eram levados a lutar na II Guerra Mundial pelo seu país, porém ao retornarem aos EUA permaneciam sofrendo perseguições por sua condição sexual, especialmente durante a década de 1950 em que o senador McCarthy instituiu um cenário de intolerância às minorias (POINDEXTER, 1997).

Todas as questões expostas (ganho de consciência, organizações sociais) deram ensejo para que a Revolta de Stonewall ocorresse anos depois, contando com o apoio da União Americana das Liberdades Cívicas (ACLU) (POINDEXTER, 1997).

Nos EUA, todos os Estados possuem certa autonomia, por isso, alguns têm leis mais conservadoras e contrárias aos direitos dos homossexuais, enquanto outros são mais liberais. Nos Estados conservadores um dos argumentos utilizados pelos agentes contrários a união civil de casais do mesmo sexo é de que se trata de uma questão de cunho individual e privado, portanto não deve ser regulada ou mesmo criminalizada (SMITH, 2008).

Exemplo de cidade mais liberal sexualmente é São Francisco, que desde a II Guerra Mundial ficou conhecida por sua grande quantidade de homossexuais, o que atraía ainda mais essa população que procurava residir em um local com mais leis que lhes contemplassem. No ano de 2004, o então presidente Bush opunha-se ao casamento gay, já o prefeito de São Francisco, Gavin Newsom, não só era favorável, como autorizou que todos os interessados em realizar a união emitissem uma licença junto à prefeitura. Essa iniciativa levou cerca de 2 mil casais a realizarem o pedido desse documento, logo após o comunicado do prefeito (SMITH, 2008).

Todavia, no mesmo ano, 2004, a Suprema Corte da Califórnia invalidou o documento de licença para casamento homossexual, alegando que Estados não tinham tal autonomia. Essa decisão foi considerada como um ato de preconceito em relação à orientação sexual. Durante o governo Bush, muitos homossexuais mudaram-se para o Canadá que, em 1969, descriminalizou a homossexualidade e, em 2004, tinha uma lei que protegia os cidadãos contra a discriminação em relação à orientação homossexual. Somente em 2007 é que 26 Estados, dos 50 que compõe o EUA, aprovaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo, enquanto 19 ainda possuíam alguma emenda que proibia essa união (SMITH, 2008).

Apenas em 2003 é que todas as leis restantes sobre sodomia foram extintas em todo o EUA. Em relação ao casamento, em 2015 passou a ser permitido em todo o território. Neste período em que o ato homossexual deixa de ser considerado crime, até a aquisição dos primeiros direitos por homossexuais ocorreram, segundo Kite e Less (2016, p.164), mudanças na opinião pública, especialmente entre os mais jovens. Pesquisa da Gallupe Organization (2019), demonstra que: 26% dos americanos ainda acreditam que não deve ser legal a relação entre homossexuais e 36% acreditam que o casamento homoafetivo não deveria ter validade. As mudanças de opinião pública são incontestáveis, pois em décadas anteriores quando a pesquisa começou a ser realizada os números eram significativamente maiores, mas ainda há uma porcentagem de não aceitação, posto que “in 2001, 65% of U.S. residents opposed gay marriage, but recent polling results showed that only 39% of the respondents did so”.

Kite e Less (2016, p.165) também apontam que pessoas contrárias aos relacionamentos homossexuais geralmente acreditam que há uma subversão de uma ordem que seria natural entre os gêneros masculino e feminino, o senso comum “[...] often believe that in gay and lesbian relationships, one person takes on the masculine gender role while the other person takes on the feminine gender role”. Segundo essa interpretação, os gays estão assumindo papéis que não são apropriados a eles, assim grupos heterossexuais intolerantes procuram demonstrar que o relacionamento não heterossexual é de alguma maneira errado a ponto de negar a esse grupo alguns direitos básicos.

Os direitos voltados aos homossexuais passam por dificuldades para serem internacionalizados. Como não se trata de direitos universais, é necessário que se criem políticas a grupos específicos, que geralmente contam com forte oposição. Patalakh (2018) acredita que nos EUA e na UE os gays e lésbicas possuem mais facilidade para a aquisição de direitos, porque são países com democracias mais antigas e mais bem consolidadas, que valorizam os direitos humanos.

O mesmo não ocorre em outras regiões, como a América Latina (AL), que nos interessa mais diretamente na tese. Para traçar um panorama da situação dos direitos dessa minoria nessa região da AL propomos a divisão dos países em três blocos: primeiro os países que possuem maior quantidade de direitos (Argentina, Brasil, Costa Rica, México e Uruguai); segundo aqueles com apenas alguns direitos (Chile, Equador e Guatemala) e terceiro os países onde os homossexuais ainda não possuem nenhum direito e pouco se discute sobre essa minoria (El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela). O Quadro 1 (abaixo) sintetiza esses direitos por países e bloco.

Quadro 1 - Síntese dos direitos dos homossexuais nos países analisados na tese

DIREITOS E ANO DE INSERÇÃO NA LEI						
Código e Países	Homossexualidade	Relacionamento	Casamento/União estável	Adoção	Entendimento jurisprudencial – homofobia	
1 Argentina	L	L	L, 2010	L, 2010	R ¹	
2 Brasil	R, 1980	L	L, 2011	Legal, 2011	R, 2019	
6 Costa Rica	R, 1971	L, 2015	L, 2020	SD	R	
12 México	R, 1871	Legal, 2006	L, 2015 ⁴	L ⁵	R, 2013	
18 Uruguai	R, 1934	L 2008	L, 2009	L, 2009	R, 2004	
4 Chile	R, 1998	L, 2015	I ²	NR ³	R	
8 Equador	R, 1997	L, 2009	L, 2019	I	R*	
9 Guatemala	R, 1981	L	I	I	R **	
3 Bolívia	R, 1982	NR	L, 2020	NR	R*	
7 El Salvador	R, 1821	NR	NR	NR	R*	
10 Haiti	R, 1971	SD	SD	SD	SD	
11 Honduras	R, 1899	I	I	I	RD	
13 Nicarágua	R, 2008	NR	NR	NR	R*	
14 Panamá	R, 2008	NR	NR	SD	R*	
15 Paraguai	R, 1880	NR	NR	SD	SD	
16 Peru	R, 1837	NR	NR	SD	R*	
17 República Dominicana	R, 1883	I	NR	NR	NR	
19 Venezuela	R, 1997	NR	L ⁶	NR	SD	

Fonte: Autora, 2021, a partir da legislação dos países.

Legenda: As cores em degrade representam os países com mais direitos até a tonalidade mais escura representando os países com poucos ou nenhum direito/regularização.

L= Legal; I= Illegal; R= Regulamentado; NR= Não Regulamentado; SD= Sem dados

¹ Na Argentina somente existe uma lei contra homofobia em Buenos Aires e Rosário, desde 1996.

² No Chile apenas uniões feitas no exterior são reconhecidas

³ Solteiros homossexuais podem adotar

⁴ No México apesar de ser legal em todo o território nacional, nem todos os Estados aplicam a lei

⁵ No México os homossexuais podem realizar adoção de crianças, mas apenas na cidade do México, e apenas na condição de solteiros.

⁶ Na Venezuela somente é legal no Estado de Mérida

*Algumas leis contrárias à discriminação

** Antidiscriminação na Lei da Infância e da Juventude desde 1997

O primeiro bloco reúne países que possuem proteção constitucional aos homossexuais. São mais liberais sexualmente, regulamentaram a homossexualidade e possibilitaram que indivíduos declarem publicamente sua sexualidade sem sofrer sanções do Estado. Ademais, o relacionamento, casamento e adoção de crianças é permitido a casais do mesmo sexo, com exceção de Costa Rica que não garante esse último direito. Nos cinco países, existe algum entendimento jurisprudencial que enquadra a homofobia no rol de crimes.

No segundo bloco estão os países que se posicionam no limiar da proteção aos homossexuais. Por um lado, regulamentaram a existência da homossexualidade com leis que permitem relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, por outro lado, ainda consideram ilegal o casamento, com exceção do Equador que já tornou o instituto legal. Nos três países a adoção de crianças ainda é ilegal, e a homofobia não é criminalizada. Ainda que exista alguma menção ao preconceito no corpo da lei, não se trata de um dispositivo específico às minorias sexuais.

Por fim, o terceiro bloco agrupa países com a menor regulamentação de direitos. Esses países não criminalizam a homossexualidade, não regulamentaram o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, e ainda estão distantes de estender a essa minoria direito para que possam se relacionar publicamente, se casar e adotar crianças. Honduras e Nicarágua estão em uma situação ainda pior, pois mesmo que não apliquem punições aos casais homossexuais, consideram esse tipo de relacionamento ilegal. Mais próximos da criminalização estão o Haiti e o Paraguai, já que o primeiro não possui impedimentos para a disponibilização de dados, o segundo tem barreiras formais que impedem a liberdade da expressão sobre assuntos relacionados a homossexualidade.

Neste capítulo apresentamos uma síntese da luta e aquisição de direitos pelos homossexuais, iniciamos com os países desenvolvidos, como os EUA, pois foi onde as primeiras organizações em prol da aquisição de direitos voltados as minorias sexuais tiveram início. Em seguida, apresentamos mais detalhadamente a situação de cada um dos países que compõe a América Latina e, serão utilizados na análise empírica da tese. Na seção seguinte apresentaremos parte da literatura que analisa a relação entre homossexualidade e tolerância política.

3.2 TOLERÂNCIA POLÍTICA EM RELAÇÃO AOS HOMOSSEXUAIS

Em 1986 Gibson e Tedin já demonstravam que a tolerância política depende de certos requisitos individuais, como nível de educação e grau de dogmatismo psicológico, que

interferem diretamente na percepção acerca da homossexualidade e do suporte das normas democráticas, especialmente as voltadas à criação de novos direitos. Os autores apresentaram um panorama do surgimento e crescimento das demandas homossexuais em todo o EUA durante a década de 1980, que estava intrinsicamente relacionado a disseminação da AIDS, que por sua vez gerava forte desaprovação, por parte do povo americano às condutas homossexuais.

Os autores partem da hipótese de que locais com grande suporte de normas democráticas possuem mais tolerância aos homossexuais. Metodologicamente, entrevistaram 619 cidadãos votantes registrados em Houston, por telefone. Os autores apresentam os resultados em comparação com dados de 1985 do *General Social Survey*. Os percentuais de intolerância para a amostra de Houston e dos EUA foram bastante semelhantes (superiores a 50%) para todos os atos analisados, quais sejam: Homossexuais falarem publicamente, ensinarem em universidades e terem livros em bibliotecas públicas (GIBSON; TEDIN, 1986).

Em 1985 cerca de três quartos da população americana demonstrava acreditar que a homossexualidade era sempre errada. Segundo os autores, ao longo da história é perceptível que a antipatia a grupos minoritários tende a desembocar em políticas de intolerância e repressão. Através de *surveys* aplicado a eleitores registrados na cidade de Houston, Texas, procuraram verificar a origem da intolerância política aos homossexuais. O modelo da pesquisa já havia sido aplicado por outros pesquisadores (GIBSON; TEDIN, 1986; SULLIVAN et al. 1982).

Os resultados indicaram que somente a minoria dos votantes em Houston estava disposta a permitir que homossexuais usufríssem de direitos básicos. Os líderes políticos da cidade tendem a ser mais tolerantes e possuem a habilidade de bloquear demandas intolerantes por parte da população. Contudo essas conclusões não podem ser generalizadas para todo o EUA (GIBSON; TEDIN, 1986).

Riggle e Ellis, (1994) também analisaram a tolerância em relação aos homossexuais nos EUA, por meio de uma pesquisa geral sobre políticas e leis aplicadas a homossexuais, os autores justificaram seu estudo mediante uma lacuna na literatura de pesquisas mais gerais, argumentando que a maior parte da literatura, até a década de 90, focava exclusivamente no tema preconceito e utilizando estudos de caso, focados no âmbito pessoal.

Os autores partiram da hipótese de que atitudes individuais podem afetar decisões gerais sobre estender ou não direitos básicos a homossexuais. A pretensão foi averiguar quais eram os fatores que influenciavam na decisão individual de estender direitos aos gays e lésbicas, ademais buscaram compreender a distinção entre a tolerância em relação a homossexualidade

e outros grupos como os Ku Klux Klan e os Nazistas. Segundo Riggles e Ellis, (1994) a literatura corrente analisava o nível de aprovação de uma série de grupos sem, no entanto, identificar distinções entre esses grupos.

Os estudos partiam do pressuposto de que existe uma série de variáveis que influenciam no ato de tolerar, porém não levaram em consideração que o grupo alvo analisado é uma variável importante que pode influenciar no comportamento do entrevistado, pois cada grupo evoca suas próprias variáveis de tolerância e intolerância. Os autores demonstram que existem pelo menos três diferentes fatores que implicam no suporte de direitos a determinados grupos, primeiro é o suporte dos direitos democráticos gerais, o segundo trata dos grupos aos quais esses direitos serão aplicados, e o terceiro refere-se à situação específica/contexto de aplicação do direito. Riggles e Ellis, (1994) analisam apenas dois fatores, o suporte de direitos democráticos e os diferentes grupos alvos.

A metodologia utilizada foi um *survey* aplicado em 1991 no Centro-Oeste dos EUA, a uma amostra composta por 230 estudantes¹⁰ universitários inscritos no curso introdutório de ciência política de uma grande universidade. Os entrevistados deveriam responder a uma série de questões organizadas em escalas de -5 a +5 sobre tolerância política envolvendo alguns direitos, como liberdade de fala, liberdade de imprensa e igualdade de oportunidade de empregos. Os autores apresentaram as questões realizadas, sendo três sem um grupo alvo específico, e outras nove questões com grupos alvos específicos, dentre eles os homossexuais, organizadas em escalas de 40 pontos, entre -20 a +20 (RIGGLES; ELLIS, 1994).

Os resultados demonstraram que a média de respostas para os homossexuais foi de -5.7, ou seja, eles são avaliados negativamente, assim como os KKK (-15.3) e os Nazistas (-12,8). Já as questões gerais (sem grupos alvos) foram todas avaliadas positivamente, liberdade de fala (3.6), igual oportunidade de emprego (4.5) e liberdade de imprensa (2.5). Em relação a oportunidade de emprego os entrevistados responderam mais positivamente em relação aos homossexuais (2.2) (RIGGLES; ELLIS, 1994).

Nas conclusões afirmou-se que a hipótese de trabalho foi confirmada, já que as escolhas individuais negativas puxam a média de tolerância para baixo (-5.7). Ademais, verificou-se que uma das principais variáveis que influenciam o ato de tolerar é o suporte aos princípios democráticos. Concluiu-se que os resultados podem ser explicados em parte por uma consciência geral da população pesquisada, que acredita majoritariamente que os homossexuais

¹⁰ Sendo: “43% female, 57% male, 4% black, 86% white, 10% other racial [...]” (RIGGLES; ELLIS, 1994, p.139)

não compõem um grupo político, e por isso não estendem a eles alguns direitos básicos, isto é "[...] political intolerance towards homosexuals is legitimized precisely because homosexuals are defined as not being a political group" (p.144). Além disso, existem explicações ligadas ao campo psicológico que afetam na formação de opiniões negativas em relação a sexualidade não heterossexual (RIGGLE; ELLIS, 1994).

Um dos fortes condicionantes da Intolerância, segundo Burdette et al. (2005), é o sentimento de ameaça. Os intolerantes podem sentir-se ameaçados pelos homossexuais, não somente porque esse grupo está participando mais ativamente da sociedade e adquirindo direitos. Segundo os autores, pode haver uma questão psicológica envolvendo a crença da contaminação social que modificará a moral cristã, heterossexual consolidada. Portanto, uma saída lógica para impedir essa modificação das normas é restringir a liberdade civil dos grupos com os quais não se concorda. Isto é:

In the minds of many conservative Protestants, morality is more than a private decision. It is a public concern. As a result, conservative Protestant affiliates may feel an obligation to mobilize politically to oppose groups defined by religious leaders and interpreted by biblical texts as posing a threat to society (BURDETTE et al., 2005, p. 183).

Ainda analisando os EUA, Kozloski (2010) investigou o que muda a aceitação e a tolerância em relação aos homossexuais, tendo como principal preditor os efeitos da educação. O autor partiu da hipótese que de as variáveis preditoras de tolerância mudam ao longo dos anos, e que aceitar a homossexualidade está cada vez mais relacionado a crenças políticas, do que com outras variáveis, como religião e educação, que ainda são preditoras importantes, contudo, suas capacidades de predição permanecem inalteradas ou enfraqueceram desde as pesquisas de 1973.

Para realização da pesquisa foram selecionadas variáveis relacionadas à tolerância e homossexualidade. Sendo o ano de escolaridade a principal variável independente, utilizaram também idade, raça, sexo, estado civil, religiosidade e índice de liberalismo. Os resultados demonstraram que até 1990 a homossexualidade era sempre interpretada como errada, pela maioria da amostra (75%), nos anos seguintes essa porcentagem começa a cair, chegando em 2002 com 55% de desaprovação. Esse resultado é interpretado pelo autor como uma propensão de divisão entre os americanos, pois metade demonstrava aceitar e metade ainda rejeitava. Em relação às variáveis intervenientes constatou-se que a educação tem um efeito significativo e alto na tolerância, mas que esse efeito não sofreu alterações nas últimas três décadas. Mostrou-

se mais significativo que a educação, a religiosidade e o liberalismo político, esse último torna-se a cada ano mais correlacionado com a tolerância aos homossexuais (KOZLOSKI, 2010).

Dessa forma Kozloski (2010) conclui que sua hipótese foi confirmada, já que a tolerância aos homossexuais está mais associada a crenças políticas. Ademais, o autor afirma que atualmente a maioria dos americanos é tolerante a pelos menos os direitos básicos dos homossexuais, tendo como preditores dessa atitude as mesmas variáveis já apontadas pela literatura, educação, sexo, idade e afins.

Verificou-se que houve uma mudança de comportamento em relação aos homossexuais, que pode estar relacionada, segundo Kozloski (2010), com as trocas políticas ocorridas no governo. Se até o final da década de 80 e início de 90 a presidência era ocupada por políticos mais conservadores (Reagan e Bush) e, posteriormente foi ocupada por uma presidência mais liberal (Clinton) em relação a questões envolvendo a sexualidade, torna-se razoável afirmar que um governo mais liberal pode ter influenciado no aumento de tolerância aos grupos minoritários sexualmente. Muito embora, haja outros fatores sociais para o aumento da tolerância, como a desmistificação do HIV-AIDS como sendo uma doença exclusiva dos homossexuais e a compreensão científica do modo de contágio. Além disso, a homossexualidade começou a ter mais visibilidade política e midiática, portanto os cidadãos de maneira geral podem estar sendo expostos a uma visão mais positiva dos gays e lésbicas.

Sotelo (2000) investigou a tolerância política dos adolescentes em relação aos homossexuais na Espanha, onde a homossexualidade é legal desde o final do regime autoritário do General Franco (1975). A autora dedicou-se a compreender o quanto adolescentes estariam dispostos a estender aos homossexuais direitos humanos básicos.

Em 1997 importante demanda dos homossexuais foi atendida, a do casamento homossexual, tornando a Espanha o primeiro país católico a reconhecer esse tipo de união. Todavia o país ainda conta com práticas intolerantes, como agressões praticadas por grupos extremistas, comportamento policial homofóbico, políticos que declaram publicamente que o casamento igualitário é prejudicial ao país, dentre outras. Segundo Sotelo (2000) atitudes negativas como as descritas advêm de uma parcela conservadora da sociedade, por isso a decisão por estudar um coorte geracional específico, os adolescentes. Afinal o comportamento desse grupo pode demonstrar como será o desenvolvimento da tolerância.

A pesquisa se constitui por uma amostra de 273 estudantes de 14 a 17 anos, de ambos os sexos, de três escolas espanholas. Cada adolescente analisou e respondeu a 12 questões que tratavam de direitos básicos a homossexuais, cujas respostas deveriam ser organizadas em uma

escala de aceitabilidade de 7 pontos. Os resultados demonstraram que os adolescentes possuem menos propensão de estender aos homossexuais direitos relacionados a manifestações públicas (como passeatas), pois esse tipo de evento pode ser percebido pelos jovens como uma forma de violar crenças religiosas e familiares solidificadas, então é tratado de forma negativa.

Concluiu-se que ter um grupo de amigos homossexuais, ter autoestima, concordar com as normas democráticas e possuir experiência política são variáveis que tendem a aumentar a tolerância. Já a identificação com grupos religiosos ou com ideologias pró violência tende a diminuir a tolerância dos adolescentes para com homossexuais. Por fim, entendeu-se que os jovens tendem a ser mais tolerantes com outras pessoas da mesma faixa de idade ou com indivíduos mais novos (SOTELO, 2000).

Por fim, uma importante informação trazida por esse estudo é a de que existe grande quantidade de textos sobre a homossexualidade, especialmente na área da psicologia, contudo até 1977 somente 10% desses estudos discutiam sobre atitudes, os demais se concentravam na causa e na cura dessa sexualidade dissidente. Somente na última década começaram a surgir os primeiros estudos sobre as variáveis que correlacionavam tolerância e homossexualidade (SOTELO, 2000).

Partindo para as pesquisas na América Latina e Caribe, Seligson, Morales e Russo (2019) utilizaram a técnica de análise multinível para avaliar a tolerância política em relação aos homossexuais nos continentes citados, os materiais empíricos empregados foram as seguintes bases de dados: DataBank, Freedom House, Banco Mundial e LAPOP.

Os autores demonstram que existe uma tradição de estudos apontando para a educação formal como forte preditor de tolerância em relação aos homossexuais (STOUFFER, 1955; PROTHRO E GRIGG, 1960; NUNN ET AL., 1978). Partindo desse pressuposto, o objetivo do artigo foi avaliar a educação em mais de um nível social (individual e agregado). Para o nível nacional os autores fizeram uso do desenvolvimento das nações, sendo que as variáveis de ambos os níveis estavam diretamente relacionadas. Como grupo alvo, utilizaram os homossexuais, e a variável dependente é a mesma que empregaremos na tese (d5) (SELIGSON; MORALES; RUSSO, 2019).

As primeiras análises foram em nível individual, e os resultados demonstraram que cada nível educacional concluído aumenta a tolerância política em relação aos homossexuais. Ao analisar o nível nacional, constaram que ter concluído o ensino médio tem maior efeito sob o ato de tolerar em nações mais desenvolvidas do que em países menos desenvolvidos e mais pobres. Esse resultado é apresentado em uma projeção gráfica em que os autores comparam

Argentina, Paraguai e Colômbia. O país mais pobre dos três é o Paraguai, onde mesmo quando o indivíduo conclui anos de ensino a tolerância política se mantém praticamente inalterada. Ocorre o inverso no país mais rico, Argentina, onde a linha mostra-se constantemente crescente e, em conformidade com o aumento do nível educacional, está o crescimento da tolerância (SELIGSON; MORALES; RUSSO, 2019).

Os resultados sugerem que gerar culturas políticas mais tolerantes tende a ser mais difícil em países mais pobres, pois segundo os autores "[...] national wealth seems to have a catalytic effect of education on tolerance [...]" (p.252) em relação aos homossexuais. Todavia uma saída que pode auxiliar os países em desenvolvimento é o maior investimento em sistema educacional (SELIGSON; MORALES; RUSSO, 2019).

Ainda tratando da América Latina, agora tendo como foco a opinião pública, Cruz e Guibert (2015) demonstram que nas últimas décadas o Peru passou por um período de crescimento econômico associado à transição democrática, em 2000, com a saída Alberto Fujimori do poder. Em decorrência da saída de um governante ditatorial, é possível que a população tenha passado a valorizar valores pós-materialistas como, por exemplo, a liberdade sexual. Com a mudança de regime o país teve um decréscimo e, posteriormente, um crescimento do PIB. Diante disso, os autores realizaram uma análise para verificar de que maneira a mudança econômica afetou a tolerância política dos peruanos sobre a homossexualidade.

O material empírico utilizado foram as mesmas variáveis do LAPOP que serão utilizadas na tese, para verificar em que medida os peruanos aprovam que homossexuais se candidatem a cargos públicos. Constatou-se que entre os anos de 2006, 2008, 2010 e 2012 a média de aprovação mudou muito pouco entre os cidadãos, variando entre 4,15 e 5,5, sendo que o índice vai de 1 a 10, por isso infere-se que os peruanos ainda desaprovam a candidatura de homossexuais (CRUZ E GUIBERT, 2015).

Posteriormente, os autores utilizaram uma pesquisa de opinião, aplicada no país em 1996 e, para confecção das análises realizaram um coorte geracional, sob o argumento de que pessoas idosas podem ter nascido em uma época em que a homossexualidade não era aceitável, outra variável analisada como interveniente foi a religião. Analisou-se a variável "o quanto o indivíduo considerava justificável ser homossexual" em uma escala de 1 a 10, pela divisão das faixas etárias e verificou-se que, de fato, os mais jovens (18 a 29 anos) tendem a ser mais tolerantes que a segunda faixa (30 a 44 anos) que, por sua vez, é mais tolerante que a faixa dos mais velhos (45 ou mais) (CRUZ E GUIBERT, 2015).

Em relação ao gênero, as mulheres demonstraram ser mais tolerantes que os homens. A educação se mostrou preponderante, pois os mais escolarizados tendiam a tolerar mais. Uma variável que não apresentou resultado significativo foi a religião, uma vez que não houve distinção significativa entre o muito religioso e o pouco religioso no ato de tolerar. No ano de 2001, em nova aplicação da mesma pesquisa, chegaram aos seguintes resultados: mulheres e jovens ainda toleram mais que homens, as pessoas menos religiosas passaram a tolerar um pouco mais. Além disso, os níveis de intolerância aumentaram (CRUZ E GUIBERT, 2015).

A mesma pesquisa aplicada em 1996 e 2001 foi realizada novamente em 2012, e as mudanças que se constataram foram: diminuição da intolerância para todos as coortes geracionais, sendo que os intolerantes permanecem sendo maioria. As mulheres e os jovens permanecem sendo mais tolerantes que pessoas mais velhas, a religião distanciou mais proeminentemente os intolerantes dos tolerantes. Com base nos resultados, os autores acreditam que o país passou por uma abertura aos direitos dos homossexuais nos últimos anos, isso auxiliou em um aumento do nível de tolerância pelos indivíduos, apesar disso, os autores não constataram relação entre o aumento da tolerância e o crescimento econômico, além disso a religião não pareceu ser uma variável importante, pois "la religión no resulta ser un valor que marque significativamente que una persona justifique o no la homosexualidad [...]"(CRUZ E GUIBERT, 2015, p.22).

Os textos utilizados nessa seção mostram que desde Gibson e companhia (1986), já se havia constatado que algumas variáveis são fortes preditoras da atitude política de não tolerar, como o dogmatismo psicológico, o nível de educação e a religiosidade. As pesquisas realizadas na sequência corroboravam esses resultados, como Riggle e Ellis, (1994), Sotelo (2000), Burdette et al. (2005) e Kozloski (2010) que, igualmente, afirmam a importância de outras variáveis, como a idade e o dogmatismo político. Mais recentemente, Seligson et al. (2019) e Guibert (2015) demonstraram que as explicações relacionadas ao aumento da intolerância pouco se alteraram ao longo dos anos, todavia, outros fatores explicativos somaram-se as análises metodológicas, como o grau de tolerância dos países em relação as minorias sexuais, e o nível de pós-materialismo. Ainda que os dados analisados por Guibert (2015) apontem para caminhos distintos das demais pesquisas, em relação a religiosidade, seus modelos contêm significância para a relação entre tolerância e religião. Portanto, na seção seguinte nos dedicaremos aos estudos que conectam a religião ao tema das atitudes políticas gerais e, mais especificamente, as atitudes em relação aos homossexuais.

4 RELIGIÃO E ATITUDES POLÍTICAS

No capítulo inicial da tese revisamos os estudos clássicos sobre tolerância política partindo da literatura americana e europeia até chegar às pesquisas exploratórias realizadas na América Latina, e no capítulo seguinte falamos sobre os homossexuais e a tolerância. Esse capítulo tem por objetivo retomar os estudos clássicos, voltado à análise de nossas principais variáveis preditivas, concernentes à religião e sua influência política nas atitudes individuais. Mapeamos a maneira como as condicionantes religiosas atuam em diferentes âmbitos sociais, ocasionando aumento ou diminuição da tolerância política.

De maneira exploratória, demonstramos como a religião apresenta-se como importante regulador político e, por esse motivo, influencia em atitudes sociais diversas, como na qualidade de vida, na saúde, nos relacionamentos, e no ato de tolerar, social e politicamente, grupos com os quais não se concorda.

Novamente partimos dos estudos realizados nos EUA e países desenvolvidos até chegarmos a América Latina. Com a finalidade de cumprir os objetivos desse capítulo, a primeira seção tratou sobre o impacto da denominação e do ativismo religioso sobre valores e atitudes políticas. Em seguida abordamos as conexões entre religião e tolerância política, através do detalhamento dos estudos já apresentados no capítulo 2 e da inserção de novas pesquisas. Esse tópico pretende demonstrar que a religião ainda é um importante fator explicativo da tolerância política. Por fim, na última seção, afunilamos a discussão com a finalidade de tratar sobre os itens discutidos nas seções anteriores, isto é, a influência religiosa sobre a tolerância política, agora especificamente em relação aos homossexuais.

4.1 RELIGIÃO E TOLERÂNCIA POLÍTICA

A relação entre religião e tolerância política está sendo testada desde o estudo seminal desenvolvido por Stouffer (1955), que discutiu a relevância da frequência a cerimônias religiosas, e por pesquisas realizadas na sequência, como Bobo e Licari (1989), Jelen e Wilcox (1990), Sullivan, Pierson e Marcus (1979; 1982). Analisando conteúdos mais recentes sobre o tema, verificamos que no início da década de 1990, pesquisadores de democracias já consolidadas buscavam debater sobre a influência da filiação denominacional e o suporte às liberdades civis. Wald (1987) afirmou que determinados grupos religiosos fomentam atitudes relativamente intolerantes, por isso, é improvável que tolerem atitudes, comportamentos ou posições ideológicas que sejam radicalmente contrárias às suas. Ainda assim, é improvável que todos os grupos religiosos compartilhem os mesmos níveis de intolerância. Além das diferenças

denominacionais, outras pesquisas, como Legee et al. (1996) e Steensland et al., (2000) estudaram as diferenças no campo das crenças a partir da diferenciação comportada pelos 3 B's, termo utilizado para definir a análise do pertencimento (belonging), das crenças (believing) e do comportamento religioso (behaving).

De acordo com Eisenstein (2006), muitos estudos dedicaram-se à discussão da tolerância política, porém não abordavam a questão religiosa, ou então não a utilizavam de maneira adequada. Dito isso, o que a autora propõe é um estudo sobre tolerância a partir da modelagem de equações estruturais. Muito embora se teste a religião e o compromisso religioso em relação à tolerância, a hipótese inicial é de que não há relação estatística entre as variáveis. Eisenstein (2006) diz o seguinte: "I find that the negative relationship typically demonstrated between both religious commitment and doctrinal orthodoxy to political tolerance does not manifest" (EISENSTEIN, 2006, p.327).

De acordo com a autora, erroneamente as pesquisas sobre religião e tolerância partiam do princípio de que haveria inerentemente intolerância por parte dos religiosos, já que a partir do momento que os indivíduos se filiam a determinada religião tendem a tolerar menos as demais denominações. Por isso, em sua pesquisa, Eisenstein (2006) buscou estudar essa relação utilizando modelos estatísticos mais rigorosos. Os aspectos analisados foram a frequência da participação e o literalismo bíblico. Os dados empíricos foram fornecidos pelo Laboratório de Opinião Pública da Universidade de Indiana que aplicou um *survey* por telefone a uma amostra aleatória composta por 601 indivíduos da cidade de Indiana (EISENSTEIN, 2006).

Verificou-se que, conforme aumenta a frequência religiosa e o literalismo bíblico, há similarmente um aumento da intolerância. Apesar de os resultados encontrados demonstrarem a relação entre religião e intolerância política, não se trata de uma relação direta, mas indireta ocasionada por outras variáveis que coexistem com a religiosidade, portanto, "[...] religion is not inherently incompatible with liberal-democratic values" (EISENSTEIN, 2006, p.343). Essa pesquisa pretendeu dar um passo inaugural na literatura que parte de um viés diferente do que vinha sendo adotado até o início dos anos 2000. Dentre suas conclusões, constatou-se que a agenda das pesquisas futuras pode estar relacionada à análise mais aprofundada de variáveis relacionadas à percepção de ameaça e outras condicionantes da religiosidade.

Em 2015 Djupe compactou em um único livro um conjunto de estudos atualizados sobre tolerância política, oferecendo ao campo uma valiosa contribuição. Já no capítulo introdutório, demonstra-se que quando os indivíduos escolhem seu grupo menos gostado, geralmente o fazem, a partir de ideologias políticas e fé religiosa. A religião, da maneira como está

estruturada nos EUA, se torna influenciadora do pensamento, da democracia, e da extensão de igualdade de direitos, portanto molda tanto a intolerância aplicada, quanto a intolerância sofrida. Todavia, não é simples compreender a religião, afinal, trata-se de um conjunto complicado de ideias e instituições que estruturam a forma como ocorrem as sociabilizações. Ou seja, não tratam apenas dos comportamentos individuais em relação ao divino, como igualmente organizam toda a relação humana e terrena. A tolerância política, por sua vez, é um produto das considerações sociais que estão amparadas em diversas instituições, como a religiosa. A questão que se pretende responder é de que maneira ocorre a influência religiosa sobre a tolerância política (DJUPE, 2015).

Um dos pontos mais discutidos em relação à religiosidade é o literalismo bíblico, isto é, quando se acredita na existência de uma verdade absoluta e incondicional, e em razão disso não há espaço para ideias que discordem de questões fundamentais da crença. É comum a análise de literalismo bíblico como uma variável fundante da intolerância política, além disso, não raramente essa variável compõe uma das medidas do fundamentalismo que está intimamente ligado ao autoritarismo (DJUPE, 2015).

Outra questão importante incorporada à crença religiosa é a frequência, que por si só pode ser considerada como uma *proxy* para compreensão dos sentidos mais gerais da religiosidade. A frequência religiosa pode ser uma preditora utilizada de forma apartada, e dentre seus efeitos está a maior exposição dos frequentadores assíduos a um conjunto de informações repassadas pelo clero sobre tolerância a determinados grupos. A sociabilização com um grupo mais homogêneo de indivíduos (frequentantes da instituição religiosa) gera certo grau de clausura, à medida que os assíduos não possuem tempo disponível para participar de outras instituições sociais além da religiosa. O autor conclui que "Social closure feeds a dogmatic worldview, in which truth is set a priori and deviation is punishable [...]" (DJUPE, 2015, p.8).

Esse argumento não deixa de levar em consideração teorias sobre o acesso a habilidades cívicas, através da prática e da frequência religiosa (Verba, Schlozman e Brady, 1995). Ainda assim, Djupe (2015) reafirma que se trata de um enclausuramento na medida em que não são oportunizadas ao religioso outras formas de apreensão da realidade, inclusive porque em um movimento de exclusão, certas denominações religiosas podem demonstrar que as interações com indivíduos não "pertencentes", representa um iminente perigo, pois introduzem pensamentos impuros, limitando dessa forma a participação no mercado de ideias, o que gera, conseqüentemente, intolerância (DJUPE, 2015).

As religiões não trabalham apenas disseminando e auxiliando na solidificação de valores e crenças religiosas, pois as informações e conteúdos variam e se modificam dentro das instituições ao longo do tempo e incluem em suas pregações questões latentes do momento temporal e relacionadas a questões sociais de maneira ampla. Então, o clero pode ajudar a desenvolver ou eliminar por completo a tolerância política (DJUPE, 2015).

Bloom e Courtemanche, (2015) partem de hipótese de que a repulsa é a base da intolerância para com os grupos externos. Para testar essa hipótese, utilizaram um projeto experimental que gerou repulsa entre católicos americanos e judeus israelenses, capturando tendências, para demonstrar que indivíduos possuidores de repulsas apresentam maior chance de articular intolerância religiosa.

Os autores partiram da hipótese que a indução da repulsa podia levar diretamente à intolerância religiosa, assim como a sensibilidade ao nojo está relacionada à intolerância, o que foi parcialmente confirmado pelos resultados. A moralidade está na base da conexão entre religião e a intolerância, ademais os religiosos são mais sensíveis à repulsa, e possuem maior probabilidade de experimentar esse sentimento pelo contato com crenças advindas de grupos externos. Além disso, o trabalho sugere que as reações humanas podem ser facilmente manipuladas, portanto, os líderes religiosos que pretendem influenciar seus fiéis, criando sentimentos de intolerância política, precisam primariamente criar um sentimento de aversão (BLOOM; COURTEMANCHE, 2015).

Eisenstein (2015) demonstra que a análise da dimensão religiosa é primordial em pesquisas que tratam sobre tolerância, afinal, essas crenças religiosas estruturam as visões de mundo, organizam atitudes e informações. A autora parte do princípio de que a tolerância política é uma atitude relacionada à prática cotidiana dos indivíduos, isto é, alguns possuem maior predisposição de tolerar, ainda que essa predisposição esteja relacionada a outras variáveis individuais, como gênero, percepção de ameaça, neuroticismo, abertura à experiência e extroversão (EISENSTEIN; 2015).

A autora mostrou que a relação entre religião e dogmatismo não é manifestada estatisticamente quando outras variáveis de personalidade são incluídas no modelo, ademais as variáveis relacionadas à personalidade (principalmente abertura e extroversão) são mais fortes preditoras do que o dogmatismo. Eisenstein (2015) similarmente demonstrou que religião, em determinados momentos, precede a personalidade, concordando com uma pesquisa realizada em 2004, a autora diz: “I give weight and preference to Daphna Canetti-Nisim (2004), who effectively argued that religion precedes personality”. Ainda que em outros momentos da vida

o indivíduo possa ter um pré-direcionamento religioso em razão da sua personalidade, a religião é uma preditora importante em modelos mais abrangente de tolerância política, além disso, o gênero afetou a influência religiosa em relação à tolerância (EISENSTEIN; 2015, p.176).

Novamente, através de pesquisas empreendidas por Djupe et al. (2015) constatou-se que as religiões que acreditavam na promoção da democracia como essencial para os planos de Deus, estavam mais propensas a seguir normas democráticas. Além disso, dentre as três variáveis preditoras mais importantes que afetam a tolerância - insegurança, ameaça e normas democráticas -, a ameaça mostrou-se mais intimamente conectada ao ato de tolerar, logo, a tolerância apresentou uma tendência de diminuição à medida que determinados grupos eram percebidos como ameaçadores.

Por fim, verificou-se que o clero é tão tolerante quanto o americano médio, e que as razões que mobilizam a tolerância no clero são as mesmas dentre os demais grupos sociais. Embora haja uma tensão entre a religião e a democracia, os modelos empreendidos pela pesquisa demonstraram que há amplo compromisso com esse sistema entre as congregações, isso ocorre porque a manutenção de práticas democráticas é importante para a união dos filiados (DJUPE et al.; 2015).

De acordo com Cox et al. (2015), cresceu, significativamente no século XXI, o número de americanos sem identidade religiosa formal ou que se auto identificam como ateus. Apesar de ainda serem minorias numéricas nos EUA, o quantitativo já é proporcional aos filiados a certas denominações religiosas, como os judeus. Não obstante os grupos sem religião não formem uma organização, como são os grupos religiosos, comumente são tratados como uma categoria única e, por isso, tornaram-se alvos de intolerância.

Diante desse cenário, Cox et al. (2015) procuram identificar qual a origem da intolerância aos ateus, especialmente por se tratar de um dos grupos que mais causa animosidades entre os americanos, e mesmo que o nível de tolerância cresça em relação a determinadas minorias, isso não acontece quando se trata de não religiosos assumidos, inclusive a legislação de alguns Estados americanos ainda nega a partição de ateus em determinadas atividades, como para se tornar um escoteiro, ou outras organizações como o Corpo de Fuzileiros Navais, alertando para o perigo de aceitar agentes que perderam a fé espiritual.

Os americanos, não apenas os religiosos, tendem a acreditar que os ateus são uma influência social negativa e podem mudar a sociedade americana. Em razão dessa alta intolerância, a maioria não votaria em um ateu para o cargo de presidente, ainda que o ateu em questão fosse bem qualificado. Em uma pesquisa realizada em 2012, verificou-se que os

americanos são contra: (37%) ateus ensinando em escolas públicas, (39%) discursando publicamente e (36%) tornando-se presidente. Ademais, 51% dos americanos acreditam que os ateus deveriam ser proibidos de expor publicamente suas crenças (ou não crenças), e essas porcentagens aumentam quando são observadas as respostas de filiados a determinadas religiões. Verificou-se similarmente que o perfil mais predominante entre os ateus é de um homem branco, com mais anos de escolaridade e com visões mais rígidas sobre a secularização da vida pública, além disso, muitos ateus não "saem do armário", pelo medo da declaração pública os excluir dos círculos sociais aos quais pertencem (COX et al., 2015).

Além disso, os níveis de tolerância dos americanos para com os ateus em 2014, eram: 23% muito tolerantes, 31% regularmente tolerante, e menos da metade foi incluída nas categorias intolerantes. Quando esses resultados são observados a partir da filiação denominacional, os protestantes apresentavam níveis bastante superiores de intolerância. A frequência religiosa igualmente foi uma variável preditiva importante, pois dentre os religiosos mais frequentes, apenas 40% estavam dispostos a tolerar os ateus. Do grupo que respondeu acreditar que a bíblia é a palavra literal de Deus, apenas 33% toleravam pessoas declaradamente ateias (COX et al., 2015).

Dentre as variáveis de controle utilizadas, o posicionamento político apresentou resultados significativos, enquanto 68% dos liberais estavam dispostos a tolerar os ateus, apenas 43% dos conservadores possuíam essa mesma disponibilidade. Os mais educados tendem a tolerar mais (70%) do que os sem diploma universitário (38%). Sobre as regiões dos EUA, quem mora no Sul apresentou menor tolerância (45%), do que aqueles que vivem no Oeste (65%), por fim, os jovens de 18 a 29 possuem significativamente mais chances de serem tolerantes (56%) do que os idosos com mais de 65 anos (44%) (COX et al., 2015).

Os autores concluem que as comunidades religiosas agem de maneira intolerante em relação aos ateus, tentando limitar sua participação no cenário político e social, porque entendem que esse grupo é uma ameaça que pode promover a descrença religiosa e a dissociação de grupos religiosos tradicionais. Algumas variáveis demonstraram ser importantes para minimizar os efeitos do sentimento de ameaça, como a idade, a escolaridade e o local de habitação, sendo que a influência religiosa tende a aumentar o sentimento de intolerância, através da filiação denominacional, especialmente a protestante, a frequência religiosa e o literalismo bíblico (COX et al., 2015).

Eisenstein et al. (2017) ao estimar os efeitos de algumas variáveis em relação às denominações religiosas, constatou que a evangélica é mais influenciada por variáveis de nível

individual, como idade, ideologia política, região, local de residência etc. A variável educação apresentou significativo efeito, aumentando a tolerância em todas as denominações. Em relação à região, o Nordeste dos EUA apresentou redução da tolerância (EISENSTEIN; CLARK; JELEN, 2017).

Ao testar o literalismo bíblico, verificou-se que os entrevistados que acreditavam que a bíblia deveria ser lida de maneira literal eram sempre menos tolerantes. Já o compromisso religioso foi uma variável que não apresentou relação estatística com a tolerância. A partir da análise separada por denominações, os autores concluíram que quando os dados são analisados de maneira agregada podem apresentar diferenças substanciais, mascarando outras importantes em relação aos grupos específicos (EISENSTEIN; CLARK; JELEN, 2017).

Por fim, inferiu-se que o principal fator de mudança na tolerância política é atribuído ao período analisado, afinal, a tolerância dos americanos está aumentando, pelo menos em relação aos direitos que foram analisados. Esse aumento deve-se, em parte, às mudanças geracionais, pois existem marcantes diferenças entre as respostas verificadas por cada geração (EISENSTEIN; CLARK; JELEN, 2017).

Segundo Schwadel e Garneau (2019), a tolerância política está fortemente associada ao cristianismo sectário, que seria um cristianismo mais intolerante. Por isso, a hipótese de pesquisa que os autores procuram testar é se há associação entre filiações a denominações mais sectárias, e a diminuição da tolerância política, além disso, testam a relação entre a crença no literalismo bíblico e a intolerância. Partindo dessa hipótese, a pesquisa demonstrou diminuição significativa de tolerância ocasionada pelos efeitos do cristianismo sectário,

[...] specifically affiliation with an evangelical Protestant church, is associated with intolerance toward a wide array of stigmatized outgroups, including gays and lesbians, communists, militarists, non-Christians, and atheists (SCHWADEL; GARNEAU, 2019, p.3).

Esse comportamento é ocasionado pela própria participação no grupo religioso que influencia nas normas e comportamentos sociais e políticos de seus filiados (SCHWADEL; GARNEAU, 2019).

Os autores constataram diferenças entre os três B's descritos pela literatura, isso é a crença, o comportamento e o pertencimento, com cada um se relacionando de maneira diferente com a tolerância política, ainda que de forma geral os frequentadores assíduos, protestantes evangélicos e os literalistas bíblicos são menos tolerantes politicamente a todos os grupos analisados do que os demais americanos. A análise longitudinal mostrou que o literalismo bíblico passa por uma diminuição no seu efeito em relação à tolerância, todavia, ainda apresenta

significância estatística. Os dados mais atuais dos *Surveys* analisados (2014 e 2016) ainda apontam para o literalismo bíblico como a base do sectarismo cristão. Por fim, salientamos que os autores discutem amplamente a questão do sectarismo, porque existe uma nítida divisão entre cristão sectários e seculares nos EUA que cada vez mais está se acentuando (SCHWADEL; GARNEAU, 2019).

Após discutir sobre diversos aspectos religiosos e a influência de cada um deles sob a tolerância política, buscamos afunilar a discussão com a finalidade de abranger o grupo alvo que interessa a tese, os homossexuais.

4.2 EFEITOS DA RELIGIÃO SOBRE A TOLERÂNCIA AOS HOMOSSEXUAIS

Nos parágrafos iniciais desta seção as pesquisas tratam dos homossexuais como mais um dos grupos alvos de intolerância, junto a outros. Por esse motivo, apresentamos esses estudos de maneira mais sintética agora, tratando especificamente das suas conclusões sobre os homossexuais. As pesquisas sobre esses grupos se tornaram mais comuns na década de 90, todavia, investigações específicas sobre a relação entre religião e tolerância a esse grupo são ainda recentes.

Sotelo (2000)¹¹ analisou a predisposição de adolescentes espanhóis agirem de maneira tolerante politicamente, especialmente em relação aos direitos humanos das minorias sexuais, tentando identificar quais variáveis estavam relacionadas a atitudes de tolerância. Os resultados do estudo demonstram que os adolescentes são menos dispostos a estender alguns direitos ao grupo alvo, como de fazer uma passeata em rua pública. Dentre as demais variáveis analisadas, a religião demonstrou ser uma forte preditora da diminuição da tolerância, pois os adolescentes que se declararam pertencentes a alguma religião, especialmente as mais literalistas, apresentavam os menores índices de tolerância. Ademais constatou-se que a não permissão para usufruir de direitos básicos, como a manifestação pública, encontrava respaldo na explicação de que gays e lésbicas estariam desrespeitando as crenças religiosas, violando as "God's laws" e a "proper family values" (SOTELO, 2000, p. 103)

Djupe e Grant (2001) partem da hipótese de que a comunicação de valores religiosos afeta os julgamentos de ameaças e, conseqüentemente, o aumento ou diminuição da tolerância (de maneira indireta). Os autores realizaram uma pesquisa empírica cuja técnica previa respostas do entrevistado, a partir da identificação do grupo menos gostado, por isso,

¹¹ A autora parte do princípio de que essa minoria ainda não adquiriu direitos, apesar do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo não ser mais proibido desde a reabertura democrática espanhola em 1975.

inicialmente foram apresentados oito grupos, quais sejam: islâmicos fundamentalistas, imigrantes ilegais, ativistas por direitos gays, KKK, Nazistas, grupos pró escolha (relacionado ao aborto), ateus e fundamentalistas cristãos. Controlando as respostas pela religião, verificou-se que os evangélicos eram menos propícios a escolher os ativistas de direitos gays como grupo que menos gostam (GRANT; DJUPE, 2001).

Em relação às variáveis testadas, concluiu-se que o sentimento de ameaça é forte preditor de tolerância, pois conforme esse sentimento diminui a tolerância passa pelo movimento contrário, aumentando, mesmo em relação aos grupos menos gostados (GRANT; DJUPE, 2001).

Outra pesquisa realizada nos EUA é de Burdette et al. (2005) que demonstrou que religiosos tendem a ser menos tolerantes aos homossexuais. Os autores pretenderam analisar os mecanismos causais dessa intolerância, partindo do pressuposto de que uma pequena parte da intolerância dos conservadores religiosos aos homossexuais pode ser explicada por atributos já associados a intolerância, como baixos níveis de educação, residência rural, ser sulista nativo, baixos níveis de renda. Burdette et al. (2005) apontam para a possibilidade de os religiosos conservadores possuírem essas características e salienta que somente questões demográficas não explicam a totalidade da variação de intolerância.

Burdette et al. (2005) partiram do princípio de que as igrejas protestantes mais conservadoras tendem a ser menos tolerantes aos homossexuais e, por isso, não estendem direitos aos mesmos. Para testar essa hipótese a autora utiliza dados do *Geral Social Survey* (1988) e variáveis relacionadas a frequência religiosa e ao literalismo bíblico. O estudo do literalismo é essencial, pois os religiosos conservadores podem utilizar o material teórico de suas religiões de maneira literal, por isso acreditam que a homossexualidade é um iminente perigo a sociedade e a sua fé. Os autores citam inclusive passagem bíblicas utilizadas por protestantes para respaldar seus argumentos contra a homossexualidade, como o seguinte:

One of the most widely cited passages from the Old Testament is the account of Sodom in Genesis 19, involving the destruction of the city by God. This passage has been cited as evidence of the threat of sexual immorality, particularly homosexuality (BURDETTE; ELLISON; HILL, 2005).

Os resultados da pesquisa mostraram que os protestantes conservadores são os mais frequentantes religiosamente, e os que leem a Bíblia de maneira mais literal. Ademais, os religiosos demonstraram ter mais objeção moral à homossexualidade do que os sem religião. Das características demográficas ser mulher, jovem, liberal e mais instruído mostrou estar associado à tolerância. Os autores concluem que embora programas midiáticos nos EUA

discutam mais sobre questões relacionadas a homossexualidade, há uma forte resistência por parte de grupos religiosos conservadores que lutam para barrar progressos na legislação voltada ao grupo alvo de suas objeções (BURDETTE et al., 2005).

Em razão desses textos bíblicos e suas explicações, quando os fiéis mostram-se intolerantes no sentido de não permitir aos gays o exercício de direitos sociais básicos, estão demonstrando sua fidelidade para com sua denominação religiosa, na tentativa de manter a sociedade a salvo de ideias imorais (BURDETTE; ELLISON; HILL, 2005).

Os autores constataram que os protestantes conservadores relatam níveis significativamente mais baixos de tolerância se comparado com qualquer outra denominação religiosa ou aqueles sem filiação denominacional. Ademais religiosos que leem a bíblia de maneira literal tendem a tolerar cerca de 70% menos os homossexuais. Os autores concluem dizendo que "[...]conservative Protestants are more comfortable than other Americans with denying gays and lesbians even basic civil liberties such as freedom of speech.". Isto é, a religião não somente está imbricada no ato de tolerar, como varia significativamente, a depender da denominação religiosa (BURDETTE; ELLISON; HILL, 2005, p. 192).

Embora Kozloski (2010) tenha procurado investigar a tolerância aos homossexuais, a partir do *General Social Survey* (GSS), tendo como principal preditor a educação, a variável religião também se mostrou significativa. Para a realização da pesquisa escolheu-se trabalhar com os homossexuais como grupo alvo, porque a sociedade americana ainda possuía, na época da pesquisa, muitas questões dúbias envolvendo essa sexualidade. Por exemplo, a aceitação do casamento gay e a presença desse grupo nas forças armadas.

Ainda que os gays e as lésbicas fossem alvos de desaprovação há várias décadas, apenas a partir de 1990 as discussões relacionadas as práticas homossexuais, passaram a ser proeminente, até esse período o consenso era de total desaprovação. Para realização das análises as variáveis utilizadas mediam, primeiramente a aceitação moral da sexualidade. Outras três variáveis são sobre: lecionar em escolas públicas, fazer discurso e ter um livro em biblioteca. A variável utilizada para testar a religiosidade, investigava a frequência em 4 categorias, sendo 1 nada religioso e 4 muito religioso (KOZLOSKI, 2010).

Demonstrou-se que apesar da religião ter apresentado resultado significativo em relação a tolerância, o valor de p estava entre 0.05 e 0.01 (baixa significância), por isso o autor diz que o relacionamento entre essas variáveis estava enfraquecendo. Concluiu-se que a maior parte dos americanos era pelo menos tolerante aos direitos básicos dos homossexuais, mesmo os religiosos (KOZLOSKI, 2010).

Dando continuidade a essa linha de estudos, Bloom e Courtemanche (2015) indicam que certas denominações religiosas influenciam seus fiéis a acreditar que é necessária a busca pelo que denominam como pureza moral, que só poderá ser encontrada através do tratamento que se destina ao seu corpo, sua alma e sua comunidade. Isto é, o corpo funciona como um templo que deve ser cuidado e preservado de outros indivíduos que são imorais e podem trazer a contaminação, através de determinados tipos de comportamentos, vestimentas, pensamentos e afins.

Exemplo desse tipo de educação religiosa é materializado através da Igreja Batista de Westboro que afirma que os homossexuais são portadores de um modo de vida torpe e imoral. Relacionando a estudos da psicologia, os autores demonstram que é possível que se crie nos membros religiosos uma espécie de repulsa, um sentimento de necessidade de proteger seu corpo e seu ambiente de substâncias ideológicas que possam gerar perigo à comunidade (BLOOM; COURTEMANCHE, 2015).

A religião é comumente vista como origem da moralidade, desempenhando importante papel na evolução humana, afinal, a moral é formada com base em suposições informativas sobre o que é ou não prejudicial, por exemplo, a suposição sobre quando um feto se torna uma pessoa e está sujeito a um dano, ainda que essa seja uma informação que só possa ser verificada cientificamente, torna-se campo religioso à medida que a religião a insere na seara da moral. A repulsa, por sua vez, está relacionada a posições políticas e regula o posicionamento dos indivíduos em relação a diversos assuntos (BLOOM; COURTEMANCHE, 2015).

Segundo Djupe et al. (2015) a questão que se coloca ao clero, pelos pesquisadores, é se há tolerância por parte da instituição religiosa, e o que afeta seu nível de tolerância. Uma variável que pode ser preditora de tolerância, para os líderes clericais, é a valorização da democracia: os mais democratas devem ter maior probabilidade de estender proteção aos direitos de grupos diversos, além daqueles que já se encontram na congregação.

Os autores afirmam que à medida que os indivíduos se envolvem em uma relação de trocas respeitáveis em suas reuniões religiosas (cultos, missas etc.), através das diferenças aprenderão valores democráticos que são essenciais, e poderão ser utilizados fora do âmbito religioso. A partir disso Djupe et al. (2015) empreendeu uma pesquisa empírica em que utilizou as seguintes denominações religiosas: Igreja Presbiteriana, Convenção Batista do Sul, Igreja Metodista Unida, Igreja Ortodoxa Grega e Igreja Reformada na América, todas americanas.

Essas organizações religiosas, muito embora não formassem uma amostra representativa das religiões dos EUA, constituem uma variedade de tradições teológicas. Para

utilizar a técnica de grupo menos gostado, apresentou-se uma lista contendo oito grupos, como alvos de desaprovação, dentre eles os Ku Klux Klan tradicionalmente radical e racista, e o grupo de defesa dos direitos gays (DJUPE et al.; 2015).

Denominações como a Igreja Metodista e a Igreja Reformada escolheram como grupo menos gostado os KKK, já denominações como a Convenção Batista e Ortodoxa Grega optaram pelos defensores dos direitos gays. Outros grupos que também apresentam altas chances de serem escolhidos como menos gostado foram os fundamentalistas cristãos e islâmicos, os ativistas pró-escolha (aborto). Os menos escolhidos foram os imigrantes ilegais e ateus (DJUPE et al.; 2015).

Adamczyk et al. (2016) procuraram identificar variáveis preditivas da tolerância em nível individual e nos contextos dos bairros americanos, através da Modelagem Linear Hierárquica. Os autores constataram que a intensidade religiosa é importante preditor, assim como a denominação, protestantes conservadores tendem a aceitar menos que direitos sejam estendidos aos homossexuais, ademais possuem atitudes mais frias em relação ao grupo, enquanto os Judeus mostram-se mais calorosos (ADAMCZYK; BOYD; HAYES, 2016).

Ao calcular o Índice de Correlação Intraclasse (ICC) verificou-se que 8,6% do nível de variância era explicado pelo nível dois, ou seja, a localidade/bairro de residência. Através do modelo que considerou esse nível, constatou-se que em bairros com muitos protestantes o nível de intolerância (aos homossexuais) entre todos os indivíduos, mesmo aqueles não filiados religiosamente era sempre maior, do que bairros com poucos protestantes. Ainda controlando pelo local de moradia, os afro-americanos foram os mais tolerantes aos homossexuais, do que os brancos. De qualquer forma, concluiu-se que a inserção da religião controla outras características, como a etnia (ADAMCZYK; BOYD; HAYES, 2016).

No mesmo ano da pesquisa anterior, McGee (2016) analisou a atitude dos religiosos em relação aos homossexuais. Pois, de acordo com os autores a maior parte das religiões acreditam que os relacionamentos não heterossexuais, são proibidos pelas regras de sua instituição religiosa, ainda que as interpretações dessas regras sejam distintas entre as denominações, a intolerância tende a estar presente na maioria.

Partindo desses pressupostos utilizou-se o material empírico o *World Values Survey* de 2010 e 2014, para analisar a tolerância política dos religiosos aos homossexuais nos seguintes países: Gana, Nigéria, Libano, Coréia do Sul, Colômbia, Cingapura, Filipinas, Estados Unidos, Alemanha e Países Baixos. Basicamente o autor apresentou uma análise descritiva das variáveis

de interesse, a começar pela dependente que questiona o quanto o indivíduo tolera a homossexualidade (MCGEE, 2016).

Apesar de não terem sido feitos testes inferenciais, o panorama apresentado possibilita a análise comparativa da média entre os países, para cada variável testadas. Por exemplo, a Gana e a Nigéria são os países menos tolerantes, enquanto a Alemanha e os Países Baixos apresentam as maiores pontuações de tolerância. Para analisar as religiões o autor separou as categorias religiosas, e relacionou cada religião e a variável dependente em um tabela, os dados demonstram que Gana e Rússia, são os países em que os protestantes possuem as menores escores de tolerância (1.26 e 2.36), enquanto a Índia apresentou o maior, com 5.11 (MCGEE, 2016).

Seguindo essa linha descritiva, foram analisadas diferentes religiões e confirmando a hipótese inicial, em todos os países a média de tolerância dos religiosos aos homossexuais mostrou-se baixa ou muito baixa. Religiosos de poucas denominações apresentaram média superior a 5, isso ocorreu apenas com os protestantes indianos e com os católicos residentes na Alemanha e nos países baixos. Ao final da análise, mesmo sem testes estatísticos inferenciais, o autor concluiu que a religião é apenas mais uma variável que influência em atitudes de intolerância em relação a homossexualidade (MCGEE, 2016).

Em 2017, Eisenstein, Clark e Jelen, seguindo a tradição que está sendo consolidada em estudos de diferentes âmbitos religiosos, através dos três B's, belief, belonging, and behavior, utilizaram o modelo de efeitos aleatórios de classificação cruzada para examinar mudanças de idade e períodos a respeito da tolerância política e a influência outorgada pela religiosidade.

O material empírico utilizado foi o *Geral Social Survey* (GSS) de 1984-2014 e a amostra variou entre os modelos testados. O GSS apresentava informações acerca dos seguintes grupos alvos: comunistas, antirreligiosos, homossexuais, racistas e militaristas. Os direitos analisados para cada um desses grupos foram: fazer discurso público, ensinar em universidade e ter um livro em biblioteca. Em relação à religião foram analisados a frequência de participação, o literalismo bíblico e a denominação, a partir das seguintes categorias: protestante evangélico, protestante tradicional, protestante negro, católico romano, judeu e não filiado. Os autores analisaram o índice de tolerância tendo como principal variável interveniente as denominações religiosas. As demais variáveis foram idade, raça, gênero, região de residência, educação, estado civil e a ideologia política (EISENSTEIN; CLARK; JELEN, 2017).

Os autores verificaram que dentre todos os grupos os evangélicos sempre apresentavam menor tolerância, e a denominação que demonstrou maior tolerância, por parte de seus fiéis,

foram os católicos. Analisando por período, verificou-se essa mesma relação, isto é, maior tolerância entre os católicos, e menor entre os evangélicos. Os dados de 1989 apresentam um crescimento da tolerância dentre todas as religiões e nos anos seguintes esse crescimento se manteve (EISENSTEIN; CLARK; JELEN, 2017).

Por fim, em pesquisa publicada no segundo semestre de 2019, Navarro et al. examinaram os efeitos em nível individual e agregado da tolerância em relação aos homossexuais (TOH), tendo como uma das variáveis preditivas a religião. A análise teve como objeto países da América do Sul (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai). Sobre as variáveis, utilizou-se como dependente a tolerância aos homossexuais, a denominação religiosa, organizada em quatro categorias, quais sejam, católica, evangélica, nenhuma e outras. Testou-se também a importância atribuída a religião. Para o nível 2 foram utilizadas variáveis relacionadas a questões econômicas, a liberdade de expressão e outras do mesmo banco (NAVARRO et al., 2019).

Dentre os resultados, os autores concluíram que as pessoas que vivem em países mais pós-materialistas tendem a possuir um TOH mais elevado. A nível individual, constatou-se que os indivíduos que acreditam mais na importância da religião, mesmo residindo em países pós-materialistas tendem a rejeitar a homossexualidade. Portanto, inferiu-se que o desenvolvimento socioeconômico está intimamente ligado à tolerância dos religiosos em relação a homossexuais, ao menos nos países latino-americanos (NAVARRO et al., 2019).

Os autores salientam que esses resultados são em relação a minoria estudada (homossexuais), pois é possível que seja realizado um estudo sobre a tolerância política por parte dos religiosos em relação a quaisquer outros grupos minoritários, como a população transexual. Ademais, não é impossível estender os mesmos resultados encontrados de maneira geral, porque existem especificidades a serem levadas em consideração. Uma das contribuições desse artigo para a tese, é demonstrar que atualmente só é possível analisar os homossexuais, pois as pesquisas de Opinião Pública utilizam esse termo, ou seja falam sobre gays e lésbicas, somente e, como se fossem um grupo uníssono (NAVARRO et al., 2019).

Finalizamos essa seção, após ter abordado em dois capítulos, grande parte das questões teóricas primordiais a tese e, disponíveis na literatura internacional e nacional. Iniciamos o primeiro capítulo teórico abordando o tema de maneira geral, depois trouxéssemos a luz nosso grupo alvo, os homossexuais e concluímos traçando o elemento chave da análise, a religiosidade. Feito isso, passaremos agora para a apresentação da metodologia, do material empírico e dos resultados.

5 METODOLOGIA

Até esse momento discutimos a relação entre a religião e a tolerância política, bem como, a pertinência de estudar grupos minoritários e alvos de intolerância, como os homossexuais, em países democráticos. Demonstramos a diminuta existência de literatura sobre atitudes de tolerância política dos religiosos aos homossexuais nos países da América Latina. À vista dessa lacuna o desenvolvimento da tese apresenta-se como uma contribuição ao estado da arte do tema, pois pretende inserir na literatura resultados advindos de modelos estatísticos aplicados à grande quantidade de dados, com a finalidade de responder aos objetivos propostos, bem como, a hipótese de pesquisa, apresentados na seção inicial deste capítulo.

Nas seções seguintes apresentaremos a descrição das metodologias que serão utilizadas para análise do material empírico selecionado.

5.1 HIPÓTESES

A hipótese (H_1) inicial pretendia testar se o aumento de direitos aos homossexuais, tem gerado uma contraofensiva por parte dos grupos religiosos, que por sua vez tem apresentado atitudes mais intolerantes a essa minoria sexual na América Latina. Essa hipótese de pesquisa parte de uma literatura (NORRIS & INGLEHART, 2019) que já demonstrou que a decisão eleitoral por candidatos/partidos populistas, em países como os EUA, seria um *cultural backlash* ao processo de modernização, tendo à frente segmentos das sociedades que se sentem atingidos por ele, entre os quais, por exemplo, os grupos religiosos que acreditam que seus valores e estilos de vida estão ameaçados pelo reconhecimento de direitos de pessoas com práticas e comportamentos distintos, como é o caso dos homossexuais. Nos interessa verificar se esse processo também ocorre nos países latino-americanos.

Como já antecipado no capítulo introdutório, nossa H_1 foi refutada, indicando que nos contextos mais liberalizantes o efeito negativo da religiosidade sobre a tolerância política aos homossexuais é atenuado. Isso nos levou a propor modelos alternativos que incorporam medias prévias de cultura política para cada um dos países analisados com o objetivo de testar a hipótese contrária (H_2) de que tanto a mudança legal quanto a atenuação do efeito da religião são resultados desse processo longo e consistente de mudança dos valores individuais, principalmente no que diz respeito às liberdades individuais.

5.2 REGRESSÃO LINEAR MULTINÍVEL

Diferente da análise de regressão linear simples, a multinível torna-se importante quando existe mais de um nível de análise, pois nesse modelo será possível levar em consideração o nível inferior e superior, bem como a interação entre os níveis (cross-level) (SOMMET; MORSELLI, 2017).

Em nosso estudo, os dados devem ser hierarquizados em razão dos objetivos propostos, pois conforme descrito na seção anterior, pretendemos analisar se mudanças na legislação fazem com que os religiosos apresentem atitudes políticas mais intolerantes, do que em contextos sem essas mudanças. Portanto, nos interessa o estudo de dois níveis sociais em interação, quais sejam: o individual (nível 1) e o contextual dos países (nível 2)¹².

Ainda que teoricamente o multinível seja o modelo mais apropriado para responder as questões propostas, antes de aplicá-lo existem os testes protocolares para identificar se estatisticamente é o mais adequado aos dados. Por isso, inicialmente realizamos o teste de modelo nulo ou vazio, de dois níveis, que nos permite estimar as probabilidades de tolerar politicamente os homossexuais, sem a inclusão dos preditores. Em seguida, utilizamos o teste de diferenças de médias, ANOVA, a fim de identificar em que medida os diferentes níveis de análise são relevantes. Este teste nos apresenta o valor do Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC), isto é, o quanto a variabilidade da tolerância se deve aos fatores localizados no nível 2.

Após a realização dos testes acima mencionados, são organizados os modelos de regressão linear: o primeiro modelo deve conter apenas as variáveis de nível 1, dessa forma será possível, em seguida, avaliar os ganhos da inserção das variáveis de nível 2. Depois, devemos especificar um modelo cuja inclinação possa variar aleatoriamente entre as unidades nacionais, configurando assim, um teste de hipótese que poderá justificar a pertinência das interações cross-level (individual e nacional). Faremos isso, através de três testes de diferenças de médias (Anova), um para cada dimensão da religiosidade (comportamento, pertencimento e intensidade), e os compararemos aos equivalentes sem randomização para identificar qual das dimensões das religiosidades possui resultado mais significativo.

¹² O modelo mais apropriado é o multinível, pois nos permite realizar uma análise hierárquica dos dados. Conforme demonstra Rocha (2014)¹², em diversas situações, a população a ser analisada tem estrutura multinível, isto é, existe mais de uma ordem hierárquica que irá influenciar na variável dependente, por isso o modelo com efeitos mistos adequa-se melhor, pois é capaz de apresentar uma representação mais fiel da realidade, e consequentemente, resultados mais precisos. Denomina-se estatisticamente como modelo misto porque possui efeitos fixos e mais de um efeito aleatório.

Por fim, realizamos os testes com as interações entre a variável religiosa (que apresentou maior significância) e a variável de nível 2, que mensura as mudanças na legislação dos países. A análise *cross-level* trata-se de uma importante técnica de análise no estudo de populações que estão inseridas em um mesmo contexto e, por isso, possuem características semelhantes. Nesses casos, tanto o nível menor (ou individual) quanto o nível maior (ou contextual) apresentam parte da explicação.

5.3 DADOS

Após descrever qual técnica será utilizada, apresentaremos o material empírico, bem como as bases de dados utilizadas a nível individual e contextual, nessa ordem.

5.3.1 Nível individual: LAPOP

Conforme demonstram as pesquisas apresentadas nos capítulos anteriores, o material mais comumente utilizado para discussão sobre tolerância política são *surveys* de opinião pública. Isto posto, buscamos materiais empíricos que possuíssem questões sobre os homossexuais com aplicação em países da América Latina. Encontramos algumas pesquisas com enunciados que abordavam a homossexualidade, mas somente através do projeto Barômetro das Américas (BA), produzido pelo *Latin American Public Project* (LAPOP)¹³ seria possível estudar a tolerância política em relação a nosso grupo alvo.

Lançado no ano de 2004/2005 o BA¹⁴ realiza aplicação de *surveys* bianualmente em toda a América Latina e Caribe, com exceção de Cuba. Um núcleo de questões é comum para todos os países e se repete em todas as rodadas. Outro núcleo contém questões sobre acontecimentos políticos recentes, como a opinião acerca de agentes políticos ou fatos que dizem respeito apenas ao país em que o questionário está sendo aplicado.

Ademais, os *surveys* do LAPOP adotam a língua nativa de cada país de aplicação, e contam com uma padronização dos protocolos de aplicação, bem como na codificação das questões e demais itens que posteriormente permitem a análise dos resultados de maneira agrupada. O cálculo amostral é feito para cada país, levando em consideração algumas estratificações e as especificidades do país. Por exemplo, no Brasil são levados em consideração suas cinco regiões, bem como o tamanho dos municípios, áreas rurais e urbanas e afins, de modo que, o N total seja representativo para toda a população.

¹³ Para mais informações acessar: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>

¹⁴ Os questionários passam por pré-teste e análises de pesquisadores das mais diversas áreas, que não só buscam validar a pesquisa, como auxiliar na construção de questionários mais abrangentes.

A onda mais recente de aplicação ocorreu em 2018¹⁵ e o banco de dados foi lançado no início de 2019, portanto utilizamos a última rodada de maneira agregada, conforme será explicado posteriormente. Dentre os 20 países que compõe a América Latina o LAPOP aplica questionários em 19, pois Cuba ainda não é pesquisada. Dos países analisados excluimos apenas a Colômbia, por motivos descritos nas etapas posteriores, assim sendo, nossa amostra de nível 1 (indivíduos) foi composta por 18 países e 28.633 indivíduos (tabela 1)¹⁶.

Tabela 1- Tamanho da amostra do Lapop por país - 2018/2019¹⁷

Quantidade	País e código	Amostra
1	17. Argentina	1528
2	10. Bolívia	1682
3	15. Brasil	1498
4	13. Chile	1638
5	06. Costa Rica	1501
6	09. Ecuador	1533
7	03. El Salvador	1511
8	02. Guatemala	1596
9	22. Haiti	2221
10	04. Honduras	1560
11	01. México	1568
12	05. Nicarágua	1547
13	07. Panamá	1559
14	12. Paraguai	1515
15	11. Peru	1521
16	21. República Dominicana	1516
17	14. Uruguai	1581
18	16. Venezuela	1558
TOTAL		28633

Fonte: Autora, a partir do LAPOP, 2018/19

Utilizar a última rodada de aplicação do *Survey* do LAPOP foi uma escolha metodológica, realizada com base no tipo de modelo estatístico escolhido, pois a análise multinível, considera a pré-existência de dois níveis de análise e exige a manipulação de uma grande amostra, muito embora os manuais não demonstrem qual número de entrevistas seria ideal.

Portanto, reunimos todos os bancos da última rodada, através da função merge, em um banco que chamamos de BancoGeral, feito isso, aplicamos todos os testes pré-requisitos ao

¹⁵ Isso na época de escrita dessa parte da tese (2020), atualmente (2022) já temos mais uma rodada, tentamos realizar a atualização dos dados, contudo nossa variável dependente não foi replicada nessa rodada.

¹⁶ Pesquisas (Maas e Hox, 2005) já demonstraram que quanto maior for o número de casos, mais o modelo de regressão multinível aplica-se. O N do nível 2 comumente tem sido o desafio dos pesquisadores, afinal existem custos e limites para acréscimo dos dados. No caso da análise da América Latina, existe um limite de países a serem analisados, esse limite é imposto pela quantidade de países que compõe essa região e pela aplicação do *Survey* do LAPOP.

¹⁷ Na coluna 2 temos o nome do país e seu código, dessa forma o leitor que quiser replicar a pesquisa poderá selecionar os países por seus códigos, através do banco completo, isto é, com todos os países.

modelo multinível e em seguida rodamos o próprio modelo. Dessa forma verificamos que trabalhar com a última rodada foi suficiente para responder a hipótese de pesquisa propostas.

Passemos agora para a apresentação das variáveis sociodemográficas utilizadas na pesquisa: sexo, educação, idade, confiança interpessoal e crença na democracia como melhor forma de governo, as quais já fazem parte da tradição de estudos de atitude política, desde os textos mais antigos, como Jackman (1972 e 1977) e Davis (1975) aos mais recentes, como Mondak Hurwitz (2002), Peffley e Rohrschneider (2003), Aquino (2017), Ribeiro e Borba (2020), Csapo (2017), Arwine e Mayer (2012), dentre muitos autores.

Claro que nem todas as variáveis que usamos estão presentes em todos os textos supramencionados, pois trata-se de uma evolução nas pesquisas a inserção de novos preditores, justamente porque são vários os fatores que influenciam o ato de tolerar social e politicamente, e faz parte da agenda de pesquisa sobre o tema tentar identificar quais são esses preditores mais relevantes, conforme o período temporal. Pois, como demonstrou Sullivan et al. (1982) em relação ao texto de Stouffer (1955) os grupos alvos de intolerância se alteram, afinal a sociedade está em constante modificação, e à medida que se intercambiam esses grupos, se altera também a capacidade de predição de determinadas variáveis.

Em relação as variáveis independentes utilizamos dois núcleos distintos de análise, i) o núcleo 1 composto pelas variáveis coletadas pelo BA, ou seja, informações das unidades de análise individuais e ii) o núcleo 2 composto pelas variáveis que medem características dos países, e foram coletadas de bancos diversos, conforme descrito na seção seguinte.

Nosso núcleo 1 é formado por três variáveis em conformidade com o que está sendo descrito pela literatura que discute religião e tolerância política (LEEGE ET AL.,1996; STEENSLAND ET AL., 2000). São os 3 B's, isto é, *belonging*, *believing* e o *behaving*. Utilizando o *Survey* do LAPOP, adaptamos da seguinte forma: usamos a denominação religiosa para analisar o pertencimento, a importância que o indivíduo confere a instituição de pertencimento religioso para analisar a intensidade da crença, e a frequência na participação para analisar o comportamento. Todas as variáveis mencionadas, são apresentadas no fluxograma 1.

5.2.2 Nível contextual

Para a criação do banco de nível contextual utilizamos os seguintes materiais:

i) Construímos uma variável e a nomeamos como Tolerância Nacional aos Homossexuais (TNaH). Sua escala é qualitativa e varia de 0 a 2, em que 0 significa não ter direito ao casamento

e nem a adoção de criança, 1 significa direito ao casamento e 2 a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. A construção dessa medida se deu a partir da observação das legislações de cada país coletadas e organizadas pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos (ILGA World)¹⁸, trata-se de uma organização não governamental que pesquisa e disponibiliza dados relacionados as minorias descritas em 150 países engajados com questões homossexuais, como direitos civis.

ii) A segunda variável foi extraída do Banco de Dados do World Atlas - Statistics by contry¹⁹, um compilado mundial com estatísticas sobre os mais diferentes temas, como saúde, educação e meio ambiente. Esses conteúdos podem ser acessados de maneira agregada por continente, ou da maneira como fizemos, por país, conforme a tabela 2. Coletamos os dados mais recentes de cada país relacionados a economia e consideramos a taxa de desemprego uma proxy razoável da situação econômica.

Tabela 2- medidas de análise do desemprego e da TNAH por país

Códigos/Países	Desemprego (%)	TNaH
17. Argentina	8	2
10. Bolívia	4	0
15. Brasil	13	2
13. Chile	7	0
06. Costa Rica	8	0
03. El Salvador	7	0
09. Equador	5	0
02. Guatemala	2	0
22. Haiti	41	0
04. Honduras	6	0
01. México	3	1
05. Nicarágua	6	0
07. Panamá	6	0
12. Paraguai	6	0
11. Peru	5	0
21. República Dominicana	23	0
14. Uruguai	8	2
16. Venezuela	27	0

Fonte: Autora, a partir dos dados do ILGA e do Actualitix, 2020

O banco de nível 2 foi formado por 18 observações/países e 11 variáveis.

Ao finalizar a construção do banco macro, com informações acerca dos 18 países e fazer a junção com o banco de nível micro, rodamos combinações diferentes até encontrar as duas variáveis que apresentaram significância estatística e alta capacidade preditiva. As outras 8 variáveis que compunham o banco de nível 2 não foram significativas, nem aumentavam a

¹⁸ <https://ilga.org/>

¹⁹ <https://pt.actualitix.com/>

capacidade de predição do modelo, por esse motivo, não foram utilizadas, embora constem no banco completo, para possibilitar que outros pesquisadores possam replicar a pesquisa. Portanto, o núcleo 2 foi formado por duas variáveis, conforme fluxograma 1.

Após refutar a hipótese inicial, conduzimos uma segunda etapa, através de um estudo mais aprofundado sobre mudanças na cultura política nacional, alterações nas garantias legais das minorias e atenuação dos efeitos negativos da religião. Com essa finalidade percorremos um caminho analítico mais bem descrito no subcapítulo 6.3. Através da literatura identificamos a possibilidade de utilizar a média nacional da própria variável dependente (TolerHomo), transposta para o nível dois como variável independente e retrocedendo para o ano de 2008/2009, renomeada como MedToler (tabela 3).

Tabela 3- Média geral da variável dependente Tolerância política por país (TolerHomo), renomeada como MedToler, nos 18 países da América Latina entre 2008 e 2009

Países	Medida de Tolerância
Haiti	2,27
El Salvador	3,51
Guatemala	3,53
Honduras	4,15
República Dominicana	3,27
Paraguai	3,57
Panamá	4,74
Nicarágua	4,45
Peru	4,25
Bolívia	4,25
Equador	4,32
Venezuela	4,44
Costa Rica	5,09
México	5,17
Chile	5,49
Brasil	5,77
Argentina	7,29
Uruguai	6,94
América Latina	4,45

Fonte: Lapop, 2008/09

Outra variável inserida no modelo, a fim de analisar a cultura política foi uma adaptação do Índice de Valores Emancipatórios (IVE). Como a pretensão era utilizar uma medida mais antiga, para avaliar justamente a mudança cultural, criamos nosso índice a partir da junção de 5 variáveis presentes no LAPOP, no ano de 2012²⁰. A primeira é originalmente codificada como VB50 e apresenta o seguinte enunciado: Alguns dizem que, em geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres. Você concorda totalmente,

²⁰ Essa foi a primeira rodada em que encontramos as cinco variáveis. Em outras bases de dados, como o WVS encontramos essa medida já pronta, todavia a maioria dos países que utilizamos não estava presente.

concorda, discorda ou discorda totalmente?²¹ A segunda medida, com código vb52, foi redigida assim: E se cabe a um político a uma política administrar a economia nacional, quem fará o melhor trabalho; um homem, uma mulher ou não importa?²² A variável D6 é a terceira medida utilizada com o seguinte enunciado: Quão fortemente você aprova ou desaprova que casais do mesmo sexo possam ter o direito de se casar?²³ A penúltima variável é a W14A, com a redação: Você acha que a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, seria justificada quando a saúde da mãe está em perigo?²⁴ Por fim, a última medida combinada é a D4, que apresenta pergunta: Quão fortemente você aprova ou desaprova essas pessoas indo à televisão para fazer um discurso?²⁵

Após a junção das variáveis criamos o índice que foi codificado na base como IVE2012²⁶, cuja escala varia de 1 a 10, conforme tabela 4²⁷.

Tabela 4- Índice de Valores Emancipatórios de 2012

Países	IVE2012
Argentina	6.7
Bolívia	5.4
Brasil	6.5
Chile	6.0
Costa Rica	5.4
El Salvador	4.7
Equador	5.1
Guatemala	5.6
Haiti	5.3
Honduras	4.7
México	5.9
Nicarágua	5.3
Panamá	5.6
Paraguai	5.2
Peru	5.3
República Dominicana	5.0
Uruguai	7.2
Venezuela	5.4

Fonte: Lapop, 2008/09

²¹ Utilizamos a categorização original: (1) Concordo totalmente (2) Concordo (3) Discordo (4) Discordo totalmente (88) NS e (98) NR

²² Utilizamos a categorização original: (1) Um homem (2) Uma mulher (3) Não importa (88) NS (98) NR

²³ Utilizamos a categorização original que vai de 1 desaprova fortemente a 10 Aprovar fortemente

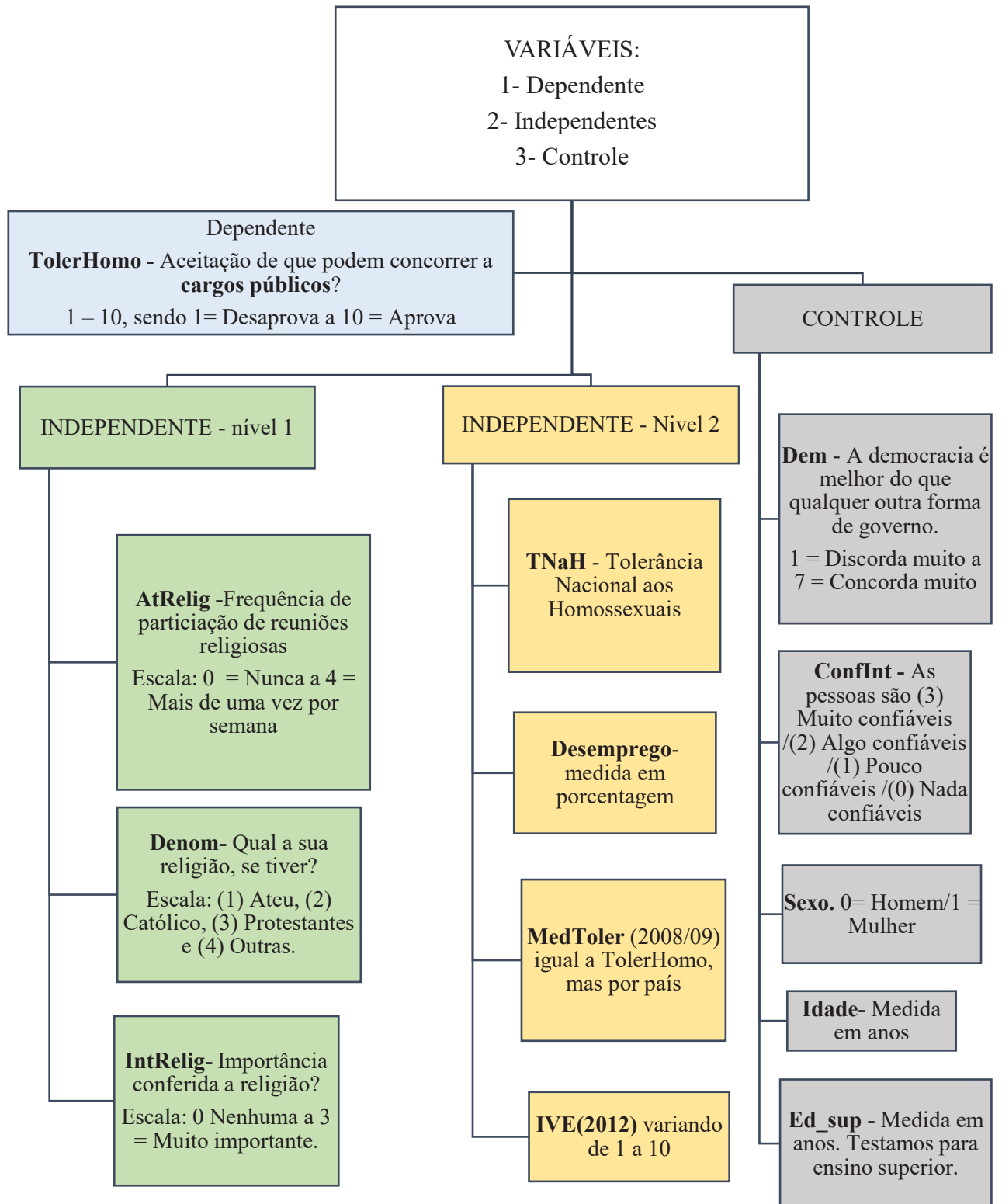
²⁴ Utilizamos a escala invertida, da seguinte forma: (1) Não, não seria justificado e (2) Sim, seria justificado

²⁵ Utilizamos a categorização original que vai de 1 desaprova fortemente a 10 Aprovar fortemente

²⁶ Dividimos pelo valor máximo e multiplicamos por dez para que a escala passasse a variar entre 1 e 10.

²⁷ O script para criação do índice pode ser verificado [AQUI](#)

Fluxograma 1 - Organização de todas as variáveis utilizadas de acordo importância conferido a cada grupo²⁸



Nossa amostra foi composta por 28.645 observações, sendo que esse N foi suficiente para aplicação da modelagem multinível e obtenção de resultados significativamente estatísticos. Lembrando que o banco completo foi formado pela junção do banco de nível 1 (micro), constituído por N = 28.633 indivíduos entrevistados e pelo banco de nível 2 (macro) constituído por N = 18 países. Com quase 30 mil observações, a estatística inferencial cumpriu seu objetivo, nos possibilitando extrapolar a amostra, e fazer inferências acerca de todos os países analisados pelo LAPOP na América Latina, com exceção da Colômbia, porque esse país não possui a variável frequência religiosa²⁹.

²⁸ Justificativa para utilização das variáveis de controle: Democracia (Dem) vide capítulo 2 – Tolerância Política e Democracia. Confiança Interpessoal (Confint) vide cap. 2, subseção 2.2- Tolerância Política nas jovens democracias, conforme Csapo (2017). Sexo vide seção 2.2 - Tolerância Política nas jovens democracias, conforme Ribeiro e Borba (2020)

²⁹ Para ser possível realizar a análise multinível, com o banco agregado, é necessário que todos os países utilizados possuam a variável dependente e as independentes, por isso, a saída viável foi a exclusão do país.

6 TOLERÂNCIA POLÍTICA E HOMOSSEXUALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Neste capítulo apresentamos os resultados da modelagem multinível proposta para estudar a relação entre tolerância política aos homossexuais e a religiosidade nos países da América Latina.

Na seção inicial apresentaremos os dados longitudinais da evolução da tolerância nos diferentes países e, no agregado, utilizando modelos multiníveis para identificar se há relação estatisticamente significativa entre a religião e a tolerância. Na sequência são inseridos os modelos testando não apenas o efeito da denominação religiosa, como também o ativismo e a importância religiosa. Por fim, na última seção, após a refutação da H1, testamos a hipótese secundária (H2).

6.1 EVOLUÇÃO DA TOLERÂNCIA POLÍTICA

Iniciamos a seção apresentando os dados acerca da evolução da tolerância política nos 18 países da América Latina³⁰.

Nas projeções gráficas vê-se que Haiti é o país com menor escore por ano e geral, os dados se iniciam em 2006 com menos de dois pontos e após um pequeno crescimento, volta a reduzir. Já El Salvador, Guatemala e Honduras estão próximos aos três pontos, mas ainda superiores ao Haiti. Na sequência tem-se República Dominicana, Paraguai, Panamá e Nicarágua, que assim como os países mencionados anteriormente passou por alguns aumentos e diminuições longitudinais, em que pese as médias finais estão próximas, variando entre -4 e + 4.4 pontos.

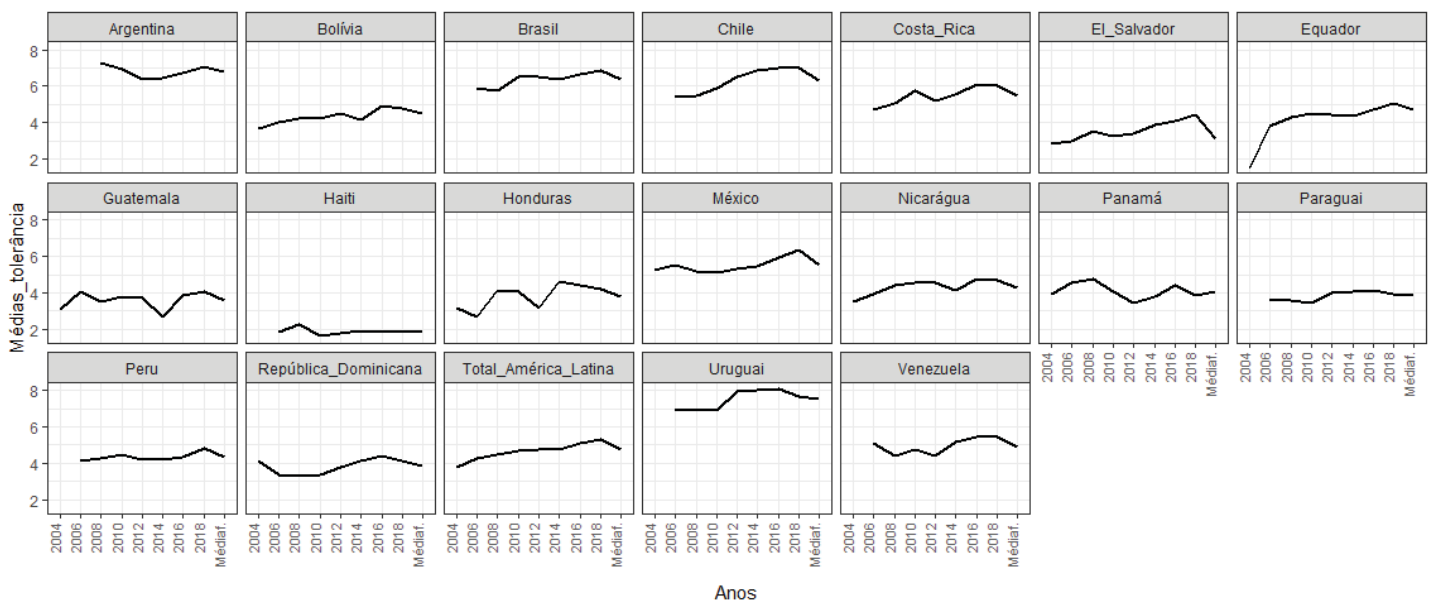
Seguindo a ordem crescente de tolerância, está Peru, Venezuela, Equador, Bolívia e Costa Rica, com pouca variação entre os anos, com exceção do Equador que em 2004 possuía média de tolerância mais baixa. O escore final desses países está próximo, variando entre 4 e quase 6 pontos. Por fim estão os seguintes países: México, Chile, Brasil, Argentina e Uruguai, com os primeiros países apresentando médias finais próximas de 5.5 e os três últimos próximas de 7 pontos.

A projeção gráfica nomeada como “total_América_Latina” apresenta a média da pontuação geral de tolerância política na América Latina. A média agregada mostra que os países podem

³⁰ Em alguns países a aplicação começou na rodada seguinte a 2004, por isso os dados estão *not available*.

ser considerados mais intolerantes que tolerantes, já que o crescimento ao longo dos anos é pouco significativo e a pontuação final é menor do que 5. Portanto, os países que apresentam pontuações maiores como é o caso da Argentina e do Uruguai, são exceção em relação a maioria, porque são mais tolerantes que intolerantes, com escores superiores a 6 em todos os anos de análise.

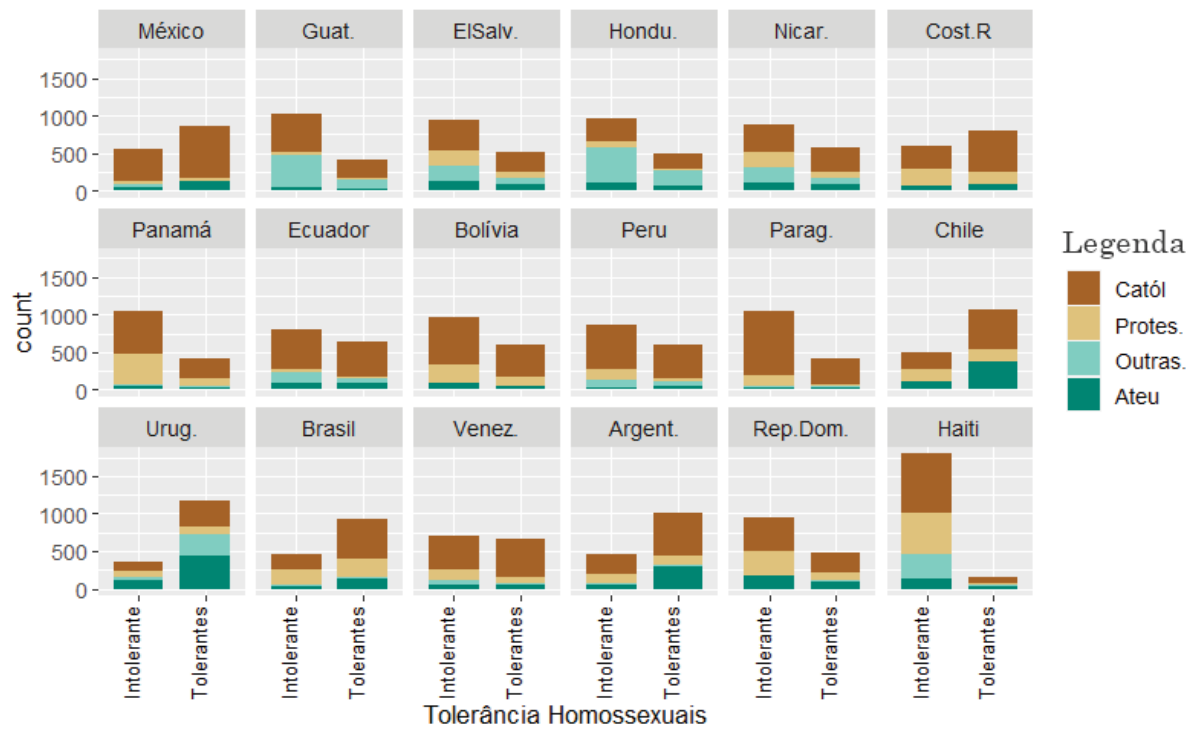
Gráfico 1 – Projeção gráfica da média simples de tolerância nos 18 países da América Latina entre 2004 e 2019



Em relação a evolução da tolerância, notamos que mesmo entre o grupo dos mais intolerantes, El Salvador e Guatemala estão experimentando melhoria no indicador. Entre os países com médias mais altas percebemos essa evolução entre Peru, Equador e mais acentuadamente, Costa Rica, Brasil e Argentina. Apesar de o Uruguai estar entre os países mais tolerantes em relação aos demais, no último ano de análise passou por um decréscimo da tolerância.

Cientes da existência de associação significativa entre as denominações religiosas e nossa variável dependente, nos interessa visualizar de que maneira essas denominações estão distribuídas entre os países analisados, a partir da frequência de filiação, por isso, projetamos o gráfico 2. Neste gráfico dividimos a escala numérica de tolerância em 2 categorias, quais sejam: 1- Intolerantes (1:5) e 2- Tolerantes (6:10), dessa forma seria possível identificar diferenças entre os dois grupos, com base na filiação denominacional.

Gráfico 2 - Distribuição das denominações religiosas nos países da América Latina, a partir do valor absoluto das filiações, 2018/2019



Fonte: Autor, 2021, a partir dos dados do LAPOP

Nota-se, a partir do gráfico 2, que com exceção de alguns países, os católicos ainda são maioria, mesmo entre o grupo mais tolerante. Todavia, em países como Uruguai, Brasil, Argentina e Chile, percebe-se um crescimento significativo de ateus no grupo tolerante. Em países como Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Haiti, existe grande quantidade de filiados a outras denominações no grupo de intolerantes. São poucos os países que possuem quantidades semelhantes ou maiores de tolerantes do que intolerantes, conforme já havíamos verificado no gráfico 1, os países com os maiores índices de tolerância, de acordo com a opinião pública, são: Uruguai, Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile e México.

6.2 EFEITOS DA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA SOBRE A TOLERÂNCIA POLÍTICA

A fim de testar a hipótese de que, assim como constatado nos EUA por Norris e Inglehart (2019), na América Latina se percebe um aumento da intolerância por parte de um grupo conservador e religioso, frente a mudanças sociais e políticas, escolhemos como objeto da pesquisa a tolerância política aos homossexuais. A partir dessa escolha, investigamos em que

medida o crescente reconhecimento de direitos civis por governos nacionais, tem afetado as atitudes de grupos mais fortemente religiosos.

Como o objetivo primordial da análise que estamos conduzindo é interagir fatores individuais e contextuais, antes de dar início a apresentação dos modelos, tratamos de verificar em que medida esses diferentes níveis/contextos políticos são relevantes. Para isso, utilizamos o teste de modelos nulos (ANOVA)³¹. Os resultados são apresentados na Tabela 5, e indicam primeiramente que a variação da tolerância política entre os países é de 2,14, o que não é desprezível se considerarmos a média geral de 5,3. Quando calculamos o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC), identificamos que 17,9% da variabilidade da tolerância se deve a fatores localizados no nível dos países. Apesar de não existir um padrão universal para avaliar a pertinência da modelagem hierárquica, em se tratando de estudo sobre atitude políticas, esses percentuais justificam considerar fatores nacionais em nosso estudo sobre tolerância política.

Tabela 5- Modelo ANOVA para Tolerância Política, América Latina
2018/19

Variação de tolerância política entre os países		
	Variância	Desvio Padrão
(Intercept) τ_{00}	2.142135	1.463603
Residual σ^2	9.819581	3.133621
ICC ($\tau_{00}/(\tau_{00} + \sigma^2)$)	0.1790826 (17,9%)	

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

Após constatada a importância de utilizar as variáveis já expostas, bem como o modelo multinível, iniciamos as estimativas verificando a probabilidade da tolerância aos homossexuais, a partir da equação abaixo, em que os valores são calculados em função das principais intervenientes – denominação, ativismo e intensidade – e os condicionantes já apontados pela literatura: apoio à democracia, confiança interpessoal, escolaridade, idade e sexo.

Equação do modelo³²:

$$g(\mu) = \alpha + \beta_1 \text{denominação} + \beta_2 \text{Ativismo} + \beta_3 \text{Intensidade} + \beta_4 \text{Apoio a democracia} + \beta_5 \text{Confiança Interpessoal} + \beta_6 \text{Escolaridade} + \beta_7 \text{Idade} + \beta_8 \text{Sexo} + \varepsilon$$

³¹ São modelos de médias não condicionadas, não possuem preditores, mas incluem um termo aleatório de variância do intercepto para os países, no caso. Dessa forma, estima a magnitude da variância nas médias da variável dependente em relação à variância total. Na prática são modelos tipo Anova em que a variável dependente é entendida como uma função do pertencimento do grupo.

³² Equação geral do modelo de regressão linear múltiplo: $g(\mu) = \alpha + \beta_1 + \dots + \beta_k + \varepsilon$ Fonte: Rocha, 2014/ Sendo o g nossa variável dependente, o α o intercepto e β_1 o coeficiente angular, por fim, o ε representa o erro/resíduo

A partir desses resultados, estimamos um modelo contendo todas as variáveis de nível 1. Os resultados expostos na Tabela 6 indicam efeitos estatisticamente significativos para todas as variáveis. Àquelas relacionadas a religião apresentam resultado significativo e negativo, isto é, ser evangélico ou de outras denominações religiosas e ser ativo religiosamente tende a diminuir a tolerância política aos homossexuais, em relação a nossa categoria de referência, ateus ou agnósticos.

Tabela 6- Preditores de tolerância política,
América Latina 2004 a 2018

<i>Predictors</i>	TolerHomo <i>Estimates</i>
(Intercept)	4.60 ***
Católicos	0.08
Evangélicos	-0.90 ***
Outras denominações	-0.95 ***
Ativismo Rel.	-0.23 ***
Intensidade Rel.	-0.54 ***
Democracia	0.27 ***
Confiança Interp.	0.34 ***
Ed. Sup.	0.86 ***
Idade	-0.02 ***
Sexo	0.64 ***
Observations	21531
R ² / adjusted R ²	0.123 / 0.123
Variância	
Intercept τ_{00}	1.240.673
Residual σ^2	2.969.409
AIC	108135.6
BIC	108239.3

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Apenas a denominação católica não apresentou resultado estatisticamente significativo. Ser ativo religiosamente tem o mesmo efeito das denominações, no caso desse grupo analisado, pois tende a causar uma redução de 0,23. Já a importância que indivíduos conferem a religiosidade, denominada como “Intensidade Religiosa” tende a causar redução de 0,54 pontos na média de tolerância.

Pensando sobre essas diferenças denominacionais, Wald (1987) afirmou que determinados grupos religiosos tendem a fomentar atitudes consideradas intolerantes, pois possuem premissas que cerceiam a liberdade e os direitos básicos dos que possuem ideologia radicalmente contrária àquela ensinada no âmbito da instituição religiosa. Eisenstein (2006), por sua vez, buscou identificar quais seriam os fatores que influenciam no aumento da intolerância entre as diferentes denominações religiosas. A autora constatou que o literalismo bíblico é um forte preditor da intolerância, isto é, as religiões que acreditam que a bíblia deve ser lida de maneira literal, tendem a apresentar maiores níveis de intolerância. Algumas

pesquisas, como McGee (2016) e Adamczyk et al (2016) e, especialmente Burdette et al. (2005)³³, já demonstraram que os protestantes podem ser mais literalistas e, portanto, apresentam menores taxas de tolerância, em relação a outras denominações religiosas.

Essa mesma literatura que explica a diferença entre as denominações, também discute a assiduidade religiosa, Eisenstein (2006) demonstrou que a frequência é um fator preponderante de elevação da intolerância, à medida que os indivíduos disponibilizam grande parte do seu tempo participando de reuniões de cunho religioso, possuem menos tempo para participar de outras instituições. Já Djupe (2015) apontou para a exposição frequente às informações repassadas pelo clero, bem como, a homogeneidade do grupo, como importantes condicionantes de aumento da intolerância, especialmente entre as denominações adeptas da ideia de que a interação com grupos não religiosos representa ameaça a sua crença. Além disso, a maior frequência está ligada ao baixo contato com outras atividades e grupos que poderiam levar a experiências com outros estilos de vida. Ou seja, a frequência aos cultos tomaria o tempo que poderia ser dedicado a outras atividades, reduzindo a diversidade nas interações sociais dos indivíduos.

Dentre as variáveis de controle, as que apresentaram resultado positivo e significativo foram: apoio à democracia³⁴, confiança interpessoal³⁵, escolaridade³⁶ e sexo³⁷. Ou seja, conforme há avanços dessas medidas independentes, mais o índice de tolerância deve aumentar. A variável idade apresentou resultado significativo e negativo, então a elevação etária tende a ocasionar diminuição da tolerância.

A partir dos resultados expostos na Tabela 6, podemos inferir que o perfil mais tolerante para um cidadão latino-americano, seria de uma mulher, jovem, com alta escolaridade que tem confiança na democracia e nos demais cidadãos, sem denominação religiosa/ateia, que não é assídua as práticas religiosas, nem acredita que religião possui alguma importância na sua vida.

Se por um lado as pesquisas empreendidas por Gibson et al. (1992) demonstram que ser homem, jovem e com alta escolaridade aumenta a tendência para atitudes democráticas, quando observamos essas atitudes voltadas aos homossexuais, percebe-se que ser homem

³³ Vide seção 4, subitem: 4.2 - Efeitos da religião sobre a tolerância aos homossexuais.

³⁴ Vide seção 2: Tolerância Política e Democracia, especialmente a partir dos estudos de Prothro e Grigg (1960) e McClosky (1964).

³⁵ Vide seção 2: Tolerância Política e Democracia, a partir dos estudos de Csapo (2017).

³⁶ O respaldo teórico para a escolha dessa variável encontra-se na seção 2, através dos estudos de Lawrence (1976), Gibson et al. (1992), Seligson et al. (2019), Ribeiro et al. (2019). Seção 3, através de Kozloski (2010). Seção 4, através de Cox et al. (2015)

³⁷ Os estudos que utilizaram a variável sexo, e nos encorajaram a inseri-la na tese, foram, por exemplo: Kozloski (2010), Sotelo (2000), vide seção 3, subitem 3.2.

diminui a capacidade de tolerar, isto é, há uma mudança nos resultados do modelo de análise, quando este grupo alvo é inserido como variável dependente.

Acredita-se que a relação entre aumento da tolerância para homens esteja relacionada ao papel social exercido pela figura masculina. Apesar da literatura não falar detidamente sobre essa relação, encontramos esse mesmo indicativo nos textos de Burdette (2005) Cruz e Guibert (2015) e Ribeiro e Borba (2020). Os autores mostram que as mulheres tendem a ser mais tolerantes aos homossexuais.

Para avaliarmos o rendimento explicativo desse modelo podemos comparar os ganhos de explicação da variabilidade da medida de tolerância política no nível individual e entre os países em relação ao modelo nulo. Para isso, primeiramente dividimos a variância do intercepto do modelo com todos os preditores de nível individual, pela variância encontrada no modelo sem preditores e, posteriormente subtraímos de 1³⁸. O resultado desse procedimento aponta para uma melhoria de 15,23% na nossa capacidade de explicar a variabilidade da tolerância política no nível individual.

Como o interesse central da tese é avaliar como o contexto dos países (mais ou menos conservadores em relação aos direitos dos homossexuais) modula o efeito das demais variáveis de nível individual, especificamos na sequência um modelo contendo a medida numérica que combina a variável que criamos sobre os direitos dos homossexuais em nível nacional e o desemprego. Utilizando a seguinte equação:

$$g(\mu) = \alpha + \beta_1 \text{denominação} + \beta_2 \text{Ativismo} + \beta_3 \text{Intensidade} + \beta_4 \text{Apoioademocracia} + \beta_5 \text{ConfiançaInterpessoal} + \beta_6 \text{Escolarida} + \beta_7 \text{Idade} + \beta_8 \text{Sexo} + \beta_9 \text{TNaH} + \beta_{10} \text{Desemprego} + \varepsilon$$

Os resultados da tabela 7 indicam que os efeitos das características individuais tiveram resultados bastante semelhantes aos da tabela sem os preditores de nível dois. Nesse modelo a denominação religiosa católica apresentou resultado significativo e positivo, ou seja, ser católico tende a aumentar em 0, 20 ponto a propensão de tolerar politicamente os homossexuais. As demais denominações permaneceram apresentando resultados significativos e negativos, assim como a idade. Então, ser evangélico e de outras denominações religiosas, bem como ser

38 $C = 1.240673$ #Variância do intercepto do modelo com todas as variáveis
 $N = 1.463603$ #Variância do intercepto do modelo sem variáveis
 $X = C/N$
 $X = 0.8476841$
 $1 - X = Y$
 $Y = 0.1523159 * 100$

ativo religiosamente e acreditar na importância da religião permanecem reduzindo, agora em 0.83, 0.46, 0.21 e 0.28 pontos, respectivamente.

As demais variáveis do nível individual - confiança na democracia, confiança interpessoal, escolaridade e sexo - permanecem significativas e positivas. Por fim, a informação mais proeminente desse modelo é o resultado da variável qualitativa que mensura a Tolerância Nacional aos Homossexuais (TNaH). Esta variável apresentou resultado significativo e positivo, já a variável relacionada a economia (“Desemprego”) apresentou resultado negativo. Em um contexto com reconhecimento legal de direitos aos homossexuais, a tolerância média tende a aumentar em 1,06. Inversamente, elevações nas taxas de desemprego fazem a média de tolerância diminuir em 0,04.

A tese apresenta evidências empíricas de que o reconhecimento legal e político de direitos pelos meios governamentais (legislação), está acompanhada por aumento da tolerância política entre as populações, corroborando as explicações apresentadas por Gibson (2009), de que a tolerância exige governo e opinião pública tolerantes, implicando em uma intrínseca relação entre os dois níveis. Todavia, nossos resultados não apontam para a diminuição do preconceito e/ou comportamentos preconceituosos, afinal a tolerância está mais relacionada ao sentimento de ameaça em relação a determinado grupo, enquanto o preconceito refere-se ao entendimento de que determinados grupos são inferiores a outros em razão de certas características de cunho individual.

Em 1995, Sullivan e companhia já demonstraram que mesmo frente a existência de muitos grupos alvos não há acréscimo da tolerância. Portanto, apontam que a inserção social de múltiplos alvos não está acompanhada do efeito benéfico da atenuação da intensidade da intolerância que se dispersaria frente a múltiplos grupos distintos. Os resultados encontrados nesse modelo corroboram essa explicação, à medida que demonstram significativa intolerância aos homossexuais e, que esta atitude é intensificada pela inserção de determinadas variáveis explicativas.

Pesquisadores como Arwine e Mayer (2012) e Navarro et al., (2019) corroboram a tese de que não houve aumento da tolerância ao longo dos anos, ademais a religiosidade permanece figurando como uma das principais preditoras da intolerância. É importante ressaltar que os religiosos não são um grupo homogêneo, existem diferenças entre as denominações, além disso, o comportamento religioso pode variar a depender do contexto social e político dos países. Nossos modelos demonstram que indivíduos religiosos em ambientes mais sexualmente liberais tendem a tolerar mais. Esta situação está evidente na tabela 7.

Tabela 7- Preditores de nível um e dois da Tolerância Política, América Latina, 2019

<i>Predictors</i>	TolerHomo <i>Estimates</i>
(Intercept)	4.56 ***
Católicos	0.20 *
Evangélicos	-0.83 ***
Outras denominações	-0.46 ***
Ativismo Rel.	-0.21 ***
Intensidade Rel.	-0.28 ***
Democracia	0.20 ***
Confiança Interp.	0.24 ***
Ed. Sup.	0.97 ***
Idade	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***
TNaH	1.06 **
Desemprego	-0.04 *
Random Effects	
σ^2	8.82
τ_{00} pais	0.69
ICC	0.07
N_{pais}	18
Observations	21531
Marginal R^2 / Conditional R^2	0.170 / 0.231
Variância	
Intercept τ_{00}	0,8318156
Residual σ^2	2,969408
AIC	108130,9
BIC	108250,5

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Podemos afirmar que em contextos mais liberais, o nível de tolerância política entre os indivíduos tende a ser maior. O impacto provocado por cada ponto adicional da variável TNaH deve ser acrescido ao efeito das variáveis individuais. Por exemplo, um religioso altamente ativista, que tem a pontuação reduzida em 0,21, a cada ponto adicional para um contexto mais libertário para os homossexuais, reduz essa defasagem em 1,06, tornando as pontuações dos ativistas religiosos em países com contextos sem direitos/conservadores menores do que a pontuação dos que residem em países com contextos altamente libertário. O mesmo ocorre na relação entre essa mesma variável do contexto nacional e a escolaridade, configurando uma situação em que dois entrevistados com a mesma escolaridade, mas habitantes de países com diferentes legados democráticos ou diferentes legislações em relação aos homossexuais, apresentam pontuações distintas na medida de tolerância.

Dentre os rendimentos da modelagem multinível está a possibilidade de investigar se existem variações entre os países na inclinação que descreve o relacionamento entre as variáveis individuais e a medida dependente. Essa possibilidade viabiliza a resposta do questionamento central: a liberalização ou reconhecimento dos direitos de homossexuais gera uma reação

conservadora de grupos religiosos, que pode ser caracterizada por atitudes de intolerância política a essa minoria?

Para responder a essa pergunta, precisamos especificar um modelo em que essa inclinação possa variar aleatoriamente entre as unidades nacionais, configurando assim, um teste de hipótese que poderá justificar a pertinência das interações *cross-level* (individual e nacional) em etapa posterior da análise. Rodamos três testes (Anova), um para cada variável de religiosidade e os comparamos com equivalentes sem randomização.

Os valores dos AIC apresentados na tabela 8 indicam que os modelos com randomização são melhores, o que também é confirmado pelo teste de razão de probabilidade (-2LL), que retornou p-valores suficientes para a rejeição da hipótese nula em condições bastante rigorosas. Portanto, há variação estatisticamente significativa nos efeitos da denominação, intensidade e ativismo entre os países.

Tabela 8- Ajustes de modelo com efeitos fixos e aleatórios utilizando a variável denominação religiosa, o ativismo e a intensidade religiosa, respectivamente

	Df	AIC	LogLik	Razão de probabilidade	P
Modelo sem inclinações randômicas de preditores individuais					
Denominação religiosa	13	108135,6	-54054,79		
Ativismo religioso	13	108135,6	-54054,79		
Intensidade religiosa	13	108135,6	-54054,79		
Modelo com inclinação randômica da variável denominação					
Denominação religiosa	22	108116,4	-54036,20	37,17739	0,000
Ativismo religioso	15	108109,7	-54039,84	29.89982	0,000
Intensidade religiosa	15	108128,9	-54049,44	10.68332	0,004

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

Ao confirmarmos esse efeito diferente entre os países, especificamos um último modelo com a adição de uma variável que combina denominação religiosa e a Tolerância Nacional aos Homossexuais (TNaH), configurando um exercício de interação *cross-level*. Através da seguinte equação:

$$g(\mu) = \alpha + \beta_1 \text{denominação} + \beta_2 \text{Ativismo} + \beta_3 \text{Intensidade} + \beta_4 \text{Apoio a democracia} + \beta_5 \text{Confiança interpessoal} + \beta_6 \text{Escolaridade} + \beta_7 \text{Idade} + \beta_8 \text{Sexo} + \beta_9 \text{TNaH} + \beta_{10} \text{Desemprego} + \beta_{11} \text{TNaH: Denominação} + \beta_{12} \text{Desemprego: Denominação} + \varepsilon$$

Os resultados apresentados na tabela 9 demonstram que, nesse modelo, as três novas medidas criadas possuem valores diferentes daqueles apresentados em modelos anteriores pelas variáveis religiosas isoladas, porque as interações são estatisticamente significativas e positivas. Esse resultado refuta nossa hipótese inicial, afinal demonstra que em contextos com mais

direitos para os homossexuais, os religiosos de todas as denominações, tendem a ser mais tolerantes. Todavia, existem variações entre as religiões, os menos influenciáveis pelo contexto são os evangélicos e os mais influenciáveis são os pertencentes a outras religiões. Os efeitos das interações são fortes: 1,17; 1,04; 0,94 e 1,47. Lembrando que a multiplicação das duas medidas numéricas resulta em uma escala mais ampla, tornando o impacto ainda mais expressivo.

Tabela 9- Modelos com interações para a Tolerância Política aos Homossexuais e Denominação religiosa

<i>Predictors</i>	TolerHomo <i>Estimates</i>
(Intercept)	4.50 ***
Católicos	0.25 **
Evangélicos	-0.74 ***
Outras denominações	-0.48 ***
Ativismo Rel.	-0.21 ***
Intensidade Rel.	-0.28 ***
Democracia	0.20 ***
Confiança Interp.	0.24 ***
Ed. Sup.	0.97 ***
Idade	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***
Desemprego	-0.04 *
Ateus/agnósticos * TNaH	1.17 ***
Católicos * TNaH	1.04 ***
Evangélicos * TNaH	0.94 ***
Outras denom.* TNaH	1.47 ***
Random Effects	
σ^2	8.81
τ_{00} pais	0.70
ICC	0.07
N pais	18
Observations	21531
Marginal R ² / Conditional R ²	0.171 / 0.231
Variância	
Intercept	0,8389119
Residual	2,968618
AIC	108131
BIC	108774,6

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Ao longo dos anos a denominação católica está apresentando diminuição da intolerância. Isto posto, pesquisadores como Navarro et al. (2019), partem da hipótese de que a filiação ao catolicismo poderia ocasionar aumento da tolerância, conforme mostramos na revisão de literatura. Todavia, essa hipótese foi refutada, afinal tanto essa, quanto outras pesquisas como Eisenstein et al. (2017), demonstram que apesar de existirem diferenças entre o impacto das denominações, o catolicismo está figurando como menos intolerante que o protestantismo. Contudo, os católicos ainda tendem a ser mais intolerantes aos homossexuais do que tolerantes se comparado com os ateus e outras religiões.

Apesar dos testes de ajuste do modelo terem demonstrado que os resultados mais significantes estão na interação da denominação religiosa e da variável de nível 2 utilizada para mensurar a liberalização das legislações em relação aos homossexuais, também organizamos modelos que medem a interação com as demais dimensões da religiosidade, ativismo e intensidade, conforme tabela 10.

Tabela 10- Modelos com interações para a Tolerância Política aos Homossexuais e Ativismo e Intensidade religiosa

<i>Predictors</i>	TolerHomo <i>Estimates</i>	TolerHomo <i>Estimates</i>
(Intercept)	5.23 ***	5.23 ***
Católica	-1.02 ***	-1.02 ***
Evangélica	-0.67 ***	-0.66 ***
Outras denominações	-0.20 *	-0.20 *
AtRelig	-0.20 ***	-0.21 ***
IntRelig	-0.28 ***	-0.26 ***
Dem	0.20 ***	0.20 ***
ConfInt	0.24 ***	0.24 ***
Ed_sup	0.97 ***	0.97 ***
Idade	-0.02 ***	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***	0.52 ***
Desemprego	-0.05	-0.05
Ativismo Religioso *	-0.05 *	
TNaH		
Intensidade Religiosa *		-0.05
TNaH		
Random Effects		
σ^2	8.82	8.82
τ_{00} pais	1.47	1.54
ICC	0.14	0.15
N _{pais}	18	18
Observations	21531	21531
Marginal R ² / Conditional R ²	0.115 / 0.242	0.115 / 0.246

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

Através dos modelos cujas interações mensuram o ativismo religioso em contextos mais liberais, percebemos que nem mesmo o contexto mais libertário tende a fazer com que o indivíduo muito assíduo a prática religiosa apresente comportamentos mais tolerantes, pois o resultado foi significativo (baixa significância $p = 0.0303$) e negativo. O resultado da estimativa, todavia, está mais próximo de 0 do que 1, representando uma relação fraca. Portanto, salientamos que esse resultado é insuficiente para sustentar uma hipótese de reação conservadora dos religiosos à mudança da legislação a favor dos direitos do grupo.

Uma pessoa altamente religiosa, mesmo em um contexto em que os homossexuais possuem direitos, ainda tende a apresentar uma redução de 0.05 pontos na média de tolerância. Trata-se de um resultado quase insignificante em relação aos valores apresentados pelas

interações entre as denominações religiosas e a variável TNaH, contrariando a literatura (BURDETTE et al., 2005; COX et al., 2015, EISENSTEIN, 2006 e 2015; DJUPE, 2015) que apresenta a frequência e o literalismo bíblico como preditoras tão fortes, quanto a denominação ou ainda mais relevante.

Nestes dois modelos, a variável desemprego deixa de ser significativa estatisticamente. Em relação as demais variáveis, percebemos a seguinte diferença: a religião católica apresentou resultado significativo e negativo. Todas as outras denominações e aspectos religiosos apresentaram resultado semelhante ao modelo anterior, assim como as variáveis de controle. Por fim, a interação entre intensidade religiosa e a variável TNaH não apresentou significância estatística.

A partir desses resultados conduzimos um exercício de valores preditos, considerando perfis hipotéticos de cidadãos que se distinguem em relação à denominação religiosa e o contexto político. Estabelecemos arbitrariamente oito perfis, como segue abaixo³⁹:

Quadro 2- Valores preditos um indivíduo do sexo masculino, em diferentes contextos políticos e sociais em relação a homossexualidade

PERFIL – ORDENADO POR AFILIAÇÃO RELIGIOSA	VALORES PREDITOS
Homem de 40 anos, ateu, que confia na democracia e nos outros cidadãos e que está em um contexto em que os homossexuais não possuem direito a união e adoção.	4,3
Esse mesmo homem, de 40 anos, ateu, que confia na democracia e nos outros cidadãos, mas está inserido em um contexto em que os homossexuais têm direitos.	6,5
Homem de 40 anos, católico, ativo religiosamente, que considera a religião importante, confia na democracia e nos outros cidadãos, mas está em um país que não possui nenhum direito para os homossexuais.	3,6
Esse mesmo homem de 40 anos, católico, ativo religiosamente, que considera a religião importante, confia na democracia e nos outros cidadãos e está em um país que permite que homossexuais se relacionem, se casem e adotem crianças.	5,7
Homem de 40 anos, evangélico, ativo religiosamente, que considera a religião importante, confia na democracia e nos outros cidadãos, mas está em um país que não possui nenhum direito para os homossexuais.	2,6
Esse mesmo homem de 40 anos, evangélico, ativo religiosamente, que considera a religião importante, confia na democracia e nos outros cidadãos, mas está em um país que permite que homossexuais se relacionem, se casem e adotem crianças.	4,7
Homem de outra religião, também com 40 anos, ativo religiosamente, que considera a religião importante, confia na democracia e nos outros cidadãos, mas está em um país que não possui nenhum direito para os homossexuais.	2,9
Esse mesmo homem de outra religião, também com 40 anos, ativo religiosamente, que considera a religião importante, confia na democracia e nos outros cidadãos, mas está em um país que permite que homossexuais se relacionem, se casem e adotem crianças.	5,1

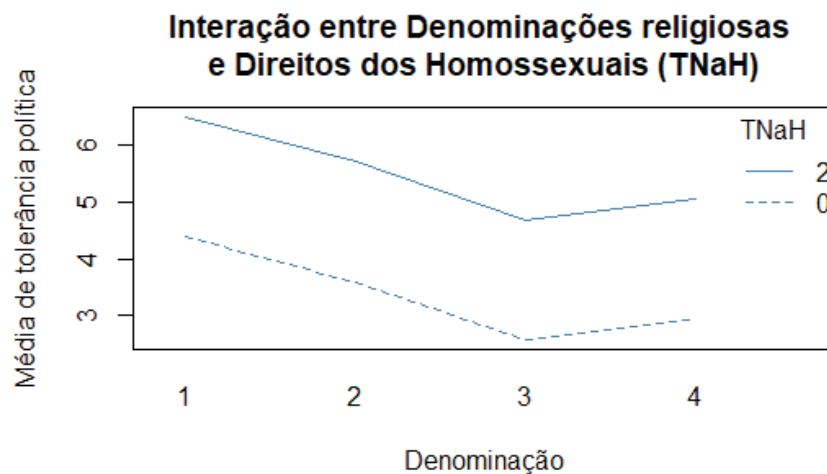
Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

³⁹ Valores preditos, respectivamente: 4.392273, 6.506973, 3.596960, 5.711660, 2.571991, 4.686691, 2.937430 5.052130. Lembramos que a escala de tolerância aos homossexuais varia de 1 a 10.

Os valores preditos demonstram que o contexto é forte influenciador de tolerância. Reafirmando a refutação de nossa hipótese central, constatamos que em contextos mais tolerantes todos os religiosos tendem a tolerar politicamente com mais intensidade. Isto é, conforme o país torna-se legalmente mais tolerante, os cidadãos também, inclusive os religiosos⁴⁰.

A relação entre o contexto político e o efeito da religião pode ser observada através do Gráfico 3, em que a reta tracejada representa o efeito da religião em um contexto sem direitos para os homossexuais e a reta sólida indica esse impacto no contexto em que os gays e lésbicas possuem direitos. Os pontos representam as denominações religiosas, nesta ordem: ateus, católicos, protestantes e outras denominações religiosas. É possível observar primeiramente que a posição das retas é muito distinta, com clara vantagem para o contexto mais democrático (ou mais libertário sexualmente) no que diz respeito à pontuação da medida de tolerância. Ao observar as inclinações das retas é difícil perceber se existe diferença de inclinações, contudo através do *summary* do modelo com inclinação entre a denominação e a variável de contexto, percebemos que existe uma inclinação ligeiramente maior na linha sólida.

Gráfico 3- Interação entre denominações religiosas, sendo 1-ateu, 2- católico, 3-evangélico e 4-outras denominações pela média de tolerância política aos homossexuais



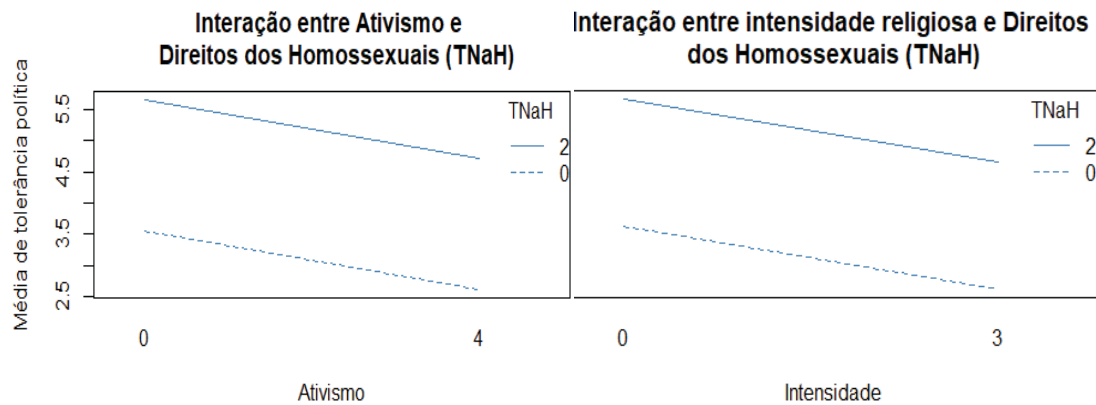
Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

O mesmo exercício realizado para visualizar a interação entre a tolerância aos homossexuais e as denominações religiosas, foi feito para o ativismo religiosos e intensidade

⁴⁰ Todavia, os resultados demonstram que entre as diferentes matrizes religiosas analisadas, existem variações, sendo que os que menos tendem a tolerar são os evangélicos e os que mais toleram são os católicos.

religiosa. Sendo que ambas as variáveis são formadas por escalas numéricas e discretas que vão de nada ativo/intenso a muito ativo/intenso religiosamente, conforme gráfico 4.

Gráfico 4- Interação entre ativismo religiosos e intensidade religiosas pela média de tolerância política aos homossexuais.



Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

Diferente do gráfico que apresenta os dados das denominações religiosas, a análise do ativismo e da intensidade apresenta uma reta em contínuo decréscimo. Representando uma relação inversamente proporcional, pois conforme aumenta o ativismo religioso (frequência na participação de missas e cultos) e a intensidade (importância conferida a instituição religiosa), menor é a tolerância aos homossexuais. Por outro lado, quem apresenta zero (0) na frequência e na intensidade, apresenta médias de tolerância maiores. Ademais, assim como na análise da denominação, percebemos diferença de cerca de 2 pontos na média de tolerância entre contextos mais liberalizantes aos direitos dos homossexuais, do que em contextos sem nenhum direito.

Os resultados sugerem que o grau do efeito da religião sobre a tolerância aos homossexuais depende de fatores contextuais associados ao grau de liberdades civis dos países e, portanto, do estágio de democratização deles, pois partimos do entendimento de que países mais democráticos possuem mais suporte aos direitos de diferentes grupos minoritários.

Então, se a interpretação dos efeitos isolados, da religião a nível individual e do contexto político, não favorece conclusão diferente daquela já descrita pela literatura vigente sobre o tema, conclui-se que religiosos tendem a ser mais conservadores. Ao observarmos os resultados obtidos através da interação entre a variável de nível individual e a nacional, a questão que se coloca é, de que maneira os efeitos encontrados podem ser interpretados? Isto é, por que o contexto modula a tolerância dos religiosos?

Tolerar exige um esforço intelectual custoso aos cidadãos em um sistema democrático, porque é mais fácil não tolerar aqueles com os quais não concordamos, do que esforçar-se cognitivamente para tolerar que os grupos minoritários participem e exerçam todos os seus direitos políticos, conforme já demonstrado pela literatura a intolerância tende a ser a norma, enquanto a tolerância a exceção (STOUFFER, 1955; JACKMAN, 1972). Portanto, países mais democráticos e com mais liberdade e direitos para as minorias, possuem indivíduos religiosos e não religiosos, que tendem a ser mais tolerantes, do que em contextos mais conservadores.

Os resultados que encontramos para a América Latina são semelhantes àqueles apresentados por Burdette et al. (2005) nos EUA. Na análise de nível 1, os autores demonstram que os evangélicos são mais intolerantes que as demais denominações religiosas e, ao criar um modelo para identificar um perfil de cidadão mais tolerante, identificaram as mulheres, jovens, liberais e com alta escolaridade como perfil mais representativo para tolerância.

Nossos resultados corroboram os achados de Eisenstein (2006) que, ao verificar que a frequência religiosa e o literalismo bíblico eram fortes preditores de atitudes intolerantes, concluiu que não há uma relação direta entre a religiosidade e intolerância, pois a intolerância aumenta ou diminui à medida que são inseridas determinadas variáveis. Portanto, a inserção de contextos mais liberalizantes sexualmente é um fator, conforme demonstram nossos modelos, que tende a tornar os religiosos mais tolerantes.

Todavia, ainda não fomos capazes de estabelecer a direção de causalidade entre essas variáveis, isto é, se o contexto mais libertário torna os indivíduos mais tolerantes ou o contrário, uma coletividade mais tolerante impulsiona as instituições a implementarem medidas legais de garantia de direitos (WELZEL, 2013). Por isso, e com a finalidade de responder as indagações que foram colocadas através da interpretação dos dados, na seção seguinte apresentamos modelos que inserem uma dimensão temporal na análise.

6.3 CULTURA POLÍTICA, GARANTIAS LEGAIS E TOLERÂNCIA

Ao refutar a hipótese inicial (H1), demonstrando que a regulamentação de direitos civis aos homossexuais não tem gerado contraofensiva religiosa, mas o contrário⁴¹, surgem duas candidatas à hipótese dois (H2): a) contextos mais libertários, com mais regulamentações em relação a minoria estudada, causam maior tolerância social, inclusive entre os grupos mais

⁴¹ Países com maior regulamentação possuem indivíduos mais tolerantes, mesmo os grupos mais conservadores mostram-se mais tolerantes.

conservadores? B) Ou é a sociedade que muda culturalmente e tensiona seus legisladores e operadores do direito em direção a mudanças favoráveis às minorias sexuais?

Para opor essas alternativas retrocedemos a “imagem” da cultura política dos países envolvidos na análise para o período mais distante possível, considerando o óbvio limite dos dados disponíveis. O objetivo foi identificar se medidas prévias da cultura política nacional, principalmente ligadas ao que Inglehart & Welzel⁴² batizaram de “valores emancipatórios”, seriam melhores candidatas à preditoras da tolerância política do que o reconhecimento legal dos direitos mais recente, mensurado pela TNaH.

O caminho analítico que percorremos corresponde à divisão das pesquisas em cultura política em três grandes grupos, conforme proposto por Inglehart e Welzel (2005). Portanto, partimos do conjunto de variáveis enfatizadas pela chamada "perspectiva da legalidade". Essa abordagem entende que todos os sistemas políticos, especialmente as democracias, exigem legitimidade entre as massas. A confiança nas instituições e o apoio às organizações democráticas serão variáveis fundamentais para explicar o processo de implantação e consolidação desses sistemas (MISHLER & ROSE, 2001; SELIGSON, 2002). Além disso, são focos de análise as variáveis relacionadas aos índices de confiança institucional e as medidas democráticas formais e efetivas.

Por meio da literatura, compreendemos que a própria variável dependente de nível um poderia ser transposta para o nível dois e utilizada como independente, como Inglehart & Welzel (2005), fizeram em *Modernization, Cultural Change, and Democracy*. Portanto, ao avaliarmos a média de tolerância aos homossexuais candidatarem-se a cargos públicos, identificamos que o primeiro ano cuja variável havia sido aplicada em todos os países da América Latina utilizados, foi 2008/2009. A partir da média de tolerância criamos a variável Medida de Tolerância de nível 2 (código: MedToler), cuja escala varia de 1 a 10, sendo 1 mais intolerante e 10 mais tolerante, e a inserimos no banco de nível dois.

⁴² Inglehart e Welzel (2005) identificam, pelo menos, três abordagens distintas para a análise da cultura política, primeiro, tem-se uma corrente que enfatiza o tema da legitimidade ou do suporte à democracia (MISHLER & ROSE, 2001; SELIGSON, 2002). A confiança nas instituições é tomada como uma variável fundamental para o funcionamento efetivo desta forma de governo. A segunda abordagem, pode ser compreendida como comunitarista. Nesta abordagem valores, crenças e atitudes que fortalecem os compromissos sociais e a lealdade dos cidadãos com a sua comunidade teriam mais poder explicativo sobre a democracia do que a confiança institucional (PUTNAM, 1996; 2000). Portanto, a participação voluntária em associações e a confiança interpessoal seriam as variáveis mais relevantes para explicar a dinâmica institucional democrática. Por fim, a abordagem do desenvolvimento humano, que enfatiza os valores de autoexpressão como aqueles que realmente conduziram ao estabelecimento e ao fortalecimento de democracias (INGLEHART, 2001; INGLEHART & WELZEL, 2005). A disseminação de valores que conduzem à aspiração por mais liberdade, à luta pelo estabelecimento ou aprofundamento dos direitos civis e políticos teria uma grande capacidade explicativa sobre o processo de democratização, de acordo com os partidários desta corrente.

Além dessa variável, adaptamos o Índice de Valores Emancipatórios (IVE)⁴³, medida elaborada por Welzel (2013). De acordo com o autor, o desenvolvimento dos países tende a levar ao aumento da liberdade individual. À medida que as pessoas são livres para agir conforme as suas escolhas e motivadas para tal, buscariam transformar estas liberdades em garantias legais, levando ao aprofundamento da democracia. Esse processo poderia ser mensurado pelo índice de valores emancipatórios (IVE), que funcionaria como um instrumento de para entender a relação entre desenvolvimento, mudança valorativa e democratização. Está medida é referente ao ano de 2012 e varia de 1 a 10, conforme descrito no capítulo metodológico.

As duas medidas criadas (MedToler e IVE) foram analisadas em diferentes modelos, entretanto são apresentadas na mesma tabela 11, pois a pretensão era observar separadamente a interferência dessas variáveis nos modelos que testam os efeitos da mudança legislativa, em relação a variável TNaH, e depois compará-los. A primeira informação pertinente sobre os modelos, é de que apenas a medida de tolerância apresenta significância estatística, portanto, na sequência discutiremos mais pormenorizadamente os resultados do modelo que contém a variável MedToler. Além da inserção das variáveis citadas, utilizamos o desemprego como proxy da situação econômica dos países.

Tabela 11- Análise das medidas prévias de cultura política, MedToler e IVE

<i>Predictors</i>	TolerHomo	
	MODELO1	MODELO2
(Intercept)	1.30	2.00
Católica	-1.03 ***	-1.03 ***
Protestante	-0.66 ***	-0.66 ***
Outras	-0.19 *	-0.20 *
AtRelig	-0.21 ***	-0.21 ***
IntRelig	-0.28 ***	-0.28 ***
Dem	0.20 ***	0.20 ***
ConflInt	0.24 ***	0.24 ***
Ed sup	0.97 ***	0.97 ***
Idade	-0.02 ***	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***	0.52 ***
TNaH	0.12	0.67
MedToler(2008/09)	0.76 **	
Desemprego	-0.01	-0.04
IVE2012		0.52
Random Effects		
σ^2	8.82	8.82
τ_{00} país	0.46	0.77
ICC	0.05	0.08
N país	18	18
Observations	21531	21531
Marginal R ² / Conditional R ²	0.203 / 0.241	0.172 / 0.233

Fonte: Autora, 2022

⁴³ Foi necessário utilizar uma medida adaptada, pois a medida original que existe em bancos como WVS não contempla todos os países que abordamos na tese.

Os resultados desse modelo mostram que com a inserção da medida prévia de tolerância agregada (MedToler), o efeito da variável que mensura a mudança na legislação (TNaH) desaparece, ou seja, o que parecia ser efeito da mudança legislativa, após a inclusão desse controle perde significância estatística.

Para tornar esse resultado ainda mais evidente, realizamos um teste de regressão simples, tendo como variável dependente a TNaH, e como independente a Medida de Tolerância, bem como, uma tabela descritiva, para mostrar a interação entre as duas medidas (mudança de legislação e medida de tolerância prévia).

Conforme mostramos no item 5.2.2 (nível contextual), a variável Tolerância Nacional aos Homossexuais (TNaH) é composta por apenas 3 categorias, sendo 0 os países que não possuem nenhum direito em relação aos homossexuais, 1 aqueles onde os homossexuais possuem direito ao casamento e 2 os países onde os homossexuais podem se casar e adotar crianças⁴⁴. Como demonstramos no item supramencionado, existe pouca variação entre os 18 países que analisamos, pois a maioria possui pontuação 0, três possuem pontuação 2 e apenas um país possui 1 ponto. Dito isso, nos interessa estudar as tabelas 12 e 13 olhando para os quatro países com pontuações diferentes de 0, para então verificar se neles a média de tolerância é maior do que nos países com pontuação 0.

⁴⁴ Realizamos um esforço para tentar aumentar essa escala inserindo mais variáveis sobre o direito dos homossexuais, todavia esse exercício não gerou resultado, pois a variável inserida (descriminalização da homossexualidade) não variava entre os países, portanto gerava um aumento da escala, mas o resultado permanecia idêntico. Testes extras podem se encontrados [AQUI](#)

Tabela 12- Análise da medida de tolerância em relação a variável dependente Tolerância Nacional aos Homossexuais

MedToler (2008/09)	TNaH	
	<i>Predictors</i>	<i>Estimates</i>
	(Intercept)	-0.00 ***
3.27	República Dominicana	0.00 ***
3.51	El Salvador	-0.00 ***
3.53	Guatemala	0.00 ***
3.57	Paraguai	0.00 ***
4.15	Honduras	-0.00 ***
4.25	Bolívia e Peru	0.00 ***
4.32	Equador	0.00 ***
4.44	Venezuela	0.00 ***
4.45	Nicarágua	0.00 ***
4.74	Panamá	0.00 ***
5.09	Costa Rica	0.00 ***
5.17	México	1.00 ***
5.49	Chile	0.00 ***
5.77	Brasil	2.00 ***
6.94	Uruguai	2.00 ***
7.29	Argentina	2.00 ***
	Observations	28645
R ² / R ² adjusted	2 / R2 adjusted	1.000 / 1.000
* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$		
Fonte: Autora, 2022		

Tabela 13- Análise descritiva da Tolerância Nacional aos homossexuais e da Medida de Tolerância prévia

	TNaH	MedToler (2008/09)
Haiti	0	2.27
República Dominicana	0	3.27
El Salvador	0	3.51
Guatemala	0	3.53
Paraguai	0	3.57
Honduras	0	4.15
Bolívia e Peru	0	4.25
Equador	0	4.32
Venezuela	0	4.44
Nicarágua	0	4.45
Panamá	0	4.74
Costa Rica	0	5.09
México	1	5.17
Chile	0	5.49
Brasil	2	5.77
Uruguai	2	6.94
Argentina	2	7.29

Fonte: Autora, 2022

Ao observar a tabela descritiva, percebe-se que são os países que possuíam as maiores médias de tolerância aos homossexuais em 2008/2009 que hoje possuem as legislações mais tolerantes em relação a essa minoria, com exceção do Chile que permanece com uma legislação sem direitos ao grupo. A mesma situação foi demonstrada através do teste de regressão, cuja elevação das médias de tolerância tende a causar uma elevação de 2 pontos na variável TNaH, ou seja, justamente as pontuações desses países.

Além disso, para avaliar o efeito da medida de tolerância, organizamos três novos modelos, inserindo a variável MedToler. Sendo que cada um deles possui interações entre a variável TNaH e uma das condicionantes religiosas, no primeiro a interação ocorre com as denominações religiosas, o segundo com o ativismo e o terceiro com a intensidade.

Tabela 14- Análise da inserção da medida prévia de cultura política nos modelos originais

TolerHomo			
Predictors	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3
(Intercept)	1.33	0.79	4.67 ***
Católica	-0.99 ***	-1.02 ***	-1.02 ***
Protestante	-0.72 ***	-0.67 ***	-0.66 ***
Outras	-0.24 **	-0.19 *	-0.20 *
AtRelig	-0.21 ***	-0.19 ***	-0.21 ***
IntRelig	-0.28 ***	-0.28 ***	-0.25 ***
Dem	0.20 ***	0.20 ***	0.20 ***
ConfInt	0.24 ***	0.24 ***	0.24 ***
Ed sup	0.97 ***	0.97 ***	0.97 ***
Idade	-0.02 ***	-0.02 ***	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***	0.52 ***	0.52 ***
Desemprego	-0.01	-0.01	-0.04 *
MedToler	0.75 **	0.90 ***	1.22 ***
Ateu * TNaH	0.12		
Católica * TNaH	0.02		
Protestantes * TNaH	0.54		
Outras * TNaH	0.25		
AtRelig * TNaH		-0.05 *	
IntRelig * TNaH			-0.07 *
*Random Effects			
σ^2	8.81	8.82	8.82
τ_{00} pais	0.46	0.44	0.70
ICC	0.05	0.05	0.07
N pais	18	18	18
Observations	21531	21531	21531
Marginal R2 / Conditional R2	0.203 / 0.242	0.205 / 0.243	0.171 / 0.232
* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001			
Fonte: Autora, 2022			

A TNaH mostrou ser uma fraca preditora, pois deixou de ser significativa com a inserção das medidas prévias de cultura política. Corroborando, mais uma vez, a refutação da nossa hipótese inicial, de que uma medida prévia de cultura política é mais eficiente para auxiliar na explicação da tolerância aos homossexuais, do que uma nova medida sobre a mudança legislativa entre os países (TNaH).

Na sequência apresentamos as análises de interação entre níveis (*cross-level*) entre a medida prévia de cultura (MedToler) e as principais variáveis independentes, relacionadas a religiosidade.

Tabela 15- Análise da medida prévia de cultura política em relação aos diferentes aspectos da religiosidade

Predictors	TolerHomo MODELO1	TolerHomo MODELO2	TolerHomo MODELO3
(Intercept)	0.87	0.64	0.10
Católica	-0.29	-1.02 ***	-1.02 ***
Protestante	-0.74 *	-0.67 ***	-0.67 ***
Outras	-0.48	-0.20 *	-0.20 **
AtRelig	-0.21 ***	0.02	-0.21 ***
IntRelig	-0.27 ***	-0.27 ***	0.09
Dem	0.20 ***	0.20 ***	0.20 ***
Conflnt	0.24 ***	0.24 ***	0.24 ***
Ed sup	0.97 ***	0.97 ***	0.97 ***
Idade	-0.02 ***	-0.02 ***	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***	0.52 ***	0.52 ***
Desemprego	-0.01	-0.01	-0.01
MedToler	0.86 ***	0.91 ***	1.02 ***
Católica * MedToler	-0.16 ***		
Protestantes * MedToler	0.02		
Outras * MedToler	0.06		
AtRelig * MedToler		-0.05 *	
IntRelig * MedToler			-0.08 ***
Random Effects			
σ^2	8.81	8.81	8.81
τ_{00} país	0.42	0.44	0.43
ICC	0.05	0.05	0.05
N país	18	18	18
Observations	21531	21531	21531
Marginal R2 / Conditional R2	0.206 / 0.242	0.201 / 0.240	0.205 / 0.242

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Fonte: Autora, 2022

As análises das interações entre a medida prévia de tolerância relacionada com as condicionantes religiosas demonstram que conforme aumenta a medida prévia de tolerância, reduz o efeito do ativismo e da intensidade sobre a tolerância. Ou seja, se o efeito que era originalmente negativo, se torna um pouco menos negativo com a interação. Portanto, medidas prévias de tolerância teriam um efeito “positivo”, já que reduzem o efeito negativo da religiosidade sobre a tolerância individual.

Nessa seção, ao incorporarmos na análise a dimensão temporal através da adição de medidas prévias de valores, verificamos que as mudanças liberalizantes são derivadas de um processo anterior de alterações nos valores das populações dos países, ou seja, são manifestações legais do reconhecimento de liberdades individuais (WELZEL, 2013). Contudo,

mesmo nesses contextos que instituíram garantias legais para o exercício dessas liberdades, o efeito negativo da religiosidade mostrou pouca redução.

A pesquisa de Inglehart e Welzel (2005) em 81 países demonstra que valores e crenças básicos das sociedades mais avançadas são drasticamente diferentes das verificadas em sociedade menos desenvolvidas. Ao discutir a tese de que em países desenvolvidos a população passa de valores tradicionais e de sobrevivência para seculares, racionais e de autoexpressão, o autor chegou a três conclusões que são pilares importantes para compreender nossos resultados, quais sejam:

- "(1) socioeconomic development brings increasingly favorable existential conditions;
- (2) this gives rise to mass self-expression values, which place a high priority on human freedom and choice;
- (3) these values mobilize social forces that seek the adoption of democracy, if it is not yet in place, and favor the survival and deepening of democracy, if it is already in place." (p.172)

Então, observando especialmente o terceiro ponto citado, os valores mobilizam as forças sociais que buscam a adoção ou aprimoramento da democracia, ou seja, justamente tensionando as instâncias superiores a mudar, conforme demonstrado pelos resultados e interpretações. Após chegar à conclusão que satisfaz os anseios dessa pesquisa, na seção seguinte apresentaremos as principais conclusões.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa seção será apresentada uma breve discussão sobre a revisão teórica realizada acerca da tolerância política, homossexualidade e religiosidade, seguido pela metodologia e métodos adotados na resolução do problema de pesquisa, por fim os resultados demonstrando a refutação da H_1 e a confirmação da hipótese dois (H_2).

Os estudos precursores sobre intolerância foram realizados por Stouffer em 1950. Na sequência autores como Sullivan (1982) mostraram a existência de lacunas nesta pesquisa inicial, a exemplo da inexistência de explicação para atitudes intolerantes dos religiosos para com os homossexuais. Deste modo, nota-se que as pesquisas mais recentes trouxeram outras minorias, quantitativas ou numéricas, que atualmente são alvos de intolerância, como objeto de suas investigações empíricas. Burdette et al. (2005), por exemplo, demonstrou que educação, assim como participar de religiões que seguem a bíblia de maneira literal podem ser fortes preditores para explicar a intolerância aos homossexuais, pois religiões literalistas tendem a propagar ideias contrárias a práticas não heterossexuais.

Em 2010 pesquisadores americanos já tentavam relacionar a intolerância advinda de religiosos ao contexto político dos EUA (Kozloski, 2010). A partir de 2019 pesquisas com análises estatísticas considerando os dois níveis, individual e nacional, passaram a ser desenvolvidas na América Latina, a partir dos estudos de Seligson, Morales e Russo, porém ao invés de religião, os autores utilizam como principal preditor os níveis educacionais e a nível de contexto, o desenvolvimento dos países.

O que nos propomos a fazer foi testar a hipótese (H_1) de que a religião pode ser forte preditora de intolerância política aos homossexuais, especialmente dentre os religiosos na América Latina, mesmo em contextos liberalizantes sexualmente. Para cumprir os objetivos da tese a metodologia de pesquisa mais adequada foi a quantitativa, através de testes de regressões multiníveis, afinal era salutar importância considerar não apenas a opinião pública nos modelos, assim como os contextos nacionais. Para confirmar essa suposição, inicialmente identificamos que o Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC) apresenta 17,9% de variabilidade de tolerância que deve ser atribuído a fatores contextuais, isto é, confirmamos a relevância dos estudos de níveis cruzados.

Na sequência, testamos apenas as variáveis de nível individual, relacionadas a religião e as variáveis demográficas e, identificamos que o perfil mais tolerante para um cidadão latino-americano seria do sexo feminino, com alta escolaridade, jovem, atea e que, portanto, não

consome os serviços religiosos. Posteriormente, realizamos o mesmo teste inserindo as variáveis de nível dois, quais sejam: Tolerância aos Homossexuais (TNaH) e Desemprego. Ambas apresentaram resultado estatisticamente significativo, sendo que quanto maior é o TNaH, isto é, quanto mais libertário é o contexto político aos direitos dos homossexuais, maior é a tolerância. Esse resultado refutou nossa hipótese inicial, pois demonstra que o contexto aumenta a tolerância individual.

Para entender melhor os resultados encontrados na regressão, decidimos utilizar um teste *cross-level*, para analisar ao mesmo tempo a relação do nível um e dois. Ao gerar a tabela com as interações, confirmamos que nossa hipótese deveria ser refutada, porque sempre em contextos com maior liberdade sexual os religiosos serão mais tolerantes, até mesmo os evangélicos que apresentaram os maiores índices de intolerância aos homossexuais. Apesar da hipótese inicial ter sido refutada, os resultados encontrados pareciam ser bastante positivos, pois identificamos uma relação direta entre contextos com direitos mais libertários e a tolerância dos religiosos.

Buscando explicar esses resultados, partimos para o estudo de uma hipótese secundária (H₂) que ao invés de utilizar a legislação, pautava-se na cultura política. Por isso incorporamos na análise a dimensão temporal através da adição de medidas prévias de valores, com o objetivo de verificar se as mudanças liberalizantes teriam sido derivadas de um processo anterior de alterações na cultura, ou seja, seriam manifestações legais do reconhecimento das liberdades individuais (WELZEL, 2013). Criamos duas medidas prévias de análise de cultura política, uma que foi nomeada como TolerHomo, pois trata-se de própria variável independente de tolerância aos homossexuais candidatarem-se a cargos públicos, transposta para o nível dois, referente ao ano de 2008/2009 e o Índice de Valores Emancipatórios (IVE) referente a 2012.

Após a realização dos testes descritos, confirmamos a hipótese contrária, ou seja, a cultura política se altera e na sequência tem-se a mudança na legislação e, não o contrário. Sendo assim, a pesquisa que foi iniciada com uma hipótese que poderia ser classificada como “institucionalista”, já que derivava a reação valorativa das mudanças legais, termina por concluir que é o processo longo e gradual de mudanças culturais que apresenta maior relevância na explicação da tolerância a esse grupo específico. A hipótese “culturalista”, portanto, demonstrou ser forte candidata a explicar tanto os níveis de tolerância política aos homossexuais na região analisada, quanto o estabelecimento de garantias legais dos direitos dessa minoria e o efeito dessas garantias sobre o impacto negativo da religião.

REFERÊNCIAS

- ADAMCZYK, A.; BOYD, K. A.; HAYES, B. E. Place matters: Contextualizing the roles of religion and race for understanding Americans' attitudes about homosexuality. **Social Science Research**, v. 57, p. 1–16, maio 2016.
- Agência de notícia EFE, Porto Príncipe- **Haiti. Parlamento do Haiti debate lei para proibir e criminalizar casamento gay**, julho de 2017. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/parlamento-do-haiti-debate-lei-para-proibir-e-criminalizar-casamento-gay/50000246-3330691> Último acesso em: 20 de abril de 2021
- Agência de notícia EFE, Parlamento de Honduras proíbe adoção para casais homossexuais. **Revista Exame**. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/parlamento-de-honduras-proibe-adocao-para-casais-homossexuais/> Último acesso: 20 de abril de 2021
- ALMOND, G. & VERBA, S. 1989. **The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. New York : Sage
- AMAYA, José Fernando Serrano. **El olvido recobrado: Sexualidade y políticas radicales en el Movimiento de Liberación Homosexual en Colombia**. CS No. 10, 2012, p. 19-54.
- AQUINO, J. A. **The effect of exposure to democratic institutions on tolerance: Brazil compared with other Latin American countries**. Conference: Citizens and the State: Public Opinion, Democracy, and Development in Brazil, 2017.
- Arévalo, Amaral Palevi Gómez ¿El armario está abierto?: estudios sobre diversidad sexual en El Salvador. **Educ. Real**. v.42 n.4. Porto Alegre 2017, p.1-14 <https://doi.org/10.1590/2175-623662013>
- ARRIETA, Estaban. **Casamento igual com caminho claro. LaRepublica.net. 2019**. Disponível em: <https://www.larepublica.net/noticia/matrimonio-igualitario-con-via-despejada> Último acesso em: 18 de fev de 2020
- A Promoção dos direitos LGBTI no estrangeiro: uma visão geral das experiências da UE e dos EUA ". **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 8, N.º 2, Novembro 2017-Abril 2018. Consultado [online] em data da última consulta, <http://hdl.handle.net/11144/3232>
- AROCENA, Felipe; AGUIAR, Sebastián. Tres leyes innovadoras en Uruguay Aborto, matrimonio homosexual y regulación de la marihuana. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, vol. 30, n. 40, 2017, pp. 43-62.
- Asamblea Nacional. Proyecto de Ley No. 641, Código Penal, aprobado el 13 de noviembre 2007. Disponível em:< http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3_nic_codigo_penal.pdf>. Último acesso em: 20 de abril de 2021
- BAQUERO, M. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BARRERA, Sánchez; LUCÍA, Esther. El movimiento LGBT (I) en Colombia: la voz de la diversidad de género. Logros, retos y desafíos. **Reflexión Política**, vol. 19, núm. 38, enero-junio, 2017, p. 116-131

BARRIENTOS, Jaime. Homofobia en Chile: Una revisión del estado del arte. **LIMINALES. Escritos sobre psicología y sociedad/ Universidad Central de Chile**. Vol. 1, n. 9, 2016, p. 129-151.

BARRY D. Adam Ph.D (1993) In Nicaragua:, **Journal of Homosexuality**, 24:3-4, 171-181, DOI: 10.1300/J082v24n03_13

BERNABÉ, Alex. El Derecho de acceso a la justicia de población GLBTI: Módulo Informativo para operadores de Judiciales y periodistas. **Fundación CONSTRUIR: La Paz**. ed. 1, 2015. Disponível em: <www.fundacionconstruir.org>. Último acesso em: 14 de fev de 2019.

BETETA, Ricardo. **Panama: support civil union proposal now under attack by the catholic church. 2004. OutRigh Action International: Human Rights for LGBTIQ people Everywhere**. Disponível em:<https://outrightinternational.org/content/panama-support-civil-union-proposal-now-under-attack-catholic-church>. Último acesso em: 20 de abril de 2021

BLOOM, Pazit Ben-Nun; COURTEMANCHE, Marie. Religion, Morality, and Tolerance. in: DJUPE, P. A. (ED.). Religion and political tolerance in America: advances in the state of the art. **Philadelphia: Temple University Press**, 2015, p. 100-116

BOLAÑOS, José Daniel Jiménez. La criminalización de la diversidad sexual y el inicio del activismo gay en Costa Rica, 1985-1989. **Rev. Rupturas**, 6(1), Costa Rica, 2016. ISSN 2215-2466, p. 61-90.

BRINKERHOFF, M. B.; MACKIE, M. M. Religious Denominations' Impact upon Gender Attitudes: Some Methodological Implications. **Review of Religious Research**, v. 25, n. 4, p. 365, jun. 1984.

BROOKS, C. Religious Influence and the Politics of Family Decline Concern: Trends, Sources, and U.S. Political Behavior. **American Sociological Review**, v. 67, n. 2, p. 191, abr. 2002.

BRUSTELO, T. N. C. **“Participação religiosa e relacionamentos afetivo-sexuais de adolescentes evangélicos pentecostais”**. Mestrado em Psicologia—Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 11 dez. 2003.

BURDETTE, A. M.; ELLISON, C. G.; HILL, T. D. Conservative Protestantism and Tolerance toward Homosexuals: An Examination of Potential Mechanisms*. **Sociological Inquiry**, v. 75, n. 2, p. 177–196, maio 2005.

CAMPBELL, D. Social attitudes and other acquired behavioral dispositions. In: S. Koch (ed), **Psychology a study of science**, 6. New York: McGraw-Hill, 1963. p.94-172.

CARMONA, CARLOS MARTÍNEZ. El Movimiento de Liberación Homosexual en México. Parte I: Antecedentes y surgimiento. **Ressonancias, blog del instituto de investigaciones sociales de la UNAM**. 2019. Disponível em: <https://www.iis.unam.mx/blog/el-movimiento-de-liberacion-homosexual-en-mexico-parte-i-antecedentes-y-surgimiento/>>. Último acesso em: 20 de abril de 2021

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR 2008. Decreto Legislativo. Registro Oficial 449. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Último acesso em: 11 de fevereiro de 2020. Último acesso em: 20 de abril de 2021

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE PANAMÁ, 2004. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Panama/vigente.pdf>. Último acesso em: 20 de abril de 2021

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE PARAGUAY, 1992. Disponível em: [https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihlnat.nsf/162d151af444ded44125673e00508141/70fa4404138f6d39c12570530030067c/\\$FILE/Constitucion.Paraguay.ESP.pdf](https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihlnat.nsf/162d151af444ded44125673e00508141/70fa4404138f6d39c12570530030067c/$FILE/Constitucion.Paraguay.ESP.pdf). Último acesso em: 20 de abril de 2021

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA URUGUAY. CONSTITUCION 1934 PLEBISCITADA EL 19 DE ABRIL DE 1934. Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion>. Último acesso em: 20 de abril de 2021

CRUZ, Marylía; GUIBERT, Yamilé. Actitudes hacia la homosexualidad en el Perú. **Cuadernos de investigación**. n. 11, 2015. p.1-23.ISSN 2310-1091

CSAPO, M. Distrust, Crime, Insecurity and Attitudes toward, Democracy: Brazil in Comparative Perspective, **Center for the Study of Democratic Institutions**, 2017.

CUEVAS, Lara Eliana. **Corpos abjetos e amores malditos: homossexualidade, anonimato e violência institucional na ditadura stronista em assunção, 1959**. 2015, 172f. (Dissertação) mestrado em história. Universidade Federal do Paraná,

COX, Daniel; JONES, Robert P.; NAVARRO-RIVERA, Juhem. Nonreligious Tolerance American Attitudes toward Atheists, America's Most Unpopular Religious Group in: DJUPE, P. A. (ED.). **Religion and political tolerance in America: advances in the state of the art**. Philadelphia: Temple University Press, 2015, p. 133-150

DAHL, Robert. Poliarquia – participação e oposição. São Paulo: EDUSP,1998. ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State, **Lua Nova**, São Paulo n. 24, p. 1-13, 1991.

DAVIS, James A., Communism, Conformity, Cohorts, and Categories: American Tolerance in 1954 and 1972-73. **American Journal of Sociology**, Vol. 81, No. 3 (Nov., 1975), pp. 491-513

D'ANTONIO, W. V.; STACK, S. Religion, Ideal Family Size, and Abortion: Extending Renzi's Hypothesis. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 19, n. 4, p. 397, dez. 1980.

DJUPE, P. A. (ED.). **Religion and political tolerance in America: advances in the state of the art**. Philadelphia: Temple University Press, 2015.

EISENSTEIN, M. A. Rethinking the Relationship between Religion and Political Tolerance in the US. **Political Behavior**, v. 28, n. 4, p. 327–348, 15 nov. 2006.

_____. Predispositions, Standing Decisions, Political Tolerance, and the Role of Religion: An Exploratory Model. in: DJUPE, P. A. (ED.). **Religion and political tolerance in America: advances in the state of the art**. Philadelphia: Temple University Press, 2015, p. 165-182

EISENSTEIN, M. A.; CLARK, A. K.; JELEN, T. G. Political Tolerance and Religion: An Age-Period-Cohort Analysis, 1984–2014. **Review of Religious Research**, v. 59, n. 3, p. 395–418, set. 2017.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003, p.81-122

FAZIO, Andréa Helena Puydinger. **Viva Zapata!**, de Elia Kazan: um olhar norte-americano sobre a América Latina durante o período macartista (1950-1954). Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008.

FOURNIER, Licda Marisol e AYALA, Andrea. Situación de población adulta mayor LGBT en Costa Rica, El Salvador y Panama. **CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y PROMOCIÓN PARA AMÉRICA CENTRAL DE DERECHOS HUMANOS - CIPAC**, 2015

Gallup Organization. (2015). Gay and lesbian rights. Retrieved from <http://www.gallup.com/poll/1651/Gay-Lesbian-Rights.aspx>

GARRIDO G., Juan Carlos. Diversidades en la transición: Homofobia y el movimiento LGBT en Chile, 1990-2000. Historias que vienen: **Revista de Estudiantes de Historia**, 6, 2015, p. 1-14.

GERRING, J. What Is a Case Study and What Is It Good for? **The American Political Science Review**, v. 98, n. 2, p. 341–354, 2004.

GIBSON, James L.; DUCH, RYMOND, M. Duch; TEDIN, Kent L. Democratic Values and the Transformation of the Soviet Union. **The Journal of Politics**, V.54, n. 2, 1992, 329-371.

GIBSON, J.; GOUWS, A. **Overcoming intolerance in South Africa**. New Your: Cambridge University Press, 2003, 262p.

GIBSON, J. L. Enigmas of Intolerance: Fifty Years after Stouffer's Communism, Conformity, and Civil Liberties. **Perspectives on Politics**. Vol. 4, N.1, 2006

GIBSON, J. L. Intolerance and Political Repression in the United States: A Half Century after McCarthyism. **American Journal of Political Science**, Vol. 52, No. 1, 2008, p. 96–108

GIBSON, J. L. Political intolerance in the context of democratic theory. In Rober E. Goodin (eds), **The Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 80–101, 2008.

GIBSON, J. L.; TEDIN, K. L. **The Etiology of Intolerance.pdf** Paper delivered at the 1986 annual meeting of the Midwest Political Science Association. 1986.

GRANT, T.; DJUPE, P. Religious institutions and political participation in America. **Journal of Scientific Study of Religion**, v. 40, n. 2, p. 302–314, 2001.

CORNEJO, Giancarlo. Las políticas reparativas del movimiento LGBT peruano: narrativas de afectos queer. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(1): 257-275, janeiro-abril/2014

GUILLÉN, María Candelaria Domínguez. Breves consideraciones jurídicas sobre las uniones homosexuales en el marco de la constitución venezolana. **Cuestiones Jurídicas**, Vol. VII, Nº 1 Enero - Junio 2013 (11 - 40)

HAYES, B. C. The Impact of Religious Identification on Political Attitudes: An International Comparison. **Sociology of Religion**, v. 56, n. 2, p. 177, 1995.

HERSON, L.; HOFSTETTER, C. Tolerance, consensus and the democratic creed: a contextual exploration. **Journal of Politics**, 37, pp. 1007-1032.

HOX, J. J. **Multilevel analysis: techniques and applications**. 2a ed. New York: Routledge, 2010.

ILGA World - Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexosl. Disponível em: <https://ilga.org/>. Último acesso em: 02 de set de 2020
World Atlas - Statistics by contry- Actualitex. Disponível em: <https://pt.actualitix.com/>. Último acesso em: 02 de set de 2020

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change and Demo-cracy: The human Development sequence**. new York: Cambridge UniversityPress, 2005. p. 333

INSAUSTI, Santiago Joaquin. “Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda em Argentina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e554280, 2019.

JACKMAN, R. W. Political Elites, Mass Publics, and Support for Democratic Principles. **The Journal of Politics**, Vol. 34, N.3, 1972, p. 753-773.

JORDAN, J. Religious Belief, Religious Denomination, and Preferences for Redistribution: A Comparison across 13 Countries. **West European Politics**, v. 37, n. 1, p. 19–41, 2 jan. 2014.

KERKHOFF, D.; NUSSBECK, F. W. The Influence of Sample Size on Parameter Estimates in Three-Level Random-Effects Models. **Frontiers in Psychology**, v. 10, p. 1067, 21 maio 2019.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: SCIENTIFIC INFERENCE IN QUALITATIVE RESEARCH**. Princeton University Press. Princeton, New Jersey, 1994.

KINSEY, A. C., POMEROY, W. B., MARTIN, C. E. **Sexual Behavior in the Human Male**, W. B. Saunders, Philadelphia, PA, 1948

KITE, Mary E.; IESS, Kinsey Blue Bryant. Historical and Contemporary Attitudes Toward Homosexuality. **Teaching of Psychology**, Vol. 43(2), 2016, 164-170.

KRIESI; Hanspeter e PAPPAS; Takis S. European populism in the shadow of the great recession, Colchester, ECPR Press, 2015

KOZLOSKI, M. J. Homosexual Moral Acceptance and Social Tolerance: Are the Effects of Education Changing? **Journal of Homosexuality**, v. 57, n. 10, p. 1370–1383, 29 out. 2010.

LAIPOP AJPACAJÁ, Edith Maricela. **Comparación de la comunicación familiar, creencias y significados entre las personas homosexuales que declaran su orientación sexual a la familia y las que no lo hacen : estudio realizado en la Ciudad de Guatemala en el año 2016**. 2018. 156f. Tese, (Ciencias Psicológicas). Universidad de San Carlos de Guatemala.

LAWRENCE, DAVID G., **Procedural Norms and Tolerance: A Reassessment**. The American Political Science Review, V.70, 1976, p. 80-100.

LEEGE, D. C.; KELLSTEDT, L. A.; WALD, K. D. RELIGION AND POLITICS: A Report on Measures of Religiosity in the 1989 NES Pilot Study. p. 88, 1996.

LOZADA, Yiseth Vacca; MARTÍNEZ, Shirley Elenis Isaza; SIERRA, Paula Daniela Garavito. **Legalización de adopción de NNA por parte de parejas homosexuales en Colombia visto desde la gerencia social**. 2018. 119f. Monografía. (Especialização em Gestão Social). Bogotá D.C.

MACHADO, M. DAS D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25–54, abr. 2012.

MAAS, C. J. M.; HOX, J. J. **Sufficient Sample Sizes for Multilevel Modeling**. v. 1, p. 7, 2005.

MARCUS, G.E.; SULLIVAN, J.L.; THEISS-MORSE, E. WOOD, S.L., **With Malice Toward Some**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MISHLER, W. & ROSE, R. 2001. Political Support for Incomplete Democracies : Realist vs. Idealist Theories and Measures. **International Political Science Review**, Washington, D. C., v. 22, n. 4, p. 303-320, Dec.

MCCLOSKEY, Herbert. Consensus and Ideology in American Politics. **The American Political Science Review**, Vol. 58, No. 2, 1964, p. 361-382

MCGEE, R. W. Does Religion Influence Views Toward Homosexuality: An Empirical Study of 16 Countries. **SSRN Electronic Journal**, 2016.

MCMURRY, M. Religion and Women's Sex Role Traditionalism. **Sociological Focus**, v. 11, n. 2, p. 81-95, 1978.

MONDAK, JEFFERY J.; HURWITZ, JON. Democratic Principles, Discrimination and Political Intolerance. **Cambridge University Press**, V.32, 2002, 93-118.

MONTES, Santiago. **Chile realiza as primeiras uniões civis de casais homossexuais Acordo de União Civil regula a convivência de pessoas que não estão casadas**. El País, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/internacional/1445535590_295707.html. Último acesso em: 20 de abril de 2021

MORA, Luz Paulina Torres. **Formulación de una propuesta para fortalecer el trabajo de incidencia política de la organización colectiva por el Derecho a Decidir - CPDD, dirigido a las mujeres lesbianas**. 2012. 207f. Monografia (licenciatura em sociologia) Universidad de Costa Rica. Faculdade de Ciências Sociais.

NAVARRO, M. C. et al. Tolerance of Homosexuality in South American Countries: A Multilevel Analysis of Related Individual and Sociocultural Factors. **International Journal of Sexual Health**, v. 31, n. 3, p. 257-268, 3 jul. 2019.

Norris, Pippa, e Ronald Inglehart. 2019. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. 1º ed. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108595841>.

NUNN, C.; CROCKETT, H.; WILLIAMS, J. **Tolerance and Nonconformity**. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

OROZCO, Wendy M. Jarquín. La legalización del matrimonio homosexual en Nicaragua. Una interpretación constitucional a partir del principio de igualdad y no discriminación por razón de la orientación sexual. **Revista Jurídica IUS Doctrina**. N° 15, 2016. p. 1-35. ISSN-1659-3707

PALACIOS, Ariel. Casamento gay é aprovado na Argentina. **O Estado de S. Paulo**, 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,casamento-gay-e-aprovado-na-argentina-imp-,582050>. Último acesso em: 20 de abril de 2021

PALIMINO, Sally; MARCOS, ANA. Colômbia aprova casamento gay: Decisão chega cinco meses depois de a Corte garantir a adoção por casais homossexuais. **EL PAÍS**, Bogotá 07 de APR de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/internacional/1460039385_837414.html. Último acesso em: 16 de fev de 2020.

PATTERSON, E. Different Religions, Different Politics? Religion and Political Attitudes in Argentina and Chile. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 43, n. 3, p. 345–362, set. 2004.

PEFFLEY, M.; ROHRSCHEIDER, R. Democratization and Political Tolerance in Seventeen Countries: A Multi-level Model of Democratic Learning. **Polinca Research Quarterly**, Vol. 56, No. 3, 2003, p. 243-257.

PÉREZ, DAVID MARCIAL. Supremo do México apoia a adoção por casais homossexuais: Alto tribunal declara inconstitucional a lei de um estado que vetava o direito. 11 AUG 2015. **El Pais, Internacional**. Disponível: <
https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/11/internacional/1439318792_034771.html> . Último acesso em: 20 de abril de 2021

POINDEXTER, Cynthia Cannon. Sociopolitical Antecedents to Stonewall: Analysis of the Origins of the Gay Rights Movement in the United States. **Social Work**, Volume 42, Number 6, November 1997, p.607-615

PRIEGO, Paulina Cabrera . Evolución legal de los matrimonios homosexuales en México. **Revista electrónica Ecos Sociales**, v. 4 n. 11, 2016. p.173-189

PROTHRO, James W.; GRIGG, Charles M. Fundamental Principles of Democracy: Bases of Agreement and Disagreement. **The Journal of Politics**, V. 22, ed. 2, 1960, p. 276-294

RADU, B. M. Young believers or secular citizens? An exploratory study of the influence of religion on political attitudes and participation in Romanian high-school students. **Journal for the Study of Religions and Ideologies**, p. 25, 2010.

RAMÍREZ, A.; LOZADA, J. **Entre el estigma homofóbico y el orgullo gay: una aproximación a la historia del activismo LGBTI en Venezuela**. 2017.

RIBEIRO, E. A. Mudança de valores e tolerância entre os brasileiros. **Mediações**, v. 15, n.1, 2010. p. 220-240.

RIBEIRO, E. A., BORBA, J., FUKS, M. Contexto Democrático, Escolaridade e Tolerância Política na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, n. 8, 2019, p. 11-40.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Tolerância Política no Brasil Recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Cad. CRH**, vol.32 no.87 Salvador, 2020 p. 641-657. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/23749>. Último acesso em: 05 de abril de 2022

RIGGLE, E. D.; ELLIS, A. L. Political Tolerance of Homosexuals:: The Role of Group Attitudes and Legal Principles. **Journal of Homosexuality**, v. 26, n. 4, p. 135–147, 15 mar. 1994.

ROCHA, A. L. M. **Regressão Logística Multinível: Uma Aplicação de Modelos Lineares Generalizados Mistos**. Relatório Final – Instituto de Exatas, Departamento de Estatística, Universidade de Brasília. Brasília, p. 80, 2014.

RANDALL L. S.; JAMES A. W.; DAVID W. The Prevalence of Homosexual Behavior and Attraction in the United States, the United Kingdom and France: Results of National Population-Based Samples. **Archives of Sexual Behavior**, Vol. 24, No. 3, 1995, p.235-248.

REYS, José Antonio. **Homosexualidad en República Dominicana**. (Monografias) 2008. Disponível em: https://www.monografias.com/usuario/perfiles/jose_antonio_2/monografias. Último acesso em: 20 de abril de 2021

STEENSLAND, B. et al. The Measure of American Religion: Toward Improving the State of the Art. **Social Forces**, v. 79, n. 1, p. 291 - 318, 2000.

SCHWADEL, P.; GARNEAU, C. R. H. Sectarian Religion and Political Tolerance in the United States. **Sociology of Religion**, v. 80, n. 2, p. 168–193, 24 maio 2019.

SEIDMAN, Steven; MEEKS, Chet; TRESCHEN, Francie. Beyond the Closet? The Changing Social Meaning of Homosexuality in the United States. **Sexualities SAGE Publications**, Vol 2(1), 1999, p. 9–34

SELIGSON, M. 2002. The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of the Ecological Fallacy. **Comparative Politics**, New York, n. 2, p. 281-293.

SELIGSON, M., MORALES, D. E. M., RUSSO, G. A. Education, the wealth of nations, and political tolerance toward homosexuals: a multilevel analysis of 26 countries in the Americas. **OPINIÃO PÚBLICA**, vol. 25, nº 2, p. 234-257, 2019.

SEMPOL, Diego. La transición democrática uruguaya: caricaturas homofóbicas y movimientos homosexuales. **DeSignis**, n. 19, 2012, p. 88-98, ISSN 2462-7259

Senado Federal, **Atividade Legislativa, Autoria: Senadora Marta Suplicy (PT/SP), 2011**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>>. Último acesso em: 06 de abril de 2020

Sin violencia LGBTI. Disponível em: <<https://sinviolencia.lgbt/relatorios/#guatemala>>. Último acesso em 29 de abril de 2020. Último acesso em: 20 de abril de 2021

Sistema Costarricense de Información Jurídica (SCIJ). **Reforma decreto ejecutivo N°34399-S**. Disponível em: <http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=88108&nValor3=115013&strTipM=TC>. Último acesso em: 18 de fev de 2020.

SÍVORI, Horacio Federico. Locas, chongos y gays: sociabilidad homosexual masculina durante la década de 1990. **Buenos Aires: Antropofagia**, 2005. 120 p.

SMITH, Miriam. **Political Institutions and Lesbian and Gay Rights in the United States and Canada**. New York: Taylor & Francis, 2008

SOTELO, M. J. Political Tolerance Among Adolescents Towards Homosexuals in Spain. **Journal of Homosexuality**, v. 39, n. 1, p. 95–105, 21 abr. 2000.

SOMMET, N; MORSELLI, D. Keep Calm and Learn Multilevel Logistic Modeling: A Simplified Three-Step Procedure Using Stata, R, Mplus, and SPSS. **International Review of Social Psychology**, 30 (1), p. 203-218, 2017.

Somosgay: Ñande Joja Ha Rory. Disponível em: <http://somosgay.org/paraguay/homofobia-y-discriminacion-en-paraguay>. Último acesso em: 20 de abril de 2021

STOUFFER, Samuel A. **Communism, Conformity and Liberties: A Cross- Section of the Nation Speaks Its Mind**. Nova York: Doubleday, 1955

STUENKEL, Oliver. Chavismo homofóbico: No socialismo do século 21 da Venezuela, a comunidade LGBT não tem vez. **El País**. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/10/opinion/1491860659_262989.html. Último acesso em: 20 de abril de 2021

SULLIVAN, J.; PIERESON, J.; MARCUS, G. **Political tolerance and american democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

Supremo Tribunal Federal (STF). **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Último acesso em:

Supremo Tribunal Federal (STF). **Supremo reconhece união homoafetiva**. 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Último acesso em: 20 de abril de 2021

SURIAGA, Edgar Vega. De gays y trans a diversidades sexo/genéricas: dos décadas de despenalización de la homosexualidad en Ecuador. **INTERdisciplina**. V.7, n. 17, 2019, p.119-152. doi: <http://dx.doi.org/10.22201/ceiich.24485705e.2019.17.67524>

TARTUCE, Flávio. STF entende que art. 1.790 do CC é inconstitucional. **JusBrasil**, 2017. Disponível em: <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/noticias/380114976/stf-entende-que-art-1790-do-cc-e-inconstitucional>>. Último acesso: 20 de abril de 2021

TOM, Smith. Classifying Protestant denominations. **Review of Religious Research**, n. 31., 1990, p.225-245.

TRÜDINGER, Eva-Maria. Sobre o verdadeiro valor dos valores: fatores de impacto sobre as atitudes de tolerância política. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 12, nº 1, 2006, p. 57-87.

VACA, Edgar Andrés Buitrón. **La implementación de las uniones de hecho de parejas del mismo sexo en Ecuador como ejercicio de igualdad del colectivo LGBT**. 2009. 223f.Tese (Doutorado em direito). Colegio de Jurisprudencia. Universidad San Francisco De Quito.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. London: Harvard University Press, 1995.

_____; _____; _____. "Family ties: understanding the intergenerational transmission of participation". In: ZUCKERMAN, A. (org.). **The social logic of politics**. Filadélfia: Temple University Press. 2005.

WALD, Kenneth; HILL JR., Samuel; OWEN, Dennis. Political cohesion in churches. **Journal of Politics**, n.52.1990, p. 197-215.

WELZEL, C. **Freedom Rising Human Empowerment and the Quest for Emancipation**. Cambridge University Press, 2013

WEIMAR, Mansilla. La estigmatización machista entre pares homosexuales en Sucre Bolivia. Universidad Mayor Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca – Unidad de Producción Científica y Tecnológica. M. Ramos, M. Solís, (eds.) Participación ciudadana y desarrollo local, **Tópicos Selectos de Administración**-©ECORFAN-México, Sucre, Bolivia, 2014.

WILCOX, C. Religion and Politics among White Evangelicals: The Impact of Religious Variables on Political Attitudes. **Review of Religious Research**, v. 32, n. 1, p. 27–42, 1990. Doi: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i87.23749><https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i87.23749>

APÊNDICE 1 -BANCO DE DADOS E SCRIPT

Scripts disponibilizados no GitHub:

[Clique aqui](#) ou use o link: <https://github.com/NaiaraSandi1995/Tese>